



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

SESSÃO ORDINÁRIA 22 DE MAIO DE 2018

Esta Ata foi lida e conferida pelo vereador Rodson do Carmo, 1º Secretário

Aos vinte e dois dias do mês de maio de 2018, às quinze horas, no plenário “Dr. Antonio Stella Moruzzi” da Câmara Municipal, realizou-se a presente sessão ordinária. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Muito boa tarde a todos. Peço aos Srs. Vereadores que tomem os seus assentos. Queria desde já cumprimentar a todos aqui presentes, quem em casa nos acompanha pela rádio e pela televisão, o nosso boa tarde. Aproveito para saudar também a imprensa, os profissionais aqui da Câmara Municipal, que nos ajudam a fazer a Sessão do dia de hoje. Dando início a 16ª Sessão Ordinária, hoje, 22 de maio de 2018, solicito ao Sr. Secretário que proceda a chamada dos Srs. Vereadores. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Atenção, Srs. Vereadores, para a primeira chamada do dia 22 de maio de 2018, 16ª Sessão Ordinária. Presidente Júlio César. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Marquinho Amaral, ausente. Chico Loco. **VEREADOR CHICO LOCO:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Presente. Rodson, presente. Sérgio Rocha, ausente. Azuaite Martins de França, ausente. Opa. Azuaite, presente. Cidinha, presente. Dimitri. **VEREADOR DIMITRI SEAN:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Presente. Edson, presente. Elton. Elton Carvalho, ausente do Plenário. Gustavo Pozzi. **VEREADOR GUSTAVO POZZI:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Presente. João Muller, ausente do Plenário. Laide. **VEREADORA LAIDE SIMÕES:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Presente. Leandro. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Presente. Lucão. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Presente. Luis Enrique. **VEREADOR LUIS ENRIQUE:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Presente. Malabim. **VEREADOR MALABIM:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Presente. Moises Lazarine, ausente do Plenário. Paraná Filho, presente. Robertinho Mori. **VEREADOR ROBERTO MORI RODA:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Presente. Roselei Françaço. Sr. Presidente, gostaria de saber se tem algum dos Srs. Vereadores que deixou justificativa, desses que não responderam. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Por favor, secretário, proceda as justificativas dos vereadores. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Elton Carvalho: "Sr. Presidente, cumprimento cordialmente, venho muito respeitosamente informar que por compromisso do mandato assumido anteriormente, chegarei atrasado para a Sessão do dia 22 de maio de 2018, vereador Elton Carvalho". Roselei Françaço: "Sr. Presidente, sirvo-me do presente para justificar a nossa ausência da 16ª Sessão Ordinária. Infelizmente, temos agendado há um mês compromisso externo importante, aonde serão discutidos assuntos de afetos do interesse do município de São Carlos, vereador Roselei Françaço". Então, está a justificativa do vereador Elton e do vereador Roselei Françaço. Sr. Presidente, 15 vereadores presentes até o momento. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e, em pé, ouviremos e cantaremos o Hino Nacional e o Hino a São Carlos. [execução do Hino Nacional].[execução do Hino de São Carlos]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Solicito ao vereador Lucão Fernandes que proceda a leitura da Bíblia. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** Livro de Jeremias, de 11 a 19 diz: "Venho ainda a



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

palavra do Senhor dizendo: Que vêes tu, Jeremias? Respondeste: Vejo uma vara de amendoeira. Disse-me o Senhor: Viste bem, porque eu velo sobre a minha palavra para cumprir. Outra vez, me veio a palavra do Senhor dizendo: Que vêes? Eu respondi: Vejo uma panela ao fogo, cuja boca se inclina do Norte. Disse-me o Senhor: Do Norte se derramará o mal sobre todos os habitantes da Terra. Pois eis que convoco todas as tribos dos reinos do Norte, diz o Senhor, e virão, e cada reino porá o seu trono à entrada das portas de Jerusalém e contra todos os seus muros em redor e contra todas as cidades de Judá. Pronunciarei contra os moradores destas as minhas sentenças, por causa de toda a malícia deles, pois me deixaram a mim e queimaram incenso de deuses estranhos e adoraram obras das suas próprias mãos. Tu, pois, cinge os lombos, dispõe-te e dize-lhes tudo quanto eu te mandar, não te espantes diante deles, para que eu não te infunda espanto na sua presença. Eis que hoje te ponho por cidade fortificada, por coluna de ferro e por muros de bronze contra todo país, contra os reis de Judá, contra os seus príncipes, contra os seus sacerdotes e contra o seu povo. Pelejarão contra ti, mas não prevalecerão, porque eu sou contigo, diz o Senhor dos Exércitos, para te livrar".

VEREADOR RODSON DO CARMO: Palavra do Senhor. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Obrigado, vereador Lucão. Peço ao secretário que proceda nesse momento a leitura de votos de pesar que esta Casa recebe semanalmente.

VEREADOR RODSON DO CARMO: Relação de votos de pesar: "José Adevacir da Silva, Catharina Carreri, Ilvo Sentanin, Sandro José Colangelo, Belmiro Campos, Carlos Sequini, Aparecido Fernandes Sampaio, José Carlos Mergulhão, Janete Garbuglio Silva, Edna Rodrigues Neves, Sebastião Aparecido de Angelo, Antonio Paulusso Junior, Arlindo Castelli, Elipídio Rossi, Sirlei Aparecida Lucas, Maria Cristina dei Agnoli, Flavio Colloca, Sebastião Bafuni, Onezio Ribeiro, Lucimara Galvin, Natal Lambertucci, Maria Isabel da Silva Rodrigues, Thereza Vizioli, Jona Carrara dos Santos, Elvira Alves de Freitas Espolau, Nelson Gilberto Martins e Antonio Calabrez". Sr. Presidente, são esses os votos de pesar.

PRESIDENTE JULIO CESAR: Peço a todos os presentes para que, em pé, possamos guardar um minuto de silêncio em memória daqueles que nos deixaram. Atenção. Colocar à disposição do Plenário para votação a Ata do dia 8 de maio de 2018. Atenção, Srs. Vereadores, coloco à disposição de Vossas Excelências para a votação. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. Aprovada a Ata da Sessão Ordinária do dia 8 de maio de 2018. Eu queria comunicar aos Srs. Vereadores, assessores e toda a equipe da Câmara Municipal, que nós temos, em nossas mãos, o total de proposições apresentadas pelos Srs. Vereadores. Somam-se 46 proposições, sendo 29 requerimentos, 9 indicações, 6 moções e 2 projetos de lei ordinária, totalizando, como eu disse, 46 proposições. Eu coloco à disposição dos Srs. Vereadores. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. Aprovada a relação apresentada. Total, 46. Muito bem. Nós temos dois pedidos de destaque para discutir nesse momento. Pode soltar o tempo já, os 30 minutinhos. Em discussão **REQUERIMENTOS** - **PRESIDENTE JÚLIO CÉSAR** - Nós temos 30 minutos para discutir os nossos requerimentos. **Processo nº 1.087/18**, Requerimento nº 592. Interessado: vereador Moises Lazarine. "Requer revitalização das pontes ou substituição, travessia de pedestres, que se encontra na Avenida Comendador Alfredo Maffei em frente ao número 1.310, Sesc São Carlos." Solicitou para discutir o vereador Robertinho Mori Roda, três minutinhos. **VEREADOR ROBERTO MORI RODA:** Sr. Presidente Júlio César, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, população que nos acompanha. Eu havia solicitado semana



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

passada, ele não estava presente, eu deixei para essa semana, mas não vou adiar mais uma semana, até mesmo... O Ofício nº 396/2017, datado de 5/9/17, informaram que: "Atualmente encontra-se em processo de licitação a contratação de empresa especializada para avaliar a situação atual da referida ponte. O que pode ser reaproveitado e apresentar uma estimativa de custo para recuperação da mesma". Essa foi, Sr. Presidente, foi a resposta de um requerimento feito à Prefeitura Municipal de São Carlos, isso em 2017. Foi solicitado novamente em 2017, no mês de novembro. O diretor do Departamento de Áreas Verdes informou que estão sendo averiguados [ininteligível] ocorrência para que o serviço seja executado. Quer dizer, eles têm uma resposta que dariam, naquele momento, 30 dias para ser executado tal procedimento, e hoje nos deparamos aqui, nesta Casa, que está sendo feito novamente um requerimento para a Prefeitura Municipal de São Carlos, para que possa, a gente passa lá e é uma vergonha aquela ponte em frente ao Sesc. O Sesc que é uma entidade que traz para a cidade de São Carlos, ou para a região toda, aquilo que muitos municípios gostariam de ter, uma praça do Sesc. Tanto na área esportiva, tanto na área cultural e nós temos lá... assistencial, inclusive, de lazer. E nós temos lá uma ponte que não consegue se passar na travessia do rio. Então, foi pedido desde julho do ano passado, foi pedido e com o compromisso de estar em breve acertando essa situação e deparamos aqui, o Moises Lazarine, o vereador desta Casa, como outros vereadores com certeza devem ter feito, no caso da Cidinha do Oncológico e outros, vereadores que já fizeram este pedido e encontra-se lá ainda. Então, a morosidade ou a incompetência é demais em relação a essas pequenas coisas que poderiam ser feitas na cidade de São Carlos. Então, o pedido de destaque foi simplesmente para ter essa observação, que já fazem quase um ano, Sr. Presidente, e ainda não foi solucionado algo que...importantíssimo para a cidade de São Carlos, que é aquela travessia em frente ao Sesc. Muito obrigado. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Muito bem. Passo nesse momento a votação do Processo nº 1.087, Requerimento nº 592. Interessado: vereador Moises Lazarine. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. Aprovado. Passamos a discutir e votar o requerimento do vereador Rodson Magno do Carmo: "Requer manutenção e revitalização nas placas de sinalização de trânsito no centro da cidade de São Carlos". **(processo nº 1224/18)** Pediu para discutir também o vereador Robertinho Mori Roda, pelo tempo de até três minutos. **VEREADOR ROBERTO MORI RODA:** O Edson está, muito obrigado. Novamente, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, população que nos acompanha, Srs. Vereadores. O vereador Edson Ferreira está comunicando que algumas ruas que já foram mudadas, enfim, não têm a placa, mas eu vou mais longe, Edson, eu vou mais longe. Foi solicitado, já há quase um ano também, uma travessia segura em frente ao Militão de Lima. Foi solicitado por esse vereador e mais vereadores também estão solicitando. Agora, estão solicitando lá pelo menos uma lombada, um obstáculo para que possa amenizar o perigo, mas a nossa cidade, foi pedido, até mesmo por conta de alguns pedidos que têm sido feitos, a essa Secretaria de Transporte e Trânsito deste vereador, e já houve compromisso lá em frente à escola lá do Sapiens mesmo, uma escola infantil, já vai fazer também oito meses que estão para fazer, uma hora não tem tinta, outra hora, o que eu acho que não tem mesmo é boa vontade de estar fazendo, porque eu torno a falar em relação às travessias, às faixas de pedestres azuis e brancas. Eu volto a falar nos meus dez minutos ainda. Não existe uma forma legal para isso, isso é a marca do Coca. Tem em Araraquara e tem aqui. Nós temos aqui ó, duas faixas, a branca e a azul. Se tem 500 faixas na cidade de São Carlos daria para fazer mil!



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

Quer dizer, a nossa cidade, nós temos aqui uma preocupação do vereador Rodson em relação à sinalização no centro da cidade, mas não é somente no centro da cidade, é em todo o município. Nós temos pedido aqui desde 2006 de um amarelo piscante. Nós não temos um amarelo piscante nem ali à noite, quando nós temos ali no calçadão, na Rua Episcopal. Quantos municípios que já existe, a partir das 11 horas ou depois da meia-noite, um amarelo piscante? Roubaram recentemente ali na Getúlio Vargas um casal que estava em uma motocicleta. Por quê? Porque estavam no semáforo. Então, o que precisava era um pouquinho, uma ação de verdade da Secretaria de Transporte e Trânsito de nossa cidade. Fiquei muito chateado, Sr. Coca, muito chateado. Todos os pedidos que tinha, então, o compromisso de estar sendo feito, nós estamos aqui em oito meses e não está sendo feito. E nós voltamos a falar nos meus dez minutos sobre esse carrinho que parou aqui, esse.[interrupção no áudio]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Para concluir, por favor. **VEREADOR ROBERTO MORI RODA:** Obrigado. Esse monitoramento que era ilegal e ele estava funcionando na cidade de São Carlos. Imagina quantas pessoas já foram multadas por esse carrinho que é ilegal. E eu volto aqui a falar nos meus dez minutos. Obrigado. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Para discutir o requerimento, o vereador Azuaite, por até três minutos. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Está sendo discutido, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, são as placas de trânsito e vou me fixar no assunto placas bem rapidamente, mas gostaria de estar discutindo muito amplamente a questão do trânsito. Vou dizer ao Sr. Presidente e aos Srs. Vereadores e ao público presente, um fato que aconteceu comigo, dizendo muito rapidamente. Eu comprei um jogo de sofás, um caminhão de fora foi entregar na minha casa no endereço conhecido, sou pessoa conhecida, moro no lugar onde moro há mais de 35 anos e tinha notícia de que o caminhão iria passar naquele horário e eu fiquei esperando e o caminhão não vinha e eu aguardando. Tinha o telefone do condutor do caminhão, liguei para ele, disse que estava na rua esperando e ele me disse: "Olha, eu já entreguei o sofá". Eu falei: Como assim? Eu estou esperando, você não passou na minha casa. Ele deu as características do caminhão, quando eu vi, disse que o caminhão estava na rua, quando eu vi que o caminhão se aproximava, dei sinal, ele parou. Ele disse assim: "Não, mas eu entreguei o caminhão lá em cima, numa casa lá em cima". Puxa, e a pessoa não contestou? "Não, não contestou". Eu falei: Não, mas então você vai buscar o sofá e entrega aqui. Quem recebeu, é óbvio que usou de má-fé. O caminhão, o caminhoneiro, que era de fora, estava perdido naquela rua. Por quê? Porque a sinalização e as placas de numeração de casas, de domicílios, de prédios da cidade de São Carlos é uma coisa muito, muito confusa. Há alguns anos, eu, juntamente com o engenheiro Fabrício, que é funcionário da prefeitura, fizemos um projeto de lei a respeito, projeto muito bem feito, modéstia à parte, a maior responsabilidade é do Fabrício, não é minha, e foi aprovado, mas nenhum prefeito que veio depois lançou mão desse projeto para organizar as coisas aqui em São Carlos. Conversando com o atual prefeito Airton a respeito desse assunto, ele sabia, falei de outras coisas para ele, de experiências de placas e numeração em outras cidades, em..[interrupção no áudio]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Para concluir, por favor. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Só para concluir. E ele pediu para que eu trabalhasse essa questão e vou fazê-lo. E eu pedi para que ele me liberasse o engenheiro Fabrício para estar rediscutindo comigo essa questão, para que a gente prosseguisse nesse sentido. Então, em São Carlos, é numeração, placa, numeração de rua, é placa, qualquer um se perde nesta cidade de São Carlos, que é uma cidade cuja



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

estrutura de loteamentos é uma loucura, uma coisa não tem sequência com a outra e é preciso ter um ordenamento aqui. Gostaria de discutir mais essa questão de placas e acrescento, finalmente, só o seguinte, que algumas pessoas irresponsáveis, vândalos, vou dizer assim, têm a pachorra de pegar uma lata de tinta, pintar a placa de mão de direção para confundir as pessoas aqui em São Carlos e induzi-las, às vezes, a dirigirem na contramão. Era só o que eu tinha a dizer, eu voto a favor do requerimento. Muito obrigado. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Próximo vereador inscrito, Paraná Filho, pelo tempo de até três minutos. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, imprensa e população aqui que nos acompanha. Nós aprovamos hoje um requerimento solicitando uma Audiência Pública para que seja realizada lá no Cidade Aracy. E isso nós vimos que foi a primeira audiência aí dessa legislatura que foi feita no próprio bairro, foi a do Gustavo Pozzi, nós achamos muito interessante a ideia. E lá no Cidade Aracy, onde estão sendo realizadas várias alterações no trânsito, na sinalização, na inversão de mãos, na colocação de mão única, nas mãos ali da... nas ruas do Cidade Aracy 2, não foram realizadas essas alterações ouvindo morador, ouvindo comerciante, ouvindo as lideranças do bairro que a gente acha que não é democrático, não é bom. Até porque quem vai até o Cidade Aracy, principalmente quem mora lá, sabe que muitos erros foram cometidos. É claro que todo mundo é ser humano, então somos passíveis de erro, mas para adequar corretamente, de uma forma a não prejudicar, principalmente comerciantes, o acesso aos órgãos públicos, essas alterações têm que ser realizadas ouvindo o morador que já reside ali há muito tempo, o comerciante que tem ali o seu estabelecimento firmado, e isso não foi adotado. Então, nós aprovamos aqui hoje o requerimento, uma solicitação de Audiência Pública. Espero agora o presidente da Câmara, vereador Júlio César, a gente acertar a data correta para acertar aí o dia dessa audiência, e que a gente possa, daqui em diante, ouvir mais as pessoas, ouvir o comerciante, ouvir o morador, é o que a gente acha que seja necessário. Então, é somente essa manifestação que tinha aí acerca desse requerimento, que eu acredito seja aí pela aprovação também nesse momento e espero que essa Audiência Pública tenha, na verdade, uma boa adesão aí dos moradores lá daquele bairro e também dos comerciantes. O vereador Gustavo Pozzi aí teve uma experiência, eu acho que foi positiva e que seja assim também lá no bairro Cidade Aracy. Muito obrigado. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Agendaremos em breve. Eu vou colocar à disposição do Plenário o Processo nº 1.224, Requerimento nº 661. Interessado: vereador Rodson Magno do Carmo. "Requer manutenção e revitalização das placas de sinalização de trânsito no centro de São Carlos." Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. Aprovado. **TRIBUNA LIVRE – PRESIDENTE JÚLIO CÉSAR** - Temos, nesse momento, um pedido para utilização da Tribuna Livre. Chegou à essa presidência o seguinte ofício: "A Comunidade Acadêmica Africana de São Carlos vem pelo presente solicitar à Vossa Senhoria o uso da Tribuna Livre da Sessão Plenária no dia 8 de maio, terça-feira. Para falar aos vereadores sobre atividade que a comunidade vai realizar entre os dias 12 e 26 de maio em comemoração ao Dia da África. O evento vai proporcionar várias palestras, minicursos e oficinas na Ufscar e nas escolas públicas, afim de discutir sobre a importância dessa data para os africanos e das lutas de libertação em todo o continente africano, além de representar a riqueza desse país e o valor de intercâmbio cultural. Para o encerramento da atividade, será realizada no dia 26 de maio uma noite de gala com comidas e danças típicas africanas. Certos de podermos



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

contarmos com a vossa colaboração nesse sentido, agradecemos antecipadamente e nos colocamos à disposição para o necessário e aguardamos sua resposta". Nós demos autorização para utilização da Tribuna Livre, mas até o momento nenhum representante chegou a esta Casa. Então, nós passamos para o Grande Expediente nesse momento. Boa tarde, 15h45, começa-se o Grande Expediente. Nesse momento, os vereadores inscritos. Primeiro vereador, vereadora Cidinha do Oncológico, por até dez minutos. Vereadora, eu quero pedir a compreensão que o pessoal que vai utilizar a Tribuna Livre chegou. Ainda bem que chegou antes do início da fala da vereadora. Aí, podemos liberá-la, por favor. Está à disposição a Tribuna. Tudo bem? Então, a gente concede a Tribuna Livre à Carmelita, que vai falar em nome da Comunidade Acadêmica Africana de São Carlos. Boa tarde e seja bem-vinda. **SRA. CARMELITA:** Obrigada. Boa tarde, presidente da Câmara, Sr. Júlio César, Srs. Vereadores presentes nessa Sessão e toda a comunidade: "Gratidão a Caascar por ter me convidado a falar nesse espaço, a qual muito me honra, pois acompanho os africanos nessa cidade há anos, e como professora da rede municipal de ensino, quero agradecer a grande contribuição tanto para os professores e alunos. Neste mês de maio, nós, negros brasileiros e da cidade de São Carlos, ficamos indignados pelo silêncio em relação aos 130 anos da abolição, sendo que temos um centro afro, Odette dos Santos, um espaço bom, mas que não existe conexão com a sociedade específica. Este ano completamos 70 anos dos direitos civis. Conquistamos os nossos direitos e os nossos espaços, porém, sempre mudam as regras quando estamos preparados. Não somos negros de ficar esperando migalhas, não somos negros de levar o famoso tapinha nas costas e não somos negros de chamar ninguém de seu doutor. Com certeza, somos herdeiros dos famosos impérios africanos, cujos nossos antepassados, nos seus 354 anos de escravidão no Brasil, tratados como os animais, deram a vida para estarmos aqui hoje. Somos descendentes de homens e mulheres guerreiros, pois aos que conseguiram fugir, montaram seus quilombos, tornando-se mais tarde comunidades. O problema não é a abolição e sim a república que nos deixou à margem da sociedade, pois o ódio era tanto para que permanecêssemos escravos, tanto que quem é negro sabe. Ao sair de casa todos os dias, já sabemos que vamos passar por um ou por vários tipos de racismo, seja ele comportamental ou institucional, pois a cor chega primeiro. Só quem é negro sabe. Ao entrar em um shopping, ao entrar em uma loja, ao procurar um emprego, ao entrar em um restaurante ou para comer um lanche em um estabelecimento, em um bairro de classe média alta, não é, Santa Maria? Fico indignada, pois... aliás aqui eu não fico indignada, ficamos indignados. O Grêmio Recreativo Flor de Maio, que neste mês de maio completou 90 anos de idade, construído por mãos de famílias negras dessa cidade, passou despercebido, causando tristeza na comunidade negra desta e de outras cidades. Ficamos indignados pela falta de equidade, princípio básico para o desenvolvimento humano e justiça social. Ficamos indignados por não termos políticas públicas para a população negra, pois assim estaríamos exercendo o conceito de cidadania e igualdade de direitos. Ficamos indignados com tantos negros e negras qualificados para o mercado de trabalho, porém o racismo institucional estimula a violação dos direitos humanos. Ficamos indignados de não termos um centro de referência de promoção da igualdade racial, dividida por vários setores e gerenciada por negros qualificados e experientes na área e com recurso financeiro para implementar e implantar políticas para a população negra em geral. Acreditamos nisso e vejo a aproximação entre negros brasileiros e estrangeiros vindos do continente africano, que nos remete a uma ancestralidade de força e luta, onde trazem consigo



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

o outro lado de nossa história, de reis, rainhas e seus grandes impérios. Hoje acredito que o nosso fortalecimento será dado através dessa troca de saberes, que unindo conhecimentos teremos mais a contribuir a esta cidade". É isso que eu teria que falar da Semana Africana que está acontecendo na Ufscar. Obrigada pelo espaço. [aplausos]. **VEREADOR ROBERTO MORI RODA:** Pela ordem, Sr. Presidente. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Pela ordem. **VEREADOR ROBERTO MORI RODA:** Que possa estar nas Atas do nosso trabalho a fala da... tá bom? **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Deferido o vosso pedido, estará nas Atas o pronunciamento, com certeza. Muito obrigado. **VEREADOR ROBERTO MORI RODA:** Obrigado. **SRA. CARMELITA:** Eu só peço desculpas, que quando nós falamos sobre o racismo comportamental e institucional, nós estamos falando de nós mesmos, da nossa história. Eu já passei por isso e todos que estão aqui sabem muito bem o que eu estou falando. Obrigada pela oportunidade. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Nós que agradecemos e a Câmara Municipal está sempre à disposição, viu? **GRANDE EXPEDIENTE – INSCRIÇÃO DE ORADORES – PRESIDENTE JÚLIO CÉSAR** - Apenas alterando o horário, agora 15h50min, damos início ao Grande Expediente, no dia de hoje. Primeira vereadora inscrita, vereadora Cidinha do Oncológico, por até dez minutos. **VEREADORA CIDINHA DO ONCOLÓGICO:** Colegas vereadores, vereadora Laide, pessoal da imprensa, pessoal que nos assiste em casa, pessoal que está aqui no Plenário. Eu queria, primeiro lugar, colocar que o secretário do Transporte está querendo fazer uma modificação lá na Avenida Capitão Luiz Brandão, logo passando pela passagem de nível lá, mas eu gostaria que essa alteração fosse feita após ouvir os moradores lá do bairro. Porque eles estão falando em colocar mão única descendo a Capitão Luiz Brandão e retornar pela rua de trás. Só que a rua de trás tem uma escola municipal, a rua é estreita, as crianças brincam na rua direto e eu não sei o que vai acontecer se isso acontecer, porque o combinado na ocasião, quando eu falei com o Paulo Altomani, que era o prefeito, e o combinado era fazer mão dupla no local antes que loteasse o lado direito lá da Capitão Luiz Brandão. Só que em dezembro parece que foi autorizado o loteamento lá. E eu estou preocupada, porque teve um dia que o Saae foi fazer um trabalho ali na Capitão Luiz Brandão e forçosamente o retorno teve que ser pela rua de trás e isso causou um caos no local e eu estou preocupada com essa modificação. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** Um aparte, Sra. Vereadora. Concordo com a preocupação de Vossa Excelência, porque eu também conheço muito bem aquele bairro, inclusive morei lá, acho que quase que seis anos. A senhora habitualmente passa naquela rua, a senhora percebe que tem veículo que deixa duas rodas sobre a calçada, justamente porque é uma rua estreita e tem escola e tem muitas residências que não têm muro. As crianças brincam, saem das casas correndo, vão para rua. Então, eu acredito que isso daí não vai ter como tornar uma realidade de mão única na Capitão Luiz Brandão, jogando esse fluxo de veículos dentro do bairro. Eu acredito que naquela rua vai ser impossível. Se eles fizerem isso, vai ser uma forma inconsequente e poderão ser responsabilizados por acidentes que por ventura ocorrerem naquela rua. **VEREADORA CIDINHA DO ONCOLÓGICO:** Obrigada. E outra coisa. Eu pedi também para o secretário Coca fazer um estudo sobre a Rua Santa Gertrudes, na esquina com a Rua da Paz. Ali está um caos também. E ele foi lá ao local, disse que procede fazer uma rotatória, fazer alguma coisa ali e o povo, a população está me cobrando, porque está muito perigoso, porque quem vai pela Santa Gertrudes, para descer a Rua da Paz, caminhões que usam aquele local, dá de topo com o veículo que estão subindo a



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

Rua da Paz e está muito perigoso. Eu gostaria que fosse agilizado essa modificação naquele local. Eu espero que o secretário esteja nos ouvindo e que ele verifique fazer isso o quanto antes pelo perigo que está naquele local. Agora, é quanto à saúde. Eu estou percebendo que está tendo muito acúmulo de exames. Por exemplo, colonoscopia está difícil de se marcar, tem pessoas que estão com sangramento nas fezes, que estão preocupados e não têm acesso, está muito difícil conseguir esse exame. Agora, eu falei com o secretário, disse que a partir de junho, parece que o hospital-escola vai, o HU vai fazer, que a Santa Casa vai continuar fazendo. Então, eu espero que realmente aconteça, porque tem demanda grande de colonoscopia, tem pessoas que estão na fila de ultrassom também, que não estão conseguindo. Tem pessoas precisando também de... um paciente que está aí com cálculo renal, já faz um certo tempo e está escrito urgente na guia, a consulta foi marcada para o dia 24 de junho! Isso foi dia 18 do mês passado. E, agora, eu fico perguntando até quando essa pessoa tem que ir na UPA ou lá na Santa Casa para tirar dor? Isso daí fica muito mais caro para o município, porque tem que ir diariamente, porque passa o efeito da droga que toma lá, tem que voltar novamente. Então, eu gostaria que agilizasse esse tipo de consulta, principalmente de cálculo renal, porque muitas vezes o cálculo é grande, não sai por si, depende de fazer a litotripsia para quebrar essa pedra, muitas vezes tem que fazer cirurgia. Enquanto isso, o paciente fica sofrendo na mão da UPA ou lá da Santa Casa, do SMU. Cirurgia, por exemplo, ortopédica, estão sendo feitas duas por mês. Então, eu estou com um caso aí de uma professora que está com tumor, é benigno, no ombro. A diretora ligou para mim pedindo pelo amor de Deus, se tem como a gente fazer alguma coisa, porque está correndo o risco de se quebrar o local e a professora está tendo dores horríveis, não consegue se vestir sozinha e já foi passado pelo... conversado lá na regulação, foi conversado na Santa Casa, está no aguardo de se marcar essa cirurgia. E eu sei que estão fazendo apenas duas por mês. Então, eu acho que se o município não está dando conta, que seja encaminhado para outro município, porque está difícil essa situação também. E outra coisa, quando... eu volto a falar, quando foi inaugurada a UPA da Cidade Aracy, tinha lá bonitinho um consultório dentário. Foi tirado o consultório dali, foi colocado numa USF, e na USF são atendidas mais ou menos 17 mil pessoas, enquanto que na grande Aracy é 77 mil, mais ou menos. Então, quem tem problema dentário na UPA lá, lá na Cidade Aracy, na grande Aracy, para ser atendido tem que subir até a UPA Vila Prado. Eu acho um absurdo tirar de uma população de 77 mil, colocar em uma unidade que atende 17 mil, e quem depender disso tem que subir. Então, a resposta que veio para mim no requerimento não me convenceu. Eu gostaria que fosse revista a situação... dessa situação também. Obrigada. [troca de presidência] **PRESIDENTE CHICO LOCO:** Próximo vereador inscrito, vereador Edson Ferreira, por até dez minutos. **VEREADOR EDSON FERREIRA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, vereadoras, Srs. Presentes, senhores e senhoras que nos assistem em casa, a imprensa. É, eu acho que não vou ser muito demorado, não. Tive uma boa notícia, que enfim a licitação de limpeza foi feita e dia 8 de junho são abertos os envelopes, né? Então, isso é uma boa notícia, porque até então eu fui ver que antes foi feito um trabalho de... um contrato com uma empresa para limpar o rio tinha duas pessoas, a licitação de poda de árvores tinha três pessoas trabalhando, a limpeza da cidade, os instrumentos que a gente tem, parece que são seis roçadeiras para limpar a cidade inteira. Não vai limpar a cidade, né? Então, até que enfim abriram a licitação para a limpeza e dia 8 de junho, então, abre os envelopes. Quero também aqui falar que essa semana estivemos na



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

Guarda Municipal, aonde nós entregamos 31 rádios ao total, sendo 19 rádios portáteis, aquele HT, e 12 rádios móveis para as viaturas. Então, isso daí vai trazer muita segurança, principalmente também para os guardas, porque não vai ter cópia. Antigamente, as pessoas usavam rádio pirata e copiava o rádio da polícia, o rádio da guarda, então isso vai ajudar bastante. A qualidade do som é bem melhor e além disso vai somar. Por quê? Porque tinha muitos que trabalhavam na Guarda Municipal e não tinha rádio. Inclusive aqui na Câmara nós temos Guarda Municipal, lá na Prefeitura Municipal também tem, que não tinha rádio. No zoológico, nós tínhamos pessoas trabalhando no zoológico que não tinha rádio. Na UPA da Vila Prado, quantas confusões que saiam da UPA da Vila Prado e eles não tinham rádio? Eles tinham que pegar o telefone e dar uma ligada. Então, isso vai ajudar muito, bastante. Outra coisa aqui que eu quero falar sobre a iluminação que vai ser feita ali na Rua Tetracampeonato, no Cidade Aracy 2. Eu falei antes que eu não ia fazer mais um requerimento, porque os vereadores já fizeram, inclusive a gente até parabeniza os vereadores que se preocuparam em fazer, em pedir, entendeu? Ao longo desses tantos dez anos aí, mas aí a gente tem um trabalho diferente, que é mais gestão e procurar ver o porquê não fizeram até hoje, procurar fazer uma forma de fazer acontecer. Fizemos uma reunião com o secretário de Governo, com o diretor da CPFL e pedimos um orçamento para ver quanto ficava Rua Tetracampeonato, para fazer aquela iluminação e também a Rua Sebastiana Rodrigues da Silva, ali no Zavaglia, que também não tem iluminação. Então, vamos lá, o valor da Tetracampeonato: R\$ 8.359,92. Por conta de R\$ 8 mil fica mais de dez anos sem iluminação, ali o ônibus já não vai mais até lá, por conta de assalto. Conheço uma mulher ali, que tem um salão de cabelereiro, que ela fazia a faculdade e deixou a faculdade por causa da segurança. Então, olha o perigo. Por conta de R\$ 8 mil, eu não sei o porquê os outros secretários que passaram, os outros governos que passaram, por que não fizeram até hoje. Então, por conta de 8 mil, nem R\$ 9 mil não estar iluminado, é brincadeira, né? E ali a Rua Sebastiana Rodrigues da Silva, que é ali no Zavaglia, vai ficar um pouquinho mais cara, R\$ 23 mil, mas também que não é nada, para iluminar, vai trazer mais segurança, fica 23.786,92, porque ali não tem os fios de energia baixa, que é o que precisa para iluminar. A Rua Tetracampeonato é estranho porque tem tudo pronto é só colocar os braços e colocar a luz, então é incrível isso, mas o bom é que já foi aberto o processo, já foi aberto o processo. Vai entrar agora, a semana que vem, em fase de licitação, e o prazo que foi dado para iluminação dessas duas áreas aí é mais ou menos, eu não vou me comprometer com datas, mas o prazo que foi dado é 90 dias para estar iluminado aquelas duas áreas. Muito obrigado, presidente. **PRESIDENTE CHICO LOCO:** Obrigado, vereador Edson Ferreira. Próximo vereador inscrito, vereador Gustavo Pozzi, pelo tempo regimental de dez minutos. **VEREADOR GUSTAVO POZZI:** Boa tarde a todos, pessoas presentes, vereadores, Chico, presidindo a Sessão nesse momento, imprensa. Eu quero fazer alguns comunicados. A Comissão de Estudos do Transporte Alternativo está por finalizar os seus trabalhos, né? Na quinta-feira agora, nós só vamos terminar de fazer a redação que já fizemos todas as discussões e o próximo passo é entregar a minuta do projeto sobre a questão do mototáxi para a prefeitura municipal. Eu acredito que aí no máximo mais uma semana, uma semana e meia, nós estaremos fazendo a entrega da minuta do projeto de lei sobre a questão do mototáxi. Outra coisinha que eu gostaria de tratar, um pouco mais de um, mais ou menos um mês atrás, esta Casa votou e aprovou o projeto de lei da questão do hidrômetro do Saae e que muitos de vocês sabem da minha luta para que isso fosse resolvido. No dia 10 de



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

maio, o prefeito municipal sancionou a lei da questão dos dois hidrômetros no mesmo terreno, né? Então, foi sancionada a lei no dia 10, então, a partir do dia 10 para frente, todos os moradores que têm, num mesmo terreno, dois hidrômetros, casas separadas, onde moram famílias diferentes, eles já terão o benefício da redução da conta. E aqui, na verdade, não é redução da conta, é o pagamento justo. Porque antes eles estavam pagando a mais porque fazia o valor total do terreno. Agora não, a partir do dia 10, todos que estão na situação de um mesmo terreno com dois hidrômetros vai pagar como se tivesse um terreno desmembrado. Isso foi uma luta minha, já desde o ano passado, e as pessoas não precisarão fazer nada, o Saae já está fazendo automaticamente o cálculo para refazer a conta dessas pessoas. Então, do dia 10 para frente, o Saae já vai estar fazendo justiça nas contas de água. Aqui eu gostaria de agradecer à equipe do Saae que se propôs a, de forma sem muito entraves, estar resolvendo esse problema, que nada mais é que trazer justiça para essa situação. Uma outra coisa que eu quero colocar aqui também na Sessão de hoje é que nós tivemos aí novos encontros da questão da discussão do trânsito da Vila Prado, né? Infelizmente, não tivemos a adesão como esperada dos comerciantes da região da Vila Prado na última reunião marcada pelo Sindspam, mas eu acredito que tanto o Sindspam, como eu como vereador, nós fizemos a nossa parte em procurar a população para ouvir qual que seria a melhor forma, quais são os problemas que poderiam ser apontados antes de qualquer mudança no trânsito da Vila Prado, mostrando para a população, antes que as mudanças acontecessem, o que ia mudar, qual é o pensamento da Secretaria de Trânsito para aquela região. Então eu acredito que dentro das possibilidades, nós fizemos bem o nosso trabalho naqueles encontros, né? E assim, o que ficou prometido, principalmente no primeiro encontro, é que assim que a prefeitura fizesse o devido... tampar os buracos, vai ter aí os lotes agora da questão do recapeamento daquela região, que logo em seguida, assim que, vamos colocar, as ruas estiverem condições de se ter um trânsito um pouco mais acentuado em algumas ruas, o trânsito da Vila Prado será autorizado, será realizado naquela região. Se vocês forem hoje lá na região da Vila Prado, vocês vão ver que alguma coisa está acontecendo, né? A equipe de limpeza começou a fazer um trabalho na semana passada, né? E eu acredito que foi proveniente aí também das audiências que foram feitas, porque na primeira Audiência Pública, além da preocupação com o trânsito, o que foi muito levantado foram as condições do bairro na questão de buraco e a limpeza pública. Na questão da limpeza pública, eu queria aqui colocar público uma situação que me deixou, de certa forma, um tanto quanto chateado com o diretor lá que cuida lá da questão da limpeza pública, que é o Jurandir Ferrante. O Jurandir Ferrante me parece que muitas vezes ele não olha com tanto carinho para a nossa cidade, ou olha com carinho para algumas situações de nossa cidade que o beneficia. Eu fiquei, agora resolveram o problema, mas não é porque resolveu o problema que eu não vou usar a Tribuna para fazer a crítica. Eu fiquei três semanas cobrando o secretário Mariel para fazer a devida limpeza ao entorno da Escola Jesuíno de Arruda, porque a diretora mudou a saída dos alunos, para que os alunos mais velhos saíssem por um portão, enquanto os alunos mais novos entravam por outro. Foi solicitado para a secretária de Trânsito que pintasse a faixa na Rua da Grécia, a secretaria informou que precisaria fazer a devida limpeza para que uma faixa de pedestre não saísse direto do mato. Diante dessa constatação, entrei em contato com o secretário Mariel, de pronto me falou que iria atender ao meu pedido. Não aconteceu naquela semana. Na semana seguinte, eu fui pessoalmente conversar com ele, imediatamente ele liga para o diretor Jurandir, o Jurandir



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

fala: "Já estou mandando alguém lá". Só que ele devia estar mandando de jegue, porque demorou duas semanas para chegar. E aí o que me parece é que alguma... o Jurandir faz as coisas de uma forma não muito criteriosa. Agora eu posso dizer, tem um trabalho até razoável lá na Vila Prado, onde estão fazendo as podas, fazendo a limpeza e fizeram a limpeza do entorno da Escola Jesuíno de Arruda, mas eu quero deixar aqui registrado essa minha indignação quanto a essa questão. E uma outra coisa, o Jurandir também prometeu que iria fazer a limpeza de uma praça, que está lá na região Boa Vista, na esquina com a Desembargador Júlio de Faria e a João Sabino. Isso faz três semanas atrás e a população também está esperando, né? Ele fez uma promessa pública e eu já havia pedido a limpeza dessa praça em outras oportunidades. E eu falei que cobraria ele de fazer a devida limpeza. Então, Jurandir, vamos tirar a bunda da cadeira, sair do Facebook enquanto você está trabalhando e vamos fazer a sua diretoria caminhar com mais eficiência. Bom, por enquanto é isso, muito obrigado a todos. Ah, quero fazer um registro, o... Por favor. **VEREADOR SÉRGIO ROCHA:** Me concede um aparte, está terminando e tem dois minutos. Eu vejo de outra maneira, vereador Gustavo, a Secretaria de Serviço Público. Eu tenho algumas cobranças também, já foi prometido 60 dias atrás, 90 dias e não cumpriu. Mas, por outro lado, eu vejo que a secretaria também está sem apoio do poder público, apoio da prefeitura municipal de contratar uma empresa para fazer a limpeza. A Secretaria de Serviço Público quer fazer o serviço, mas não tem estrutura, não tem gente, não tem caminhões, não tem máquina. Então, eles ficam ali com as mãos atadas. Se você pegar o Jurandir, tem uma meia dúzia de senhores aposentados, cansados, para fazer o serviço, pessoas concursadas, não conseguem fazer a limpeza da cidade. Gustavo, tem praças na cidade de São Carlos que faz dois anos que não vê máquina de limpeza, tá? Essa semana estive ali na região do Morada 1, Morada 2, Morada 3, na região do Quebec, ali tem uma calçada que dá acesso à Unicep até o Morada 1, ali tem uma calçada onde a população, o aluno usa aquela calçada à noite, o mato tomou conta, virou uma selva aquilo ali, só de motosserra para limpar aquela calçada ali no Quebec. Então, a cidade inteira está destruída. A cidade inteira está suja e a secretaria, com 80 detentos, com 80 reeducandos, não vai chegar a lugar nenhum. A prefeitura municipal tem que contratar uma empresa com 200 homens e contratar equipamento, máquina para fazer a limpeza da cidade. Então, nós vamos varar até 2020, vai ficar do jeito que está. Eu acho que a vontade da secretaria, eu estou acompanhando, eles querem fazer o serviço, mas não tem, não tem equipe. **VEREADOR GUSTAVO POZZI:** Eu concordo com você, Sérgio, eu tenho acompanhado o trabalho deles, eles não têm muito o que fazer, o que não...[interrupção no áudio]. [troca de presidência]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Para concluir. **VEREADOR GUSTAVO POZZI:** O que não pode é fazer promessa e não cumprir. Eu acho assim, se chegassem para mim e falassem assim: ó, não dá para ir. Beleza, eu entendo o porquê, mas o duro é a pessoa falar com o secretário e falar: "Ó, estou mandando ir aí". E criar uma expectativa e essa expectativa ser frustrada. Aí, por outro lado, você vê em algumas outras regiões, onde interessa para o diretor, que lá a coisa está sendo mais bem-cuidada do que outras regiões. Muito obrigado. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Com a palavra o vereador João Muller, por até dez minutos. **VEREADOR JOÃO MULLER:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, população que nos acompanha aqui no Plenário, através da TV, da rádio. Eu quero, inicialmente, justificar meu atraso, Sr. Presidente. Eu, às 14 horas, ao lado do vereador Moises Lazarine, que deve estar até agora naquela reunião, fui participar da reunião da



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

Câmara Técnica do Condema, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, para tentar convencer os membros da Câmara Técnica que o nosso Plano Diretor, aprovado em 2016 por esta Casa, no governo do ex-prefeito Paulo Altomani, foi aprovado com um equívoco. Não se permitiu, no novo Plano Diretor, a expansão urbana do distrito Santa Eudóxia. O entendimento das pessoas que fizeram a revisão do Plano Diretor é que de uma área, de uma região que tem um forte potencial turístico, que tem um forte potencial rural, é verdade, mas lá tem o núcleo de pessoas que residem, na área urbana. E eu tive que ouvir agora na reunião que não se pode mudar o Plano Diretor por causa de meia dúzia de pessoas. Que delícia ouvir isso. Ainda mais quando a gente sabe o quanto se lutou, desde o começo, para melhorar a qualidade de vida daquelas pessoas, para levar água, esgoto, escola, moradia, escutar isso de uma pessoa da Ufscar, que não se deve mudar o Plano Diretor por causa de meia dúzia de pessoas, como se não tivesse muita importância aqueles que estão a 20 quilômetros da sua sede. Então, nós estamos tentando, Sr. Presidente, o senhor sabe, desde abril do ano passado, por um equívoco também de iniciativa da Câmara, nós propusemos essa alteração, e a Promotoria Pública de São Carlos entendeu que essa matéria só pode o Executivo legislar. E nós estamos, na verdade, atendendo todos os procedimentos determinados pelo Ministério Público, começando a ouvir desde o Condema. E aí eu quero fazer uma relação... Pois não, vereador Azaite, o senhor queria fazer um aparte? **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Nobre vereador, se compete, se o Plano Diretor é uma lei, e a lei é votada na Câmara Municipal pelos vereadores, não é o prefeito quem vota, não é o promotor de Justiça quem vota, nem o conselheiro do Tribunal de Contas quem vota, são os vereadores da Câmara municipal que votam, que têm a capacidade de fazer alterações, dentro dos limites da lei, é claro. Então, às vezes, a vontade de meia dúzia de pessoas pode significar a representação de uma cidade toda, de uma parcela muito grande da cidade representada ali naquela meia dúzia de pessoas. Inoportuna a observação dessa pessoa de quem Vossa Excelência não mencionou o nome, mas certamente equivocada e inoportuna. Eu acho que a Câmara Municipal de São Carlos tem que se debruçar com as forças vivas e dinâmicas dessa cidade para repensar todas essas questões, alterar aquilo que for necessário. E se alguém supuser, tiver a pressuposição de que seja equivocado, ilegal, inconstitucional, que entre com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. É simples. **VEREADOR JOÃO MULLER:** O problema, vereador Azaite, na cidade de São Carlos, no momento de crise que nós estamos, uma área da economia que é muito importante é a área da construção civil. Cidadão vai em Ibaté empreender, fazer um loteamento, empreendimento de moradias, em 15, 20 dias, ele tem a aprovação, aprovação administrativa da prefeitura. Numa cidade do porte de São Carlos, é bem verdade que demanda uma discussão maior, mas nós estamos assistindo, ao longo dos últimos anos, um cidadão empreendedor que vem em São Carlos para escolher uma área, para fazer o empreendimento, passa pelo crivo da prefeitura, pedindo diretrizes, depois vai para as comissões, para os conselhos, quer dizer, conselhos, para os conselhos municipais, que são responsáveis pela aprovação, de forma deliberativa, que é o Comdusc, Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, e o Condema, Conselho de Defesa. E lá começa, muitas vezes, eu não sei se os senhores já acompanharam reunião de Condema e Condusc, onde 50% dos membros são do governo, 50% dos membros da sociedade civil organizada. Começa se a querer fazer laboratório na cidade de São Carlos. Puxa vida, alguém disse na reunião hoje da Câmara Técnica: vereador, o senhor não permite que a gente inclua, nessa discussão que nós



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

estamos travando agora, da expansão urbana de Santa Eudóxia, que já fique obrigado os produtores rurais a plantarem 50% de laranja e 50% de cana? Meu Deus do Céu! Tem competência o município para fazer isso com a propriedade? Isso já foi discutido no governo federal e eu disse a um dos membros: Pessoal, não tentem fazer laboratório no caso de Santa Eudóxia, nós estamos há um ano e meio tentando corrigir um erro do Plano Diretor aprovado em 2016, e nós vamos fazer laboratório para judicializar e para não sair nunca mais? Essa é a verdade! E agora, além dos conselhos, além dessa discussão interna administrativa, tem o tal do quarto andar, tem o tal do quarto andar, por quê? Muitas vezes, você tem um empreendimento que já passou por todas as etapas dentro da cidade, mandou pagar Prohab em São Paulo, que é um outro órgão que deve se manifestar. A Cetesb tem que se manifestar, cidadão já está há três anos correndo para aprovar o empreendimento e aí na hora de publicar a aprovação tem que passar pelo quarto andar, tem que pedir para publicar. E isso é perigoso, é perigoso porque num mercado tão concorrido, às vezes, você segura a publicação de um empreendimento de uma pessoa para colocar na frente de outra pessoa, causando um grave prejuízo ao empreendedor e isso não pode acontecer. Então, em algum momento, nós vamos ter que rever esta questão de aprovação de empreendimento da cidade de São Carlos.

VEREADOR PARANÁ FILHO: Concede um aparte? **VEREADOR JOÃO MULLER:** Claro, vereador, só um minutinho, eu tenho casos que eu tenho acompanhado de seis meses que a pessoa conseguiu a aprovação em todos os órgãos e precisou esperar seis meses para publicar o seu empreendimento na cidade de São Carlos. Será publicado algum outro antes dessa publicação beneficiando empreendedores de interesse? Essa é a interrogação que precisa deixar. Tomar cuidado, quarto andar, responsabilidade. Pois não. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Eu quero corroborar com a fala de Vossa Excelência, porque inclusive por encaminhamento dessa presidência chegou ao gabinete de todos os Srs. e Sras. Vereadoras que o Condema também se manifestou de forma contrária à regularização de empresas que exploram minério em São Carlos. Inclusive nós temos empresas hoje, pedreiras aqui dentro do nosso município, que já estão constituídas há mais de 60 anos, explorando o minério, gerando empregos e que o Condema não... exarou um parecer contrário à permanência dessas empresas aqui em São Carlos. Ou seja, o Poder Legislativo, o Poder Executivo daqui uns dias não está mandando mais nada, vereador João Muller, daqui uns dias nós estamos à mercê de um conselho. Um conselho muito duro, que não está vendo aí que esse distrito será prejudicado, seu desenvolvimento será cerceado. Essas dezenas de empresas, de mineradoras aqui de São Carlos, que extraem minério, vão deixar mais de 300 pais de famílias desempregados, empresas que já têm mais de 60 anos constituídos por uma burocracia insensata. **VEREADOR JOÃO MULLER:** E o que mais dói, vereador, é você participar de uma reunião dessa, o vereador Moises estava lá, ele pode falar depois também, acho que ele vai usar a palavra, é você fazer a exposição, contar a história do seu distrito, falar da infraestrutura e os técnicos olharem para você como se você estivesse mentindo, como se você tivesse algum interesse particular e não o bem-estar da população. Isso é uma coisa que me irrita profundamente, porque, queiramos ou não, nós não podemos ser acusados de nada, de ter feito nada naquela região se não foi com muita responsabilidade. O último empreendimento que eu entreguei lá em Santa Eudóxia que deu problema no telhado, deu problema numa ordem que eu diria dos técnicos, o telhado ecologicamente correto que deu problema, mas vai lá ver, com água, esgoto, energia, iluminação, guia, sarjeta, pavimentação,



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

calçada e plantado árvore na frente de cada casa. Imagine se é responsabilidade social ou não fazer uma..[interrupção no áudio]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Para concluir. **VEREADOR JOÃO MULLER:** E depois, quando a gente faz o discurso perto dos técnicos, daqueles professores renomados, que precisam sair do mundo da teoria e entrar no mundo da prática, eles ficam incomodados. Eu cheguei a dizer para uma senhora lá: Vamos sair desse mundo, vamos dar um pulo lá em Santa Eudóxia para conhecer as áreas que nós estamos mencionando para ver se tem supressão de alguma árvore nesse local. Não adianta ficar atrás da mesa, em cima do mapa, fazendo considerações desnecessárias, segurando empreendimento anos e anos. Isso aqui passa muito depressa, pessoal, nós já estamos um ano e meio de mandato. Tira meio ano que você vai disputar eleição, acabou. Temos dois anos para viabilizar a melhoria de qualidade de vida das pessoas. Então, não dá para dormir em cima dos projetos. Por isso, Sr. Presidente, eu não sei qual foi o resultado final, vereador Moises daqui a pouco deve falar sobre esse assunto, mas eu saí profundamente irritado quando eu ouvi daquela professora que não se pode mudar o Plano Diretor por causa de meia dúzia de pessoas. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Próximo vereador inscrito, vereador Leandro Guerreiro, pelo tempo regimental de dez minutos. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Sr. Presidente, boa tarde, boa tarde à plateia presente, vocês da imprensa, e todos que estão assistindo, colegas vereadores. Hoje é o dia de desmascarar o político sujo, o covarde, o pau vai torar hoje, vou acabar com a falsidade aqui. Quem será o político sujo e covarde? Quem será o político sujo e covarde que até agora não teve coragem de me enfrentar publicamente e ataca pelas costas? Quem será? Quem será, Sr. Presidente? Quem será, Chico Loco? Quem será esse que tem inveja do Leandro Guerreiro e demais vereadores aqui? Quem será esse que tem um distúrbio e mudança de comportamento, desvio de personalidade e caráter? Quem será? Hoje a máscara vai cair. Hoje eu batizo essa Sessão como Top 20: o massacre dos dez minutos. Eu estou ensinando como que se faz, aqui você encara o vereador frente a frente, o colega, e comigo não tem mudança de opinião, não. Já declarei que eu sou oposição ao Airton Garcia até o último dia, 31 de dezembro de 2020, vou mostrar também que esse vereador tem carguinho. Agora eu vejo muita gente falar que vereador tem carguinho e provar, ninguém prova, hoje eu vou provar. Vamos lá, chegou a hora, vamos ver quem é o danadinho. Deadpool? Não! Deadpool é só um mercenário, linguarudo, que fala demais, está no cinema, não é o Deadpool. O que incomoda é o que está atrás disso aqui, que faz as coisas nas costas do povo, Top 20 está aqui, vamos começar, vamos falar a verdade frente a frente aqui. Vamos lá. Está preparado? Vamos ver quem é o danadinho aqui. Vamos ver. Estão curiosos, né? É, hoje acabou, a máscara caiu hoje. Paranazinho, menininho, pequenininho, é você? Não acredito, produção, melhorasse na cara do menino, deixou ele meio vesgo aqui. Vamos para o Top 20, para as provas, porque não pode ficar aqui, usar a Tribuna nas costas do político e não provar. Vamos provar hoje o que eu disse. Primeiro, vamos lembrar o Top 20, por que Top 20? Porque na Sessão do 16 de maio do ano passado, o pequenininho, o vereador pequenininho, tem a Ata aqui na minha mão, ele fez top 20: 20 xingamentos ao governo Airton Garcia e ao próprio Airton Garcia, 20 xingamentos o pequenininho fez. E vamos para esse Top 20, depois vocês que estiveram achando que não é verdade do Leandro Guerreiro, tem vídeo, tem a Ata por inscrito e também não precisa mais vereador ficar falando, viu? Quero que conste na íntegra e na Ata a fala dos vereadores, já é constado, não precisa o vereador ficar falando. Vamos ao top 20. Primeiro, ele na sua bravura, na sua



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

valentia, disse que o governo era incompetente, Top 1. No Top 2, disse que o governo era corrupto. No Top 3, o governo era mau-caráter, isso fala do pequenininho, do Paranazinho, do inho, inho. Disse que o governo era de pilantras, disse que o governo era de picaretas, disse que nossa cidade tinha pessoas no governo descompromissadas com a ética e a moral. Ele é bom para falar de ética e moral, inclusive, ele tem que revelar que no grupo de 'Zap' que eu vou mostrar no final, ele fez um documento aqui, cantando de galo para incluir o nome dele na Comissão de Ética e querendo menosprezar o trabalho de Azuaité e Robertinho Mori, que agora tem um cara macho na Comissão de Ética, para cassar o vereador Leandro Guerreiro. Eu queria que o Marquinho Amaral, não está aqui presente, eu queria que o Marquinho Amaral deixasse a presidência para você assumir a presidência da Comissão de Ética, para ver se você é homem macho para me cassar mesmo, traz o meu nome aqui para os vereadores me cassar, depois você vai falar. Tem mais aqui, olha, disse que o governo não tem pena das crianças, o pequenininho, está tudo na fala dele, é ele que disse, é o método dele, eu estou usando no método do pequenininho. Disse que ladrões invadiram a nossa cidade. Disse que Airton puxa a fila da ladroagem, se o Airton puxa a fila da ladroagem, ele termina a fila. É o método dele, vamos terminar, hoje é o show. Disse que o Airton Garcia tem que ser algemado, o Paranazinho inho, inho, inho disse, que o Airton Garcia tinha que ser o primeiro a ser algemado. Disse que o Airton era bandido, por mais que eu combata o governo Airton, eu jamais disse que o Airton é bandido, eu uso outros termos. Disse que o Airton era um crápula. Disse que o Airton era mentiroso, inconsequente, mau caráter e que São Carlos estava sendo administrada por uma quadrilha de bandidos. E ele entrou na quadrilha, ele entrou na quadrilha. Disse que havia mensalinho. Bem, vereadores, isso aqui é grave ou não é, ou pode? Pode vir aqui, atacar todo mundo dessa forma? Disse que ia dar nome dos mensalinhos, todo mundo está esperando, passou um ano já, de 16 de maio para agora, um ano e uma semana. Disse que quem encabeça a bandidagem é o prefeito Airton Garcia. É o pequenininho inho, inho, postura pequenininho, ele tem distúrbio de comportamento, o menino. Disse que boi preto lambe boi preto. Vou fazer uma charge do Airton lambendo a sua orelhinha, boi preto lambe boi preto. [falas sobrepostas]. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** [pronunciamento fora do microfone]. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Disse também que quem anda com bandido é bandido também. Então, usando o método dele, é o novo bandido de São Carlos, Paraná Filho, novo bandidinho de São Carlos! **VEREADOR PARANÁ FILHO:** [pronunciamento fora do microfone]. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Se atrapalhar minha fala, você restaura meu tempo, fazendo favor. Agora é a prova, ele nunca disse para a população que ele tem cargo na prefeitura e hoje eu vou provar. Primeiro cargo dele, tem mais cargo, mas eu só posso provar dois, então vou falar dos dois. O primeiro cargo dele é esse elemento aqui ó, Faete, foi assessor dele aqui o ano passado. E aí tirou o Faete da assessoria para encaixar ele no orçamento participativo, mas algo deu errado no combinado dos dois, o Faete acabou não assumindo. Aí ele chamou uma outra pessoa. Tem Diário Oficial, tem data, tem tudo. Esse é o Faete, entenda bem, hein? Faete. Aqui o Diário Oficial provando que ele é assessor do Paraná Filho, no gabinete. Não deu certo o cargo para o Faete, porque ele precisava de uma vaga no gabinete, e sempre colocando a faca no pescoço do Airton Garcia, ele vai, aponta o erro, e aí vai no Airton: se você não me der isso, eu vou para cima. Por isso chamou o Airton de tudo isso aqui que vocês viram. Aí ele chamou esse aqui ó, Jefão Moreira, foi candidato pelo PSB. Aqui está o Diário Oficial do



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

Jefão Moreira sendo nomeado aqui em julho, dois meses depois de todo esse xingamento ao prefeito Airton Garcia, dois meses depois, nomeou o Jefão Moreira. Tá, mas o que prova isso aí, Leandro? O que prova que é do cargo do Paraná? Qual que é a ligação? Ligação é a própria conversa do cargo, uai, vamos ver o que o próprio cargo falou. Eu perguntei para ele: Ô, Jefão, parabéns, vi a sua nomeação. Se uniu com o Paraná Filho? Aí ele diz: "Bom dia, Leandro. Então, rapaz, o Paraná Filho me ligou a semana passada, me ofereceu o cargo, e como eu acho que eu tenho bastante coisa para oferecer na nossa cidade, eu aceitei". É extraordinário ou não é? Mais uma prova de dois cargos, por isso que o Airton hoje não é mais bandido na opinião dele. Por isso que ele está na quadrilha. Agora o ataque que ele faz pelas costas, porque não é homem, mas eu estou te ensinando, quando você usar a Tribuna, você se dirija a mim e fala olhando no meu olho, não nas costas, igual você faz. E o Marquinhos chegou agora, Marquinho, eu tinha falado o seu nome aqui, libera a presidência da Comissão de Ética para o menininho, para o pequenininho, inho, inho, inho, para ver se ele é macho o suficiente, para ver se põe o meu nome para me cassar, ele não te pediu ainda, mas eu estou te pedindo, libera. Você tem... está trabalhando o negócio de hemodiálise, está num ataque muito legal, combatendo isso aí que precisa, deixa o menininho ser presidente. Vamos ver se ele é homem, macho, para ele fazer igual ele fez com o Airton Garcia. Só que aqui não tem carguinho para te dar, não. No dia da manifestação, que ele esculachou o Marquinho Amaral aqui, da manifestação do servidor público contra mim, ele queria falar aquilo para mim, mas ele não tinha coragem e ele atacou o Marquinho. Você foi penalizado, culpa minha aquele dia, Marquinho, foi para cima do presidente também, tudo que ele queria falar para mim ele falou para vocês. Estava o meu assessor no meu gabinete, se preparando aqui para enfrentar o servidor público. Falei para o meu assessor: Du, entra na página dessa servidora, porque ela vai usar a Tribuna, ainda orientada por ele. Eu falei para ele: Preciso dessa prova. Ele entrou no meu gabinete, o pequenininho inho, inho, inho, ele entrou no meu gabinete e viu que nós estávamos na página dela. Deu dez minutos ela postou no seu Facebook, olha o que ela postou. Além de tudo ser pequenininho, bandidinho, quadrilheirinho, ladrãozinho, tudo que você falou o método do Airton, é o seu método, você é isso. Olha o que ela postou aqui ó: "Manda assessor tirar 'print' das minhas publicações, mas não desbloqueia para debater com médico". Além de ser... é tudo linguarudinho. Só eu, o meu assessor e o inho, inho, inho que sabia, depois de dez minutos ela postou no Facebook. Aqui conversa de 'Zap' ele falando: "Agora tem macho, agora aqui não tem desculpa, está aqui o documento para a Comissão de Ética, já que o Azuaite e o Robertinho"..."[interrupção no áudio].

PRESIDENTE JULIO CESAR: Pois, não. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Fez no grupo 'Zap' de mais de 200 pessoas, onde eles ficam murmurando, zombando, chacoteando. Aí, olha o impressionante agora, como que o próprio mês vomita a própria sujeira. O mês de março vomitou a sua própria sujeira. E outra, ele ataca o Jornal Primeira Página hoje. Quando o jornal fazia matéria favorecendo, o jornal era bom para ele. Então cuidado, vocês, hein, da imprensa? Diferente de mim, que eu já falei para o Jotinha: Jotinha, parabéns. Quando me puxa orelha, faz algumas críticas a mim, parabéns. Porque quando eu mais precisei, vocês me ajudaram. Jamais vou ir para cima de vocês da imprensa, quando eu mais precisei, vocês me ajudaram! Aqui está a página de março, dia 16 de março, o pequenininho inho, inho, inho... não, deixa eu deixar isso aqui para depois. É, vamos falar, o pequenininho inho, inho, inho disse que: "Airton é picareta". Disse que Airton era picareta.



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

Aqui, no mesmo mês de março, um ano depois, chamado de malandro, Paraná Filho é malandro. [falas sobrepostas]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Para concluir, por favor. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Aquele ele chama o Airton de picareta e aqui ele é chamado de malandro. Só tem mais uma só para concluir. O Paraná Filho está com medo aqui que eu termine a conversa, ó. Ó, aqui, o ano passado registra B. O. contra Airton Garcia, no mês de maio. E o mesmo mês de maio aqui, quando o amor acaba, porque ele ameaçou Airton numa processante que está aqui hoje para ser discutida hoje. E já mudaram o relatório, covardemente, nas costas do povo. Só que nós vamos debater isso aqui hoje. Eu vou mostrar os dois relatórios, um que cassa e um que aprova e libera a cabeça do Airton. E aqui mostra quando eu e o Paraná saímos na capa do jornal, olha. Nós dois denunciando o governo Airton, as coisas do governo, eu e ele do mesmo partido. Isso aqui foi em abril de 2017, ele mudou a postura, eu continuo denunciando e do lado do povo, ele já entrou para a quadrilha. Agora, o jornal não interessa mais para ele. Ele tem inveja que eu trabalho para o Marcos Santos. Marcos Santos é homem, rapaz. Eu trabalho para homem. Você é moleque. Você dependeu do Marcos Santos, rapaz, para a sua campanha. Foi pedir coisa lá para ele, rapaz, e agora você ataca. Eu trabalho para homem. Marcos Santos é homem. [falas sobrepostas]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Para concluir, Leandro. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Para ladrão você trabalha, rapaz! **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Por favor. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Ladrãozinho, ladrãozinho e o bandidinho está aí. Segundo o seu método, não sou eu que estou falando, hein? É o seu método. Você disse, você entrou para a quadrilha, bandidinho. [falas sobrepostas]. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** [pronunciamento fora do microfone]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Por favor. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Agora pode me atacar, agora, na frente, não pelas costas. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Nunca fiz isso! **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** É isso aí, população. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** [pronunciamento fora do microfone]. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** E como você gosta de atacar aquelas costas. [falas sobrepostas]. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Tira seus lixos daí. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Como ele gosta de atacar aquelas costas, eu vou dar... **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Bom, na verdade, eu... **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Vamos só estabelecer o tempo. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Agora pode atacar pelas costas, que você ataca pelas costas. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Infelizmente, esse é o retrato da política brasileira. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Vereador Paraná, só para a gente estabelecer o tempo certo. Então é um minuto que o senhor já tem o direito de resposta, o senhor vai falar como liderança mais cinco e depois a sua fala, é isso? **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Não, eu não vou usar meu tempo de líder para falar sobre. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** É só um minuto. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Não, não vou. Acho que não é ético da minha parte usar meu tempo de líder, vou usar meus dez minutos. Vou usar o meu um minuto agora de direito de resposta e depois... **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Um minuto, direito de resposta. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** População de São Carlos, esse é o retrato da política, esse, olha. A política virou uma palhaçada. A política virou uma palhaçada. O parlamento virou uma palhaçada. Os políticos, alguns políticos não têm a seriedade de um homem público, de uma autoridade, de quem recebe do suado dinheiro público quase R\$ 5 mil por mês para vir aqui fazer palhaçada, para fazer showzinho. Isso é postura de moleque, isso é postura de um político baixo,



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

mesquinho, isso é postura de uma pessoa que não está nem um pouco preocupada com os problemas da cidade. Olha a roupinha dele! Esse cara aqui com certeza, se ele não colocar a roupa do Batman, ele não dorme, pode ir lá no guarda-roupa dele que deve ter a roupa da Barbie, do Robin Hood lá, da Barbie, senão ele não dorme, ele se acha um super-herói..[interrupção no áudio]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Para concluir. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** E vem nessa Tribuna aqui contar mentira em cima de mentira. As únicas verdades que ele disse aqui foram as acusações que eu fiz para o Airtton, as únicas verdades, únicas. O vereador Marquinho Amaral está aqui, pergunte para o vereador Marquinho Amaral o dia que o vereador Marquinho Amaral me ofereceu a presidência da Comissão de Ética, o que eu falei? Eu falei: Marquinho, eu não quero. E o vereador Marquinho Amaral me ofereceu. Mentira desse cidadão que se intitula o herói, o Superman. Olha só, isso é postura de homem? Não é, gente, isso é postura de uma autoridade? Olha a roupinha dele, o que você é? Você é Tarzan, o que você é? Olha a roupinha dele, isso é uma palhaçada. Eu fico vendo por esse parlamento, que é formado de homens e mulheres, pessoas sérias, do povo, que foram eleitas, que foram para as urnas, a população que paga isso aqui, paga o imposto para ter essa energia elétrica, para ter essa folha de papel, paga o nosso subsídio para ficar vendo uma coisa dessas. Isso é uma vergonha para o nosso parlamento. Pode ser engraçado nesse momento, mas reflita na sua casa, esse é o parlamento, esse é parlamento de São Carlos. Essa palhaçada aqui, olha. E é por isso que o povo está enjoado da classe política, está enjoado disso aqui, olha, um palhaço, uma palhaçada, isso aqui virou um circo, né? Olha aí a roupinha dele, olha o terninho dele, é. Mas eu vou voltar a esse assunto nos meus dez minutos, Sr. Presidente, inclusive, vou dizer a serviço de quem o grande Marcos Santos, o sinônimo de honestidade de São Carlos, vou usar nos meus dez minutos. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Na sequência, o vereador Lucão Fernandes, pelo tempo regimental de até dez minutos. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Olha o que virou nosso parlamento aí. Virou essa palhaçada aqui ó, população esperando coisa séria e vê isso. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sra. Vereadora Laide das Graças Simões, população que nos acompanha de casa, amigos que vêm aqui no Plenário toda semana, eu quero, inicialmente, falar um pouco em relação à fala do vereador João Muller que ocupou a Tribuna aqui falando. Eu espero que eu tenha entendido errado, eu espero que eu tenha entendido errado quando falou da Câmara que votou equivocadamente o Plano Diretor. Se estiver falando da Câmara Técnica, eu vou entender que tudo bem, pode ter havido da parte deles algum equívoco na forma de montar todo o Plano Diretor, João Muller, mas a responsabilidade dessa Câmara Municipal na aprovação, nós seguimos todos os ritos possíveis que foram solicitados, que consta para que possamos votar o Plano Diretor. Seguimos religiosamente todas as audiências que foram solicitadas, que faz parte do rito, fizemos todas elas, as audiências temáticas, setoriais nos bairros e foram dadas oportunidades para todo mundo que quisesse apresentar qualquer tipo de expansão, para qualquer lugar da cidade. O vereador que, na época, se não me engano, era o Lineu Navarro e toda a documentação nós encaminhamos para essa comissão. A comissão, João Muller, analisou todos os encaminhamentos que foram feitos. No dia da votação, nós ficamos das 10h da manhã, se eu não me engano, até quase 21 horas da noite, discutindo todo esse processo do Plano Diretor. O promotor, Dr. Sérgio Domingos, esteve aqui presente também, comeu pão com mortadela junto com a gente aqui, na correria da gente estar votando esse Plano Diretor.



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

Então, foi dada oportunidade a todo mundo que quis fazer qualquer tipo de expansão. Então, eu não vejo falha do parlamento em ter deixado de observar qualquer tipo dessa natureza. Vejo que foi tratado com muita responsabilidade a Câmara Municipal, um aparte para Vossa Excelência. **VEREADOR JOÃO MULLER:** Pois não, agradeço o aparte, vereador Lucão, eu acompanhei, ainda que de longe, toda a tramitação da revisão do Plano Diretor. Aliás, eu estive em algumas temáticas, lá no Santa Felícia, aqui na Fesc, acompanhando. A Câmara falhou quando rejeitou a emenda, não estou dizendo que é erro de procedimento, é erro de mérito, Vossa Excelência tem culpa nenhuma, aliás, eu redigi a emenda, àquela época, para o vereador Roselei apresentar e não passou na análise da comissão que estava avaliando. Em nenhum momento, eu disse que Vossa Excelência deixou de cumprir os procedimentos definidos naquela revisão. A minha colocação nesse momento é porque na mesma hora, eu estava ouvindo lá de Ibaté, trabalhando, em que foi rejeitada a emenda de Santa Eudóxia, eu liguei para o vereador Roselei, cobrando dele naquele momento não ter discutido aquela questão. Porque hoje eu estou sentindo o efeito, eu disse para ele na época, hoje nós estamos sentindo. Eu não, o povo de Santa Eudóxia, hoje nós estamos sentindo o efeito de não ter passado aquela emenda naquele momento, mas também não posso culpar o vereador Roselei, porque é decisão colegiada. Então, eu não vou dizer "foi Vossa Excelência", eu estou dizendo que houve um erro da Câmara na questão do mérito, o restante, Vossa Excelência fez de acordo. Inclusive quero parabenizá-lo, porque encontrei o promotor em todas as temáticas. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** Muito obrigado, vereador João Muller, inclusive, eu quando estou falando em relação, não falo também da minha pessoa, falo em nome de todos os vereadores que estiveram naquela gestão. Não sei o que houve, não lembro, não me recordo dessa parte de Santa Eudóxia, talvez poderíamos ter discutido mais essa questão, agora não me recordo, mas coloco à disposição de Vossa Excelência essa luta agora, né? A Câmara, na sua totalidade, tenho certeza, onde tiver que fazer aí uma expansão para que possa contemplar moradias para a população, conte comigo, pode ter certeza que pode contar também com essa Casa de Leis. Somente quis falar em cima da fala de Vossa Excelência para ter um esclarecimento em relação da forma que foi colocado aqui. Eu gostaria também de falar que, na próxima quinta-feira, nós estaremos reunidos aqui, eu gostaria da participação de todos os Srs. Vereadores, se for possível estar aqui conosco às 18 horas, que nós vamos ter aqui uma Audiência Pública relacionada à saúde pública de São Carlos. Foi uma solicitação do Sindspam, preocupado com a segurança do servidor público municipal, preocupado com a estrutura que nós temos de servidor municipal, onde a quantidade está trabalhando com números bastante reduzidos. Existe por parte do secretário que aponta que existe falta de servidores e a Dra. Helena fala que tem servidores suficientes. Então, essa Audiência Pública da próxima quinta-feira vai servir para nós discutirmos em relação a essas questões e essas divergências. Nós estamos chamando praticamente todo o setor de saúde para estar aqui conosco, todos os responsáveis pelas UBSs, secretário, prefeitura municipal, o Ministério do Trabalho, Sindspam, Comissão de Saúde e gostaria que a população estivesse aqui, funcionários da prefeitura, principalmente da área da saúde, se puderem estar aqui conosco, os Srs. Vereadores se puderem estar aqui. Para que nós possamos nessa quinta-feira agora, já que teve o concurso público municipal, que nós possamos já dar um basta a partir de quinta-feira e que para os próximos dias a gente consiga a reabertura da UPA do Santa Felícia. Consequência da não abertura nós estamos vendo aí o número que a UPA da Vila Prado está



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

atendendo, quase 600 pacientes por dia, veja a sobrecarga que fica sobre os funcionários que lá estão trabalhando, sobre o médico, os auxiliares, o corpo administrativo, o corpo de Enfermagem, uma pressão muito grande em cima desse atendimento. E a população tem pressa, você vai ficar lá quatro, cinco horas esperando? Então não dá. Então fica essa pressão também em cima dos servidores públicos municipais, que não podem continuar trabalhando sob essa pressão. A UPA lá da Cidade Aracy quase 300 atendimentos por dia. A Santa Casa está vazando gente pelo ladrão, estão em reforma e é uma coisa que dá pena de ver, corredores lotados, pessoal na maca, então, nós precisamos, a partir de quinta-feira, meu presidente e também Srs. Vereadores, sairmos daqui com uma data e quem sabe escrito em uma Ata, uma data para abertura dessa UPA. Nós não podemos mais aceitar aquela UPA fechada. Ela vai ser, com certeza, o desafogamento da unidade da UPA da Vila Prado e também da Santa Casa. Nós estivemos ontem visitando com alguns colegas vereadores, que eu não vou declinar o nome aqui, posso esquecer de algum, mas uma grande parte dos vereadores representando todo nosso parlamento, nós estivemos lá visitando o AME, já está em pleno vapor, atendendo, dentro do possível, as demandas que são encaminhadas pelas UBSs, pelas USFs e estão atendendo ali nas suas especialidades. Mas gradativamente estão melhorando esse atendimento, nós percebemos lá que tem pessoas que ainda falta, um número de pessoas que são feitos encaminhamentos para fazer o seu atendimento, nós percebemos que ainda a pessoa falta, não vai lá para ser atendida. Então eles estão corrigindo isso daí, para que os próximos agendamentos do próximo mês não ocorra mais isso, meu presidente. Então é isso, gostaria mais uma vez de reforçar, João Muller, se puder estar aqui conosco, costuma estar aqui praticamente em todas as audiências, Srs. Vereadores, nos ajudem nessa luta, Dimitri, Malabim, todos os Srs. Vereadores. Venha conosco na quinta-feira, vai estar aqui o Sindspam, vai estar aqui o secretário de Saúde, Secretaria da Administração, Ministério Público, e para que nós possamos juntos resolver esse problema da UPA do Santa Felícia, não pode mais ficar fechada. É isso, Sr. Presidente, na minha fala na tarde de hoje.

PRESIDENTE JULIO CESAR: Muito obrigado. Na sequência, o vereador Malabim, pelo tempo regimental de até dez minutos. **VEREADOR MALABIM:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, Vereadoras, população que nos acompanha, imprensa presente, população que nos acompanha em casa, através do rádio, da TV, da Internet, o meu muito boa tarde a todos vocês. Nós vemos muitos debates aqui na Câmara Municipal e que todos eles sejam sadios e que a população, logicamente, que entende da melhor forma que possa entender e a população sempre julga da melhor forma que possa julgar. Nós vemos também muitas cobranças aqui nesse Legislativo, em relação ao Executivo, e nós temos muitas cobranças, e nós, logicamente, que levamos o peso dessas cobranças, mas a execução fica por parte do Executivo para executar as ações em nossa cidade que precisam ser feitas. E nós tentamos explicar para a população da melhor maneira essa questão, é uma dificuldade muito grande do Legislativo em relação a explicar para a população, que julga muitas vezes esse Legislativo, em relação a serviços não prestados. E esses serviços não prestados, nós apenas somos a voz da população para trazer aqui a voz da população ao Executivo, para cobrar o Executivo, que tem os seus tentáculos, as suas secretarias e nós, logicamente, que estamos atentos sobre essa questão. Eu vou falar um pouco sobre o transporte público, inclusive foi tema no início dessa Sessão de hoje, a respeito da Secretaria de Trânsito, e nós estamos sempre atentos, cobrando a secretaria. E nós, logicamente, todos os vereadores, não só esse vereador, tem muitos e muitos



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

requerimentos, ofícios para a Secretaria de Trânsito. Fazemos reunião com o secretário, com o diretor, que agora mudou, acho que é o Paulo, acho não, é o Paulo agora que entrou no lugar do diretor que estava antes, e nós temos muitas dificuldades. Essa semana agora, nós tivemos cobranças através da rádio, do Carlinhos Limas, do Carlinhos Lima, e também em nosso gabinete, a respeito de passagem de pedestre na Iwagiroy Toyama. Eu disse para o munícipe que me procurou: "Eu já fiz esse requerimento há mais de ano e estou cobrando, há mais de ano", mas infelizmente não temos sucesso em relação à sinalização que nós fazemos requerimento para a Secretaria de Transporte e Trânsito. Então, nós viemos pedir aqui ao Sr. Coca, que deve estar nos ouvindo ou que vai saber do que estamos falando aqui e que já foi tema no começo, foi pauta no começo da Sessão, em relação a sinalização, que todos requerimentos de vereador, indicação de vereador, nós não estamos sendo atendidos nessa questão do transporte. É faixa de passagem de pedestre em frente escolas, em ruas com duas mãos, que é rua pequena, como a Iwagiroy Toyama. Estreita, como é Iwagiroy Toyama, que ainda tem estacionamento na rua, na via. E nós não temos sucesso. E as pessoas nos cobram constantemente. Mas, infelizmente, nós cobramos aqui e não somos atendidos. E outra questão que eu queria falar, além de sinalização, teve uma mudança no Aracy, próxima à escola Derigi. E o que acontece? Foi EPTV, toda a população que leva os seus filhos ali na escola Derigi fez reclamações. Reclamações pontuais. E o que se pôde ouvir é que não tem o que se fazer, que foi feito um estudo e foi colocado ponto ali. E o ônibus passa em frente à escola, em horário de saída das crianças da escola. É outra questão que tenho que fazer, sim, porque se o ponto não estava lá até hoje, tem como mudar, sim. Então, Sr. Coca, se reúne, se reúne com a sua equipe e vê o que é melhor para a população. Não o que é melhor para a empresa do ônibus. Não estou questionando a empresa. E não que seja melhor para o diretor ou para o secretário. Tem que ver o que é melhor para a população e fazer o que é melhor para a população. Se a população inteira, que leva seus filhos ali, estão reclamando, é porque estão vendo o problema que tem, o perigo que tem em relação. Agora, a rua, a situação que ficou com o ônibus ali. Então, tem que ver essas questões. E aproveito para continuar falando da Secretaria de Trânsito. Eu já falei aqui o ano inteiro em relação da licitação do transporte coletivo de nossa cidade. Depois aconteceu toda aquela anarquia que teve em relação da administração tomando posse da empresa na cidade de São Carlos. Que eu fui um dos que vieram aqui, e outros vereadores também, e pediu para o Sr. Secretário e Prefeito que não era feio devolver a empresa para a própria empresa e acabar com a intervenção. E há alguns dias eu falei aqui em relação à licitação novamente, que o Sr. Coca Ferraz que faz um papel de pão. Nós estamos esperando, Sr. Coca Ferraz, secretário de Transporte e Trânsito, estamos esperando este papel de pão para normalizar a situação do transporte em nossa cidade. Porque hoje está tudo bem, as águas estão tranquilas, o mar está tranquilo, mas pode voltar a ter tempestade novamente. E quem vai pagar por isso? Quem vai sofrer as consequências de pessoas que retardam a licitação? É a população. É a população, e mais uma vez cai em cima dos vereadores. Mais uma vez se acontecer novamente, vereador Lucão, é aqui ó, nesse Legislativo, que cai a culpa e a responsabilidade. Por isso que temos que cobrar e deixar claro em relação à licitação do transporte coletivo da nossa cidade. Que todas as cidades já têm as suas licitações feitas e concluídas. Para que nós possamos ter aqui em nossa cidade o que a empresa tem de oferecer para melhor, que aí sim nós temos condições plenas e lógicas de combater e cobrar. Aí sim, nós temos plenas condições de fazer as cobranças necessárias. Mas



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

hoje, a cobrança necessária que temos que fazer é para a Secretaria de Trânsito, é para a administração para que realize essa licitação. Sim, Excelência, vereador. **VEREADOR JOÃO MULLER:** Eu quero somente concordar 'in totum' com as palavras de Vossa Excelência. A cidade de São Carlos precisa resolver de uma vez a questão do transporte, porque afinal de contas, se novamente tivermos uma crise entre as partes, termina aqui nessa Casa. Nós já sabemos como que é. Mas lá na secretaria que o senhor está mencionando, Trânsito e Transporte, precisa tomar muito cuidado porque não é só a licitação de transporte que está atrasada. A da rodoviária está atrasada, a do pátio lá embaixo está atrasada. Daqui a pouco o Sr. Prefeito vai ter a sua conta rejeitada e aí vão ficar buscando alguma forma de resolver que não seja a legal nesse momento. Então, eu acho que Vossa Excelência toca num ponto importantíssimo, é uma secretaria vital para a cidade de São Carlos. Eu sei que nós tivemos uma intervenção, tivemos a troca de secretário por um momento, mas é preciso colocar para a população rapidamente todas essas licitações que estão pendentes nessa secretaria, sob pena do prefeito ter problema na frente com o Tribunal de Contas. **VEREADOR MALABIM:** Muito obrigado, excelentíssimo vereador. Exatamente. Nós temos aqui, como eu já fiz requerimento solicitando o contrato sobre a empresa que gerencia a rodoviária, a Socicam. Nós estamos da mesma maneira, a gente cobra, faz indicações para o prefeito, faz reuniões, fala sobre o problema que está. Tem o problema das contas também para ser aprovado em relação a essas questões. E não sei o que acontece, parece está tudo tranquilo. E não está tranquilo. Não está tranquilo. A cidade perde com a empresa que gerencia a rodoviária em nossa cidade. Eu já trouxe números aqui, que agora não está em mãos. A cidade perde muito nessa questão da Socicam em relação a administrar a rodoviária em nossa cidade. Porque dá para a administração R\$ 4 mil e leva 150 mil, 170 mil/mês daqui da nossa cidade de lucro. Então, é uma questão que precisa ser revista, precisa fazer essa licitação também. E nós vamos trazer aqui, também os números, já trouxemos o ano passado, mas vamos trazer novamente essas questões. E nós queremos, queremos que o Sr. Coca Ferraz, que é um homem inteligente, que ele resolva os problemas que estão aí nessa questão da sua Pasta, sua Secretaria, em relação ao pátio municipal também. Que são empresas que estão sem contrato, porque venceu o contrato [interrupção no áudio]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Para concluir. **VEREADOR MALABIM:** Estão trabalhando sem contrato e não se consegue realizar uma licitação decente para que tenha êxito em tal licitação. Eu quero agradecer a presença aqui do Nivaldo José da Silva, que é um membro da CUT, um dos diretores da CUT. Seja bem-vindo, que venha mais vezes aqui o amigo, Nivaldo José da Silva, e bom trabalho lá nos metalúrgicos, defende a classe metalúrgica, a qual eu já trabalhei 20 anos, aproximadamente, na Tecumseh do Brasil. Seja bem-vindo, meu amigo, um abraço. Sr. Presidente, é só. Meu muito obrigado. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Obrigado. Na sequência, o vereador Marquinho Amaral, pelo tempo regimental de até dez minutos. **VEREADOR MARQUINHO AMARAL:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, população que nos acompanha aqui no Plenário nesta tarde, que nos acompanha pela TV, pela rádio, pela internet, a imprensa aqui presente, o Adão Geraldo, o Abner, a Folha, os nossos queridos amigos, Carlinhos, Fabinho, todos aqueles que estão nos acompanhando, nós tivemos a oportunidade, hoje, pela manhã, de visitar alguns locais da cidade de São Carlos em companhia de alguns secretários municipais. E as pessoas que nos acompanham pela rede social viram que, no final da semana passada, nós publicamos no nosso Facebook um bolo,



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

vereador Kiki. Era o meu aniversário no domingo, nós comemos um bolo aqui na terça, gentilmente oferecido pelo vereador Roselei Françoso, e, mas não foi por motivo, vereador presidente Julio Cesar, do nosso aniversário e de alguns vereadores que nós colocamos lá um bolo gostoso, bonito, de morango com chantilly. O motivo daquele bolo é porque naquele dia 16 de maio, sobre o signo de touro, fazia aniversário a visita que nós fazíamos à Avenida Miguel Petroni, uma das mais movimentadas da cidade de São Carlos. No dia 16 de dezembro de 2017 nós estivemos lá e em outros pontos da cidade, inclusive na Unicep, que é uma universidade que traz recursos a São Carlos, que é uma universidade que oferece a São Carlos só coisas boas, que tem aberto as portas com seus cursos, agora recentemente o curso de odontologia, e vários outros cursos. Inclusive o nosso presidente, o vereador Julio Cesar, é um dos professores dessa universidade, e nós tivemos lá também em companhia do secretário Edson Ferraz e do secretário Coca na mesma data. No dia 16 de maio de 2017 estivemos reunidos com os diretores da Unicep, Dr. Marcello Ienco e Dr. David Braga. E na oportunidade, levamos lá a intenção do Sr. Prefeito Municipal de fazer alguns convênios com aquela universidade para absorver na máquina administrativa, principalmente na área de saúde, os profissionais que fazem estágio e que precisam fazer estágio na rede municipal de saúde. E naquela oportunidade nos foi pedido que fosse feito um rearranjo no trânsito ali na rua Pedro Bianchi, que é a rua que passa defronte ao campi, ao campus da... daquele campus da universidade. Passou um ano, nada foi feito. Aí, passou um ano no mesmo dia, da visita que fizemos a Miguel Petroni com a esquina, com a Jorge(sic) Duarte de Souza, do Santa Paula, aonde tem vários comércios, inclusive o comércio que há mais de 45 anos está estabelecido no mesmo local, quando a avenida Miguel Petroni era totalmente de terra, que é o supermercado Arco-íris, da tradicional família Migliato da cidade de São Carlos. Passaram, passou um ano, Marco Pietrolongo, e nada foi feito. O secretário Coca se esqueceu das promessas que havia feito. E nós estivemos lá na Secretaria algumas vezes, telefonamos, fizemos cobrança. A prefeitura, através de Departamento de Trânsito, esteve lá algumas vezes e acabou não fazendo as melhorias que tinha que fazer. E hoje, pela manhã, eu conversava com o secretário de Governo, Dr. Edson Fermiano, e eu dizia que eu não faço política assim. Que, para mim, política é coisa de homem, é coisa do fio de bigode, é a palavra empenhada, palavra dada e palavra que tem que ser cumprida. No momento em que eu fui lá, como um leigo, e eu levei um técnico da categoria do Sr. Coca, ele poderia ter dito aos comerciantes da região: "Aqui não pode ser feito nada. Aqui não dá para fazer o que vocês estão pedindo, ponto final". Eu estaria, como representante da população e como leigo no assunto de transporte, seguindo aquilo que me foi dito por uma pessoa que eu confio ainda, que é o Sr. Antônio Carlos Pinto Ferraz, Antônio Clóvis Pinto Ferraz, o Coca. Só que passou um ano e nada foi feito. E eu dizia para o Dr. Edson Fermiano hoje, pela manhã... Aliás, o vereador Malabim e o vereador Edson presenciaram parte da conversa, de que as coisas precisam ser mudadas. Esta Casa precisa começar a ser respeitada, porque aqui não estão sentados 21 idiotas. Aqui não estão sentadas 21 pessoas que caíram de paraquedas. Nós somos eleitos, 21 de 400 e poucos candidatos, nós somos eleitos para representar a população, e, em nome desta população, nós legislarmos dentro desta Casa de Leis com seriedade, com honestidade, com firmeza, com palavra. Eu sou uma pessoa que muitos aqui me conhecem. Quando eu dou a minha palavra, eu não mudo. Nem se para isso eu tiver que ir para o matadouro junto, como já fui numa eleição, quando eu prometi que eu seria candidato a vice-prefeito e com mesmo



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

vendo as dificuldades das pesquisas, vendo que era inviável aquela candidatura, eu disse: "Palavra dada, palavra empenhada, palavra será cumprida". Então, Dr. Edson, é muito importante a sua presença nesta Casa, porque nós precisamos puxar a orelha de alguns secretários, que nem a Vossa Senhoria respeitam, que não respeitam sequer o Sr. Prefeito Municipal, principalmente um ser que saiu da cidade de Araraquara e que está acabando com a educação da nossa cidade. Uma pessoa, e eu vou fazer um requerimento na próxima semana, eu quero saber quantas vezes durante a semana ele está ficando em São Paulo cuidando da campanha do Sr. Marcio França, que é seu Nino Mengatti, que é um falastrão, que é um enganador, que é uma pessoa que caiu de paraquedas, sim. Mas eu disse no meu Facebook, quem o colocou lá foi o Sr. Prefeito Municipal legitimamente. Porque o prefeito tem a caneta. Só que olhem a história da caneta o que deu nos últimos quatro anos do mandato anterior. Talvez as pessoas achem que estão com a caneta, mas o poder é efêmero, o poder é passageiro. Tem hora que a tinta da caneta acaba, e quem ficou com a caneta para dar o final nas contas de 2014 de um homem que se dizia o todo poderoso, foi essa Cata. Já se passou um ano e cinco meses do atual governo. Muitas coisas estão erradas. Esse secretário que sucateia a administração na parte da educação. Hoje eu tive a oportunidade de visitar uma escola. A gente vê que as escolas estão sem faxineiros, a gente vê que as escolas estão, muitas vezes, sem merendeiras, a gente vê que está uma bagunça. Na repescagem, vamos dizer assim, que ele fez, mandando professor daqui para lá, de lá para cá, fazendo uma verdadeira zona com um sistema que sempre funcionou, independente do prefeito de plantão, que é a educação no município de São Carlos. O Sr. Prefeito Municipal, Dr. Edson Fermiano, está na hora de fazer um serviço à educação de São Carlos. Está na hora do Sr. Prefeito Municipal pegar o pé e enfiar no bumbum do Sr. Nino Mengatti. Se ele quer fazer política, se ele quer usar o dinheiro público, o cargo público, a gasolina pública, se ele quer usar a Secretaria, que ele vá fazer em Araraquara, aonde sonha ser prefeito, mas não na cidade de São Carlos! Os professores, e hoje o Edson Ferraz estava comigo, o [interrupção no áudio]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Pois não, para concluir. **VEREADOR MARQUINHO AMARAL:** Eles viram no semblante de cada professora da Cemei do Maria Lúcia, do Walter Blanco, e nós estivemos em outras Cemeis, o semblante, o trabalho infeliz que há por parte de professoras delicadas, que há mais de 20, 25, 30 anos, a minha esposa há 25 anos está na rede e ela nunca viu na história, e ela não se mete em política, a Laide sabe disso, ela nunca viu na história dos 25 anos, completados em fevereiro último de magistério, tamanha zona, tamanha pouca vergonha, tamanho descaso com a educação. Fora Nino! Fora Forasteiro! Fora pessoa que está acabando e sucateando uma educação que sempre deu certo, que é a educação da cidade de São Carlos. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Com a palavra, vereador Paraná Filho. Desculpa, é o Moises na sequência, Paraná. É que ele não estava aqui. Vereador Moises Lazarine, pelo tempo regimental de até dez minutos. **VEREADOR MOISES LAZARINE:** Boa tarde, Júlio Cesar. Nosso presidente tem feito um excelente trabalho aqui na Câmara. Quero apenas reforçar a fala do vereador João Muller em relação à nossa preocupação em prol da coletividade. Eu procuro fazer... pautar o meu mandato, principalmente no que diz respeito às questões voltadas a coletividade. E uma das coisas que acaba, muitas vezes, tirando o nosso sono, é a inércia. Como ele em algum momento apontou aqui. A inércia que o Poder Público tem em relação a muitos processos. E já praticamente fazendo mais de um ano que nós estamos tentando discutir um processo para levar habitação para o distrito de Santa Eudóxia.



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

E não só o distrito de Santa Eudóxia, como naquela reunião dos primeiros 15 dias do governo do atual prefeito Airton Garcia, onde vários vereadores estavam presentes, foi uma das primeiras coisas que eu pautei a prefeitura é em relação ao déficit habitacional da cidade de São Carlos. Então, tem... cada um tem ponto de preocupação em relação às diversas demandas da cidade e esse déficit habitacional, que inclusive estava eu e o João participando de uma das discussões lá da Câmara Técnica, lá na Secretaria do Meio Ambiente, estamos tentando encontrar uma solução, Julio Cesar, em relação a um caminho legal para que se construa e que permita a expansão urbana naquele local. Eu quero acreditar que haverá o bom senso por parte de todos. Quero me preservar e, de certa forma, aguardar as análises ainda que eles dizem que precisam ser feitas, alguns estudos que têm que ser feitos. Mas eu quero acreditar que ocorrerá um bom senso por parte de todos e que o município de São Carlos venha crescer e venha, principalmente para as pessoas que estão tendo déficit de habitação, sejam atendidos, principalmente num distrito, um dos distritos, a exemplo de Água Vermelha e Santa Eudóxia, onde a população já sofre, muitas vezes, com a distância, já sofre com, muito das vezes, né, com a falta de emprego. E a discussão lá parecia que queria caminhar para esse rumo. Ah, mas vamos abrir habitação para um local que não oferta muito emprego? Aí eu fiz uma comparação de quem mora na região do Cidade Aracy e trabalha ali na região do Jockey, na região do fundo da Santa Felícia. Praticamente a pessoa gasta o mesmo tempo dentro do ônibus, para quem mora lá na região do Aracy para chegar, para trabalhar, exemplo ali na Cardinali, a exemplo de quem trabalha ali no fundo, né, do Itamarati, praticamente é o mesmo tempo que quem sai do trevo a trevo de Santa Eudóxia a São Carlos. Então, a expansão urbana, ela tem sim, que ser preservada, vários pontos que preocupa todos os agentes, inclusive os agentes políticos. Só que não podemos deixar de pensar em moradia. Temos várias pessoas que moram em situação, por exemplo, de ocupação. Eu, todo ano, faço uma campanha de agasalho, campanha de doação de alimentos e levo nesses assentamentos que nós temos, Capão das Antas, aquele outro assentamento da região ali, indo sentido 29, aquele outro assentamento que tem ali próximo da região do Aracy, próximo do Antenor Garcia. Todo ano eu sempre vou, final de ano também, levar doações por parte do pessoal da igreja, de alimentos, de roupas, e nos dias que se fazem datas comemorativas, a gente sempre vai levar doações e ajuda para aquele povo. Só que esse povo precisa muito mais do que isso, eles precisam de moradia. Essa população que vive numa situação de ocupação, que vive sem moradia, precisa de moradia. Então, eu tenho feito esse apelo pelos primeiros dias de mandato fiz questão de cobrar o prefeito Airton Garcia em investir em expansão urbana e investir em habitação para a população de São Carlos. Então, eu quero me limitar a minha fala apenas aqui, não vou ocupar o total do meu tempo, presidente. E espero que, aqui eu acredito que quando chegar qualquer projeto em relação em melhorias para a coletividade, eu posso dizer com toda a convicção, que a maioria dos vereadores aqui e das vereadoras irão votar favoravelmente. Então, quero torcer para que o quanto antes o Executivo mande para cá uma proposta de lei que contemple a melhoria na habitação para a população de São Carlos. O foco dessa primeira discussão nas Câmaras Técnicas é sim a população do distrito de Santa Eudóxia, mas o objetivo nosso é que se traga habitação para toda a população de São Carlos. Então, é esse o meu apelo, é esse o meu pedido. Quero agradecer aqui a atenção de todos e vamos torcer para que quanto antes, Paraná, cheguem projetos nesse sentido, voltado a coletividade. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Na sequência, o vereador Paraná filho, por



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

até dez minutos. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Eu, na verdade, eu tinha muitos assuntos bons para falar hoje aqui nessa Sessão, de coisas boas que estão acontecendo na região sul da cidade, mais propriamente no Cidade Aracy, coisas também que nós temos uma dificuldade muito grande e onde nós precisaríamos avançar. Mas eu não posso aqui me furtar de responder aos ataques que sofri, às acusações que foram feitas ao meu respeito e de forma alguma eu posso me furtar a isso. Até porque, o vereador que usou essa Tribuna para me ofender, atacar minha moral, ele não disse a verdade em nenhum momento. Tanto é que aquilo que ele disse ser prova, foi prova de nada. Ele disse que eu solicitei meu ingresso na Comissão de Ética para ser presidente. Está aqui o vereador Marquinho Amaral autorizado a me desmentir a qualquer momento. Eu fui convidado para ser presidente e neguei de imediato. Nunca quis ser presidente. Já sou presidente da Comissão mais importante da Câmara, com todo respeito as demais, que é a Comissão de Constituição e Justiça, já é um fardo muito pesado, já é uma responsabilidade muito grande. Nunca fiz isso. Nunca fiz nada pelas costas desse cidadão e nem pelas costas de ninguém, até porque eu nunca precisei disso. Todo mundo conhece a minha personalidade. Se eu tiver que vir aqui e criticar alguém, eu vou criticar. Nunca critiquei ele, porque a gente tinha uma convivência harmônica. E eu sempre achei que principalmente a região que nós representamos, passou tanto tempo com brigas. Era briga do meu pai como Dé, o Dé com o meu pai, o Dé com o Galvão, o Galvão com não sei quem, e a gente, a nossa convivência estava muito harmoniosa. Veja como o Cidade Aracy está ficando bonito. Outros bairros da cidade, inclusive acham que todo o investimento, que tudo o que é feito, está sendo feito por lá. Até hoje a gente nunca brigou. Mas se o vereador acha que o caminho é esse, por mim não tem problema. Por mim não tem problema. Mas eu quero deixar claro, eu não me submeto ao jornal Primeira Página. Eu não me submeto a Suzantur. Eu não me submeto a realidade de transporte. Eu não me submeto a Marcos Santos. Infelizmente, eu fico até chateado, não é o caso dele, ele é o cara que recebe da Suzantur. É ele, não sou eu. Ele é o presidente da Comissão de Transporte que assistiu a maior crise do transporte, sentado, fazendo exatamente isso que ele está fazendo de braços cruzados. Sabe por que, população? Porque esse rapaz, ele acha que isso aqui é uma brincadeira, ele acha que é um espetáculo. O que eu vou dizer de um cidadão desses? Eu não tenho muito o que falar. Não tenho muito o que falar. Ele que diz que elogiou o patrão dele aí, que é representante da Suzantur, que é o mesmo dono da Primeira Página, mesmo dono da Rádio São Carlos, como se fosse a pessoa mais honesta do mundo. Pelo amor de Deus, quem conhece a política de São Carlos, aqui mais propriamente a era Rubinho, sabe como começou. Sr. Marcos Santos, eu coloco a minha cabeça no travesseiro e o pouquíssimo de coisa, quase nada, que eu consegui nesses 30 anos foi trabalhando, fui metalúrgico sete anos, fui vendedor de cosméticos para pagar a minha faculdade, fui vendedor de bateria. Eu não tenho quase nada, mas o pouquíssimo que eu tenho, foi trabalhando. Eu nunca precisei de dinheiro sujo de ninguém. Eu nunca precisei carregar mala para ninguém. Eu não sei se o Sr. Marcos Santos pode falar a mesma coisa. E vocês sabem por que ele está nervosinho? Porque ele está sendo mandado pelo patrão. O patrão que mandou. Sabe por quê? Porque eu estou prestes a ingressar no Ministério Público com uma representação por superfaturamento do transporte de remoção de pacientes no município. Engraçado. E esse eu já falei nessa Tribuna, falei para o presidente da Comissão de Saúde, em 2016 pagava-se 2,4 milhões para esse serviço. Por que 2017 passou para 4,7 milhões? Mas quem opera esse serviço, minha gente? É o patrão do



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

serviçal ali. Então, assim, eu entendo a revolta dele. Eu entendo que ele está a mando, ele é serviçal do patrão. Diga-se de passagem, patrão, jornal Primeira Página que está me batendo faz dois meses sem parar. Dois meses me batendo sem parar. Dono da Rádio São Carlos, me batendo direto sem parar. Mas isso sabe por quê? É por isso. Agora, Sr. Marcos Santos, se o senhor acha que eu não vou entrar no Ministério Público por conta desse teatro que foi feito aqui, o senhor está enganado. O senhor não vai me dobrar desse jeito. Eu não vou me ajoelhar ao senhor, Marcos Santos. E o senhor só é o que é na cidade porque a classe política de São Carlos sempre se acovardou. Nunca teve nem um homem, um político nessa cidade que teve coragem de te encarar. Você dobrou Newton Lima, você dobrou Barba, você dobrou Altomani, parece que está dobrando Airton também. Eu o senhor não vai dobrar, porque eu tive a honra, o prazer de falar na cara do Sr. Marcos Santos, e o serviçal aqui estava presente para ouvir. Perguntei para ele: "Sr. Marcos Santos, eu te devo alguma coisa?". Inclusive o Jeferson Vieira estava lá na sala também. Perguntei: "Eu te devo alguma coisa?", "Não, o senhor não me deve nada", "Então, eu vou dizer uma coisa para o senhor. Eu não te devo nada, eu não preciso do senhor para nada, eu não dependo do senhor para nada, eu nunca vou te pedir nada, nunca vou te pedir nada, e para mim, o senhor pode falar mal de mim nesse jornal que não tem credibilidade nenhuma na cidade todos os dias da sua vida, porque eu nunca vou pedir para você parar. Porque a mim o senhor não vai dobrar". Agora, o Ministério Público, Sr. Marcos Santos, vai conhecer, vai saber que tem mais gente precisando participar da Lava Jato, em especial da compra e venda do Saae, né? Porque boa gente, boa, muita gente aqui sabe quem foi levar proposta para os vereadores de propina para compra do Saae, né, seu Marcos Santos? Então, o senhor tenha uma coisa na sua cabeça, se o senhor se acha homem, se o senhor se acha macho, aqui tem outro. E eu não preciso do seu dinheiro sujo. Não sou serviçal como esse coitado aqui, ó. Eu tenho dó. Ele está rindo, não está? Só que mal ele sabe que lá no Cidade Aracy o povo está odiando o trabalho dele, porque é só grito. É só grito. O cara só sabe berrar. Não ajudou com nada. O USF do Cidade Aracy, eu fiz a arrecadação aqui dos vereadores que ajudaram, nós conseguimos levantar R\$ 155 mil para retomar a obra da USF da Rua 20, ele não ajudou com nada, nem com R\$ 1. O recape. Quem correu atrás do Desenvolve São Paulo para arrumar 2,5 milhões fui eu. E esse cidadão aqui? Nada! Quem conseguiu a rotatória do Cidade Aracy, hoje está bonito? Eu. Esse cidadão, zero. Então, o que acontece? É um cara midiático, ele depende do Facebook. O dia que o Facebook sair do ar, esse cidadão se enforca, porque a vida... Eu não uso Facebook, não uso dessa forma. Eu não roço uma praça e fico explorando isso um mês. A propósito, o roçador de praça, ele recebe em torno de R\$ 1,2 mil para roçar a praça 30 dias do mês. Aqui nós temos um roçador de luxo, porque ele roça uma por mês e ganha R\$ 5 mil. É um roçador de luxo. Então, a população tem que decidir o que ela quer. Qual é o futuro de São Carlos, é uma palhaçada? Porque não é outra coisa. E eu fico imaginando como fica a ética, o decoro parlamentar, um cidadão vir com essa vestimenta, falar o que ele falou, acusar um parlamentar de bandido, sendo que ele não tem prova disso, nunca teve e nunca terá nada disso. É leviano. Gente, isso é absurdo. Aí eu pergunto para vocês que estão me ouvindo agora. O que virou a política brasileira? O que virou a política são-carlense? Virou isso. Virou isso. Mas, infelizmente, ele disse, inclusive, que eu alterei o relatório da CPI da Saúde. É uma pena, esse cidadão aqui que diz que quer ser prefeito de São Carlos um dia, no mínimo ele deveria estudar um pouco mais, ler relatório antes de vir falar. Porque, despreparado do jeito que ele é, não tem condições. Acho que nem



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

para ser vereador está sendo, porque se ele tivesse lido relatório, ele teria visto que nós mantivemos a improbidade administrativa de prefeito e secretário. Mantivemos a possibilidade processante, o que mudou? O que mudou é que o patrão pediu para o servo vir aqui me atacar para ver se eu paro com o meu processo no Ministério Público contra a realidade de transporte. Eu não vou parar. Se você quiser vir aqui fazer teatro todo dia, você pode vir. Eu não estou nem aí. Você é o vereador que falou mal dos servidores públicos, foi contra o aumento de míseros 2%. Um vereador considerado como homofóbico nessa Casa, porque desrespeitou toda a classe que não tem o mesmo gênero sexual que o seu. Você é um machista. Você disse que ia disciplinar, você disse que ia disciplinar a classe política, você não conseguiu disciplinar [interrupção no áudio]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Pois não, vereador. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Nem a sua casa você disciplinou. Quem te conhece, quem conhece você sabe que nem a sua casa você disciplinou até hoje, ou será que eu estou falando alguma mentira aqui? Agora, você que usa termos da Bíblia, né, é um homem de Deus, se compara a Jesus muitas vezes, gosta de usar termos bíblicos, a Bíblia tem um trecho que fala que tire primeiro a trave do seu olho antes de ficar apontando o cisco do olho do seu próximo. Agora, meu, ridículo para o seu papel. Subserviência, é submissão absoluta a um empresário. E você não está fazendo isso por você, você está fazendo porque você está a mando de um empresário que queria comprar... que queria vender o Saae, que quer o monopólio do transporte coletivo de São Carlos, que quer alugar prédios para a prefeitura, para a Câmara, que quer ficar vendendo jornal. Outra coisa, a prefeitura pagou para o jornal Primeira Página, que não roda mil unidades por dia, mais do que pagou para a EPTV, que é o maior órgão de imprensa da cidade e da região. Olha a que ponto nós chegamos na nossa cidade de São Carlos,. Isso o cidadão aqui não fala. Será que alguma vez o herói, o Robin Hood, o salvador, ele vem aqui falar desse superfaturamento no transporte de pacientes para fora do município? Ele que fez o maior 'auê' com essa questão da publicidade, será que ele falou que o jornal Primeira Página, que deve rodar no máximo mil unidades de jornal por dia, ganhou mais no ano do que a própria EPTV? Será que ele falou isso? Não fala. O que ele fez na condição de presidente da Comissão de Transporte durante a maior crise do transporte público de São Carlos? Nada. Assistiu calado como servo que é do patrão, recebe indiretamente da Suzantur. Então, Sr. 'Popstar', o senhor jamais vai ter moral para falar de mim, jamais. Jamais. Porque quem entrou com a primeira ação de improbidade administrativa contra o Airton? Eu. Quem entrou com a primeira CPI? Eu. Quem assinou o relatório agora pela improbidade? Eu. O senhor não tem honra, nem ética, nem moral para abrir a sua boca e falar de mim. Jamais. O senhor, roçador de luxo de São Carlos, não honra o seu salário. O senhor não respeita a população que paga o imposto para pagar o seu subsídio. Isso não é roupa, isso não é traje, fazer a papagaiada que o senhor fez aqui. Isso é um desrespeito para a população que assiste essa Sessão. Eu não gostaria de estar falando sobre esse assunto aqui, mas eu também não posso ser atacado calado como sou, como estou sendo há mais de dois meses pelo jornal Primeira Página e nunca falei nada. A pessoa que escreve a coluna Torpedos fica falando de personalidade: "O Paraná não tem personalidade". O jornalista... E eu vou repetir aqui o que eu coloquei no grupo, o jornalista que escreve o Torpedos ou está passando fome ou é muito mau caráter, porque o cara ser outro subserviente dessa forma, se submeter a escrever uma coisa dessas e ter o título de jornalista, é mau caráter ou está passando fome. Isso é não ter personalidade. Escrever coisas mentirosas a meu respeito, é



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

mentira. Se assina como jornalista, vamos falar, né, a palhaçada, Câmara Municipal, circo municipal. Se o jornalista se presta a esse papel, sem antes vir falar com a Comissão de Constituição e Justiça, sem antes procurar esse vereador, não tem carácter ou está passando fome. Um dos dois, porque mente, mente. E tem, Sr. Presidente, para concluir, o maldito... o maldito sigilo da fonte. "Oh, Ranieri, ó, esses dias nós vimos você ali, ó, fazendo tal coisa. Sabe o quê?". Ah, mas quem viu? Sigilo da fonte. "Oh, Dimitri, olha, nós estamos fazendo tal coisa, assim, assim, nós te vimos, você", aí coloca no jornal. Quando você vai saber, Dimitri, quem foi, sigilo da fonte. Quer dizer, como você vai vencer isso? Amanhã, população de São Carlos, prepare-se, amanhã o Primeira Página vai fazer uma matéria desse tamanho a meu respeito, desse tamanho. Vão acabar comigo, vão escrachar o meu nome. Eu não ligo. Eu não ligo. Pode fazer o que vocês quiserem, eu vou entrar no Ministério Público, no máximo a semana que vem, e vou mostrar para São Carlos quem é esse cidadão chamado Marcos Santos, vulgo Crispim. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Na sequência, o vereador Robertinho Mori Roda, pelo tempo regimental de até dez minutos. **VEREADOR ROBERTO MORI RODA:** Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, população que nos acompanha. Júlio presidente, enquanto é comentado aqui na Tribuna da Casa sobre a Câmara Municipal, eu me reservo em falar porque nós temos um presidente e muito bem representado. Agora, enquanto falar de vereadores, eu quero deixar muito claro que ninguém me procurou para me oferecer propina nenhuma. Uma que eu tenho carácter, não quero nem que me procure, está certo? Quando coloca que veio oferecer dinheiro para os vereadores, eu me incluo como vereador. [pronunciamento fora do microfone]. **VEREADOR ROBERTO MORI RODA:** Ah, foi na outra, tá. Então, foi na outra legislatura que eu não estava mais aqui. Até mesmo, se estivesse também... Então seria muito importante, gente, quando a gente atacar de uma forma assim, a gente já é bastante atacado de uma forma pejorativa até mesmo pelo cenário político como anda o nosso país, o nosso estado, os nossos municípios. Então, é difícil também, não posso ficar calado quando joga, generaliza os vereadores, porque eu tento fazer o melhor, e se não é o melhor é aquilo que eu consigo fazer. Foi feito um requerimento em relação às faixas azul e branca, mas foi feito também um requerimento sobre o monitoramento por câmeras no nosso município. E foi solicitado em 5/04 informações, e a resposta no dia 7/05, que os veículos estavam em fase de teste, e que em maio de 2018, agora, maio, nova campanha de conscientização com ações de panfletagem. Não havendo essas panfletagens, não havendo uma ação da Prefeitura Municipal de São Carlos através da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, do Sr. Coca, mais uma mentira. Lamento que é do PSDB. Nós continuamos com a pesquisa, e foi feito um requerimento para o Cetram, tentando conhecer um pouco mais sobre o assunto. E o Cetram, então, o Conselho, foi feito o requerendo informações sobre o monitoramento. E foi recebido dia 8/05 um e-mail do presidente do Cetram, carinhosamente muito atendeu o gabinete, que é o Conselho Estadual de Trânsito, Sr. Frederico Pierotti Arantes, informando que a fiscalização por estacionamento rotativo por videomonitoramento ainda não foi regulamentado pelo Contran, que é o Conselho Nacional de Trânsito. Portanto, está ilegal essa forma de monitoramento na cidade de São Carlos. Isso é uma fraude. Foi feito, então, um novo requerimento. E o novo requerimento, ele requer quanto o monitoramento, que, em resposta ao requerimento, colocando que no mês de maio faria uma conscientização. Fiz no dia 10, perguntando como foi a forma de contratação da empresa que se dispôs a realizar o serviço de



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

videomonitoramento. É viável a contratação da empresa para realizar o videomonitoramento sem regulamentação oficial? Qual foi o investimento para adaptar o veículo a ser utilizado? Aí sai no jornal Primeira Página que o veículo de monitoramento por câmeras não está mais em circulação em nosso município. Isso no dia 18. No dia 20/5, carro de fiscalização área Azul deixa de operar em São Carlos. A prefeitura informou que o veículo estava em fase de teste e foi transferido para outra cidade, onde a Estapar, empresa responsável pela Área Azul, também opera. Investimento de R\$ 300 mil em tecnologia. A fiscalização no estacionamento rotativo continua - não é que continua, voltou a ser realizada pelos agentes espalhados pelas ruas. Então, é lamentável. É lamentável, Sr. Presidente, que, no momento que foi indagado, seria por conta das multas que estavam chegando na casa dos munícipes por conta desse videomonitoramento. E essas multas agora são retiradas, se não existe o aval ainda do Conselho Nacional de Trânsito? Como ficamos, Sr. Coca? Perdeu toda a credibilidade quando ele entendeu, que acho que todos os vereadores, não sei, tipo assim, vamos fazer o que quer, me recebeu com carinho enorme no corredor da Prefeitura Municipal de São Carlos. Eu fiz um pedido a ele, informal, vereador Rodson. Pedi que ele pudesse atender, uma vez que já foi comprometido, foi feito um requerimento, uma escola infantil e não pôde ser feito. "Não, vamos sim, vereador", ele vira o rosto assim, para a secretária do prefeito, ele pisca. Eu não quis falar nada para ele, porque eu não sei se é tique também. Agora, quando ele vem descumprindo tudo aquilo que ele se comprometeu, eu acho que tem que voltar para Araraquara igual o Nino Mengatti. Uma pessoa que eu sempre tive um carinho e sempre tive um respeito, de uma pessoa que é realmente catedrático, pessoa que realmente é conhecedor da área. Mas ser conhecedor e ser honesto tem uma diferença grande. Porque é muito melhor falar: "Olha, vereador, infelizmente não dá", muito acessível à minha pessoa e muito simples para ser tratado comigo, qualquer tipo de negociação em relação às coisas sérias que não podem ser feitas em nosso município por conta de algo que não dá para ser feito. Agora, Sr. Coca, eu não vou parar por aí. E vou, estou pedindo agora no novo requerimento, qual é a empresa que também faz toda a manutenção das faixas de segurança em nosso município. Essa empresa é de Araraquara, porque continua-se, é desde a época do Paulo Altomani, ganhou, não tem problema nenhum, justifica o azul e branco. Se tantas faixas em nossos municípios, e principalmente as lombadas em nossas regiões aí da periferia, não só na periferia, nem marcação tem. As ruas escuras, às vezes, você passa em lombada, a população toda reclamando. Já existem os buracos em nosso município, as lombadas sem marcar nada, a fiscalização correndo solta para poder fazer as multas de trânsito. Onde é empregado esse dinheiro? Então, eu vou estar fazendo requerimento e vou a fundo, Sr. Coca, porque eu gostaria de um tratamento com um pouquinho mais de respeito. O senhor não precisa me respeitar como um vereador, porque nem acredito que eu seja um ótimo vereador, mas um honesto e alguém que realmente queira algo para cidade de São Carlos, alguém que está procurando fazer alguma coisa no meu mandato. Não é o senhor, com todo o respeito pela sua qualidade, pelo seu potencial que tem, que a gente sabe que tem, na sua formação, não é o senhor que vai falar sim ou não para este vereador. Então, eu acho que o senhor deveria ser um pouco mais humilde e se retratar, ou então, fazer o serviço que é para ser feito. E quando... Eu não tenho nem satisfação em estar conversando, porque se o senhor tornar a fazer aquela piscadinha, como diz assim, é tonto, ele, vamos, ele acredita em tudo, o senhor vai ser talvez desacatado. E eu não quero falar a verdade, está bom? Se tiver que falar, eu falaria também.



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

Então, por favor, Sr. Coca, por favor, nos atenda, não é somente esse vereador. Nós temos lá um compromisso, porque pediram aqui. Foi feito inclusive um pedido para o remanejamento na secretaria de... a sua Secretaria, Planejamento, desculpa, me fugiu, na Secretaria, por conta de fazer três travessias seguras, e uma seria no Militão de Lima, que já vai fazer um ano que tem esse compromisso e não é feito. Porque quando estava na Secretaria de Obras Públicas, o Sr. Coca, ele pediu que todas essas construções fossem para a Secretaria dele [interrupção no áudio]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Para concluir. **VEREADOR ROBERTO MORI RODA:** Quando ele entendeu que talvez seria um compromisso que ele não poderia estar cumprindo ou não teria uma forma, não sei, não sei de que forma, não aceitou, ele voltou para a Secretaria. Então, então joga, vai para lá, vai para cá, onde é a Secretaria de Serviços Públicos, onde é Secretaria de Obras, ou é competência do senhor que é catedrático? Catedrático, porém, mentiroso. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** O último vereador inscrito fará uso da Tribuna por cinco minutos. E os próximos cinco minutos da próxima Sessão, vereador Rodson Magno do Carmo. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Boa tarde, Sr. Presidente Julio Cesar. Boa tarde, vereadores e vereadoras, população que nos acompanha, a imprensa escrita, falada e televisionada. Eu quero aqui agradecer em nome de todo o povo são-carlense e em nome de mais de 8 mil pessoas que compareceram na última quinta-feira no Ginásio de Esporte Milton Olaió Filho, participando de um grande projeto habitacional. Agradecer ao deputado que trouxe esse projeto para a nossa cidade, deputado Zerbini, que deu tudo certo, graças a Deus. Uma coisa séria, um trabalho que nós vamos fazer daqui para frente, doe a quem doer, custe o que custar. Porque, muitas vezes, para pensar nas pessoas que necessitam são poucos, mas na hora de criticar, falar besteira, as pessoas de plantão no WhatsApp, os cânceres - Deus que me perdoa essas palavras - as pessoas que não têm o que fazer, os vermes, as pessoas, os demônios, essas palavras baixas, essas pessoas que ficam aí, que nem hoje postaram no Facebook que eu vou arrancar dinheiro, que eu vou fazer aquilo, continue fazendo. Quanto mais vocês baterem, mais certo dá. Não me preocupo. Minhas rugas, nossa, nem dormi essa noite de tanta preocupação. Então, vocês continuem batendo, continuem falando besteira, o que importa é a minha consciência e as pessoas que me elegeram vereador, trabalhar e fazer o mandato sério e respeitado. Então, vocês que ficam no grupo de WhatsApp, que não tem o que fazer, ou que vocês sabem fazer é só criticarem as pessoas, continuem falando, mas falem mesmo, todo dia, todo dia escreva alguma coisa, todo dia falam mal desse vereador, porque quanto mais fala, melhor a gente fica. O pão, quanto mais a massa, quanto mais pensado ele é, melhor ele fica. E é esse vereador, quanto mais falarem, quanto mais baterem, melhor a gente vai ficar. Sr. Presidente, é só isso. Muito obrigado. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Último vereador inscrito. Eu vou, vamos nesse momento suspender a Sessão por alguns minutos, acordo de pauta, e voltamos em seguida. [Sessão suspensa]. [Sessão reaberta]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Retornamos agora à Sessão Ordinária. Eu peço ao secretário que faça a chamada dos Srs. Vereadores. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Atenção, Srs. Vereadores, atenção. Segunda chamada dessa noite. Presidente Julio Cesar. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Marquinho Amaral. **VEREADOR MARQUINHO AMARAL:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Chico Loco. **VEREADOR CHICO LOCO:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Rodson presente. Sérgio Rocha. Azuaité Martins de França. Cidinha. Dimitri. **VEREADOR DIMITRI SEAN:**



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Edson. Elton. **VEREADOR ELTON CARVALHO:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Gustavo Pozzi. João Muller. **VEREADOR JOÃO MULLER:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Laide das Graças Simões. **VEREADORA LAIDE SIMÕES:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Leandro. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Lucão. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Luis Enrique. Malabim. **VEREADOR MALABIM:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Moises. **VEREADOR MOISES LAZARINE:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Paraná. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Robertinho Mori. **VEREADOR ROBERTO MORI RODA:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** E Roselei Françoso ausência justificada. Vinte vereadores presentes, Sr. Presidente. **ORDEM DO DIA - PROCESSOS EM REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL – ÚNICA DISCUSSÃO - PRESIDENTE JULIO CESAR:** Passamos, nesse momento, a discutir e votar os processos da Pauta. O primeiro... Atenção, Srs. Vereadores, tomem os seus assentos. Vou colocar à disposição do Plenário para discussão e votação, **Processo nº 1.099**, Projeto de Lei nº 145, interessada a Prefeitura Municipal de São Carlos, "Autoriza ao Poder Executivo a abrir crédito adicional e suplementar à Prefeitura Municipal de São Carlos". Pedido de urgência do vereador João Muller com as devidas assinaturas. Está aberto para discussão. Pergunto se tem algum vereador que quer discutir o processo? Por favor, vereador Paraná Filho é o primeiro inscrito. Pela ordem, vereador Marquinho Amaral. **VEREADOR MARQUINHO AMARAL:** Gostaria de fazer uma sugestão a Vossa Excelência de que colocasse ela em Plenário para que nós votássemos todos os projetos que não têm discussão e depois nós passássemos para os projetos de discussão. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Na verdade, que esses são de urgência, passa à frente. **VEREADOR MARQUINHO AMARAL:** Mas o Plenário é soberano para gente votar o que não há urgência, e deixaríamos os... **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Então eu pergunto ao Plenário, a pedido do vereador Marquinho, para que nós pegássemos os processos de urgência, que têm discussão, e passamos para o final da Sessão, o final dos processos. Então, está bom. Ok. O Plenário concorda? Em votação o pedido. Aprovado. **PARECER DE COMISSÃO** - Primeiro processo da Pauta, **Processo nº 3.165**, Projeto de Lei nº 366, interessado vereador Chico Loco, "Dispõe sobre o uso de aplicativos pedagógicos de auxílio à educação infantil". Nós temos nesse processo um parecer contrário da Comissão. Vereador Chico Loco quer discursar sobre o processo. Está em discussão. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Não vai ter discussão, ué! **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Ah, esse é para o final, desculpe. Ele vai discutir. Tudo bem. **PROCESSOS EM REGIME DE TRAMITAÇÃO COMUM – ÚNICA DISCUSSÃO – PRESIDENTE JÚLIO CÉSAR -** Passamos a votar o **Processo nº 2.415**, Projeto de Lei nº 218, "Que altera o dispositivo da Lei Municipal nº 13.432". Coloco à disposição do Plenário a emenda. Os vereadores favoráveis à emenda, permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. Aprovada a emenda. A segunda emenda coloco à disposição do Plenário. Já acompanhados, os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. Aprovadas as duas emendas. Coloco à disposição do Plenário o projeto com as emendas. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. Aprovado. Entra na votação o



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

Processo nº 1.047, Projeto de Lei nº 136, da Prefeitura Municipal de São Carlos, "Trata-se de uma emenda parlamentar do vereador Paraná Filho na Secretaria de Comunicação". Coloco em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. Aprovado. **Processo nº 1.199**, Projeto de Lei nº 154, interessada Prefeitura Municipal, "Que autoriza abertura de crédito adicional e suplementar na prefeitura no valor de R\$ 67 mil. Valor esse destinado para o pagamento da Coopervida". Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. Aprovado. **PROCESSOS EM REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL – ÚNICA DISCUSSÃO – PRESIDENTE JÚLIO CÉSAR** - Passamos a votar o **Processo nº 3.165**, Projeto de Lei nº 366, agora sim a inversão da Pauta. Agora voltam os processos em discussão. O primeiro processo em discussão, entra em discussão o **Processo nº 1.099**, Projeto de Lei nº 145, interessada Prefeitura Municipal de São Carlos, "Autoriza ao Poder Executivo a abrir crédito adicional e suplementar dentro da prefeitura". Pediu para discutir o processo o vereador Paraná Filho. Tem as devidas assinaturas. Primeiro vereador inscrito, vereador Paraná Filho, por até cinco minutos. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Sr. Presidente, na verdade eu quero falar aqui como presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Porque eu só acho precipitada a colocação para votação e discussão desse projeto nesse momento simplesmente porque a própria Comissão de Constituição e Justiça, que é a Comissão responsável de dizer se esse processo está apto ou inapto para ser votado pelos senhores e senhoras, não conseguiu atuar no processo. Eu pedi uma diligência, Sr. Presidente, para a prefeitura para que me informasse se os R\$ 800 mil que estão tirando do Pasep dos servidores públicos para saldar essa conta aqui, se ia fazer falta para o pagamento. Nós votamos na Sessão anterior a rejeição das contas do ex-prefeito Paulo Altomani porque ele deixou de pagar dois meses de INSS para os servidores. Aqui,, nesse processo nós estamos tirando R\$ 800 mil do Pasep dos Srs. e Sras. Funcionários Públicos. R\$ 800 mil! Eu pedi para que a prefeitura me informasse se isso não ia trazer dano aos servidores, se não ia comprometer o pagamento para esses servidores, e eu não consegui, Sr. Presidente, nem obter resposta. Porque, eu não sei, um espírito foi lá na minha Comissão, essa Casa aqui que já foi uma cadeia antigamente, tem muitos espíritos que rondam esse prédio. E aí um espírito foi lá na minha Comissão, pegou o processo que estava na minha Comissão, foi lá, elaborou um requerimento de urgência e trouxe aqui para os senhores e senhoras. E os senhores e senhoras que assinaram não têm culpa de ter assinado. Não tem culpa nenhuma. Porque é a minha Comissão que fala se o processo é legal ou ilegal. Só que, infelizmente, os senhores não me permitiram falar isso. Eu ia analisar a resposta de prefeitura, e, em seguida, remeter à Procuradoria Jurídica que era para dar a segurança necessária para gente falar sobre isso. Porque, como todo mundo sabe, essa questão, gente, está sub judice, está no Ministério Público, está na Vara da Fazenda Pública. Como é que eu voto um negócio desses aqui sem parecer jurídico? Alguém pode me informar como é que vota uma suplementação de R\$ 900 mil, desses R\$ 900 mil, R\$ 800 mil estão sendo retirados - vou falar de novo - R\$ 800 mil estão retirados do Pasep do servidor público. Tudo bem, quem quiser votar favorável, vote. Cada um faça do jeito que quiser. Porque eu já percebi que eu ficar gritando aqui, eu ficar falando com vocês também não vai resolver nada. Vote do jeito que quiser. Só que o dia que chegar aqui nessa Câmara Municipal de São Carlos qualquer apontamento do Tribunal de Contas falando sobre isso aqui, que vier servidor público aqui reclamar que não foi depositado o Pasep, não é problema meu. Estou avisando a



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

todos vocês! Eu vou votar contra o meu encaminhamento, como presidente da Comissão de Constituição e Justiça, quer dizer, melhor, não é contra, é pela retirada, pelo adiamento, pelo menos, por mais uma Sessão. Eu acho que é muito ruim a gente votar contra, mas eu quero fazer nesse momento, Sr. Presidente, um encaminhamento para adiamento por uma Sessão. Quantas coisas aqui foram adiadas por uma Sessão? Quantas? Quantas coisas? Aqui nós estamos falando de R\$ 800 mil que estão sendo tirados do Pasep do servidor público. Olha a responsabilidade que está nas nossas mãos. Olha o problema que isso pode trazer no futuro para esses servidores que estão servindo a gente aqui nesse momento. Gente, eu só estou pedindo um pouco de sensibilidade de vocês. Se vocês acharem que retirar esses R\$ 800 mil do Pasep, sem segurança, sem um parecer jurídico... Alguém pode me mostrar um parecer jurídico aqui dentro desse processo? Alguém pode me mostrar um, um parecer jurídico aqui nesse processo? Não, ninguém vai ter, vai me mostrar, sabe por quê? Porque não tem. Essa é a nossa responsabilidade. E nós temos que ser responsáveis nesse momento. Não tem parecer jurídico, nem da minha Comissão, da Comissão de Constituição e Justiça, nem da Procuradoria Jurídica do Município, Sr. Presidente. Eu só peço para os Srs. e Sras. Vereadores terem sensibilidade, estão sendo retirados R\$ 800 mil do Pasep, contribuição social do servidor público. Só isso que eu peço. Então, o encaminhamento que eu faço e gostaria que Vossa Excelência submetesse ao Plenário, Sr. Presidente, é que a gente pudesse adiar por uma Sessão para que a gente pudesse ter, pelo menos, um parecer jurídico nesse processo para dar segurança. E não adianta ninguém vir aqui [interrupção no áudio]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Para concluir. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Eu sei que na hora em que eu terminar a minha fala, aí vai ter vereador que vai falar: "Ai, o serviço vai parar". Não vai parar. Que vai falar: "Ah, não vai dar tempo de empenhar porque o serviço não pode ser realizado antes do empenho". Poxa, mas nós estamos falando aqui de três meses de serviço realizado. Se tivesse que haver crime aqui, o crime já teria ocorrido. Então, essa argumentação não cabe, com todo o respeito. Não tem crime aqui. A nossa próxima Sessão, Sr. Presidente, será no dia 29, antes de fechar o mês, quer dizer, dentro desse mês a gente pode votar esse processo aqui com segurança. Não tem nada de parar serviço, não tem nada disso. Boa parte do que era para ser pago, já foi pago. Então, gente, eu só peço para vocês, vamos ter responsabilidade e sensibilidade. O encaminhamento que eu faço, não como vereador Paraná, mas como presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão que é responsável em dar segurança para vocês, vereadores e vereadoras, para votar aqui e dizer: "Isso é legal, é constitucional, pode votar". Mas, na condição de presidente da Comissão de Constituição e Justiça, digo: isso não está apto para ser votado. Não tem um parecer da Comissão. Não tem um parecer da Procuradoria Jurídica da Câmara isso aqui. Isso não pode ser votado hoje por uma questão de responsabilidade desse Parlamento. O encaminhamento que eu faço e peço a Vossa Excelência é que submeta ao Plenário o pedido de adiamento por uma semana, dia 29, na próxima terça, a gente pode reavaliar esse processo. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Pois não, vereador João Muller. Só informar à população, tem o parecer jurídico da prefeitura municipal. Não, só para esclarecer para as pessoas entenderem. É óbvio, é isso. Vereador João Muller por até cinco minutos. **VEREADOR JOÃO MULLER:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, população que nos acompanha. Vereador Paraná Filho mostra que realmente é um vereador atuante, realmente luta pelas suas posições políticas, e nós temos que respeitar. Mas nós temos as nossas também, né? Isso faz parte da democracia. E aí, na



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

verdade, não teve um fantasma que foi lá na sua Comissão. Eu pedi, na condição de presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, para que fosse votado esse processo hoje, por quê? Esse processo que nós estamos discutindo aqui, agora, ele se refere ao subsídio para gratuidade do transporte na cidade de São Carlos. Gratuidade essa que, certamente, os usuários da cidade de São Carlos já se beneficiaram. Vamos completar, dia 8 agora, três meses daquele decreto, no dia 7 de março, e que deu a título precário a exploração para a empresa que aí está. O secretário de Fazenda me pediu, na semana passada, me pediu novamente hoje, se era possível pedir uma urgência. O pedido de urgência, ele está no dispositivo do nosso Regimento Interno. Isso é possível ser feito por qualquer vereador, não é só Pelo João Muller, qualquer um aqui pode pedir. E o que acontece quando você pede a urgência? Você suspende a necessidade de ter o trâmite normal do processo. Não é nada contra o vereador Paraná. Não é nada contra ele, pelo contrário. Ele fez uma pergunta ao secretário de Fazenda, e a resposta eu faço a questão de fazer a leitura porque, se não, de repente, eu também vou votando uma coisa que eu não sei que estou votando. Então, o Mário foi questionado se esses 800 mil, que são retirados de uma ficha do Pasep, se não traria problema para o prefeito no final do ano para honrar os seus compromissos com o Pasep. Qual que é a resposta? "Esclarecemos que o saldo da Ficha nº 650 é suficiente para realização do pagamento do Pasep até o final do exercício, mas esclarecemos que nossos técnicos estão atentos à execução orçamentária. E, se necessário, faremos correções e/ou suplementações necessárias para a efetivação do pagamento, principalmente em relação aos encargos da folha". Mas é muito interessante porque, quem está nos acompanhando agora, não tem o conhecimento que o Paraná tem, que a gente adquiriu ao longo dos anos sobre o orçamento. Orçamento é uma coisa, financeiro é outra. Então eu abro uma ficha de 2 milhões para fazer o subsídio do transporte. Aí eu chego no meio do caminho e falo assim: "Olha, só os 2 milhões não vai ser suficiente, eu preciso de 2,6 milhões". Então eu vou buscar uma ficha e dou uma autorização para gastar 2,6 milhões. Se aquela ficha, em algum momento, precisar voltar a ser, de alguma forma, suplementada, nada impede que ele peça para essa Casa, ou ele faça com base nos 10% que nós autorizamos antecipadamente na aprovação do orçamento. Não tem nada aqui. Aqui, na verdade, é a possibilidade da prefeitura honrar o decreto que publicou e contratou a empresa. A questão do sub judice é uma outra discussão que vai ser travada sobre o outro período. Então, eu quero manter, pedir a anuência aí do vereador Paraná, e dizer o seguinte, Sr. Presidente, de acordo com o nosso Regimento, depois de iniciada a discussão, não há a possibilidade de retirada, principalmente quando você pede a urgência especial. Não há possibilidade. Está no Regimento. Depende do Plenário. Então, mas eu quero pedir ao Plenário, em contrapartida ao seu pedido, que nós mantivéssemos. Porque eu acho e até entendo, vereador Paraná, que depois da leitura da resposta do Mário, do nosso secretário de Fazenda, que é uma pessoa extremamente séria, eu acho que Vossa Excelência está atendido na sua diligência que foi feita, está instruído o processo com a resposta do secretário de Fazenda. Então, eu não vejo problema, nesse momento, de nós votarmos o projeto. Então, eu defendo a permanência e a votação agora. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Questão de ordem. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Sr. Presidente, na verdade, eu só queria fazer essa questão de ordem para deixar claro que eu não sou contra ao pagamento. Muito pelo contrário, eu sou totalmente favorável ao pagamento. Tanto é que nesse acordo que a prefeitura fez com a empresa Suzantur, deixou de se pagar quase R\$ 800 mil por mês para se



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

pagar R\$ 600 mil. Então eu até acho que, para a prefeitura, está sendo vantajoso até esse acordo, pelo menos a princípio. Eu tenho somente duas preocupações, Sr. Presidente. Mantenho a minha preocupação porque na própria argumentação trazida pelo secretário, ele não garante esse saldo até para pagar os servidores, porque se ele mantivesse, ele não tinha colocado a possibilidade de suplementação. Suplementação você só faz quando você não tem dinheiro suficiente na ficha. Quer dizer, ele deixou um ponto de interrogação. Então, eu sou contra a gente votar hoje porque nós não temos um parecer jurídico da Câmara, nem da Procuradoria da Câmara, nem da Comissão. E a preocupação é: De onde sai o dinheiro? Não é pagar, pagar tem que pagar. A minha dificuldade de votar isso hoje, a fonte, que, para mim, vai trazer um prejuízo eminente para o servidor público. E na hora de suplementar essa ficha, e se não tiver dinheiro? E outra coisa, a gente votar um projeto dessa envergadura, que está sub judice, sem um parecer jurídico, sem uma segurança. A Procuradoria da Câmara tem que se manifestar nesse processo. Como é que a gente vota às escuras assim? Eu sou advogado, o Muller é advogado, o Azuaite é advogado, mas aqui tem alguns vereadores que eles não têm essa mesma percepção. Então, eu só quero pedir: na próxima terça-feira a gente vota e analisa sem nenhum problema, com um parecer, com tudo. E mantenho o meu encaminhamento pelo adiamento por uma Sessão. Gostaria, inclusive, que a votação fosse nominal. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Pela ordem, vereador João Muller. **VEREADOR JOÃO MULLER:** Presidente, eu entendo o posicionamento do vereador Paraná, e não disse em nenhum momento que ele é contra o pagamento. Até porque sei que não é, sabe que o serviço foi prestado e tem que pagar. Mas até para dar suporte ao que falei na minha participação nessa discussão, gostaria de fazer a leitura do art. 185 do nosso Regimento. "A urgência especial é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal para entrar para que determinado projeto seja imediatamente considerado a fim de evitar prejuízo ou perda da oportunidade". Então, eu estou pedindo com base no art. 185, e espero que os meus pares me acompanhem nessa questão. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Vou colocar, nesse momento, em votação primeiro o pedido de adiamento do vereador Paraná por uma semana. **VEREADOR GUSTAVO POZZI:** Questão de ordem. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Questão de ordem. **VEREADOR GUSTAVO POZZI:** Se tem 14 assinaturas, como é possível uma solicitação de suspensão? **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Ele só está solicitando, ou seja, o Plenário é soberano. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Questão de ordem, só a título de esclarecimento. Vereador, a argumentação é justamente isso que me aflige nesse momento, é a Comissão não ter sido ouvida, é a Comissão não ter sido... a Comissão não ter se manifestado. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Vou passar, nesse momento, em votação o pedido adiamento por uma semana. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. **VEREADOR GUSTAVO POZZI:** Não, votação nominal. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Votação nominal. Favorável ao adiamento, sim, contrários, não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Atenção, Srs. Vereadores. Azuaite Martins de França. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Não. Chico Loco. **VEREADOR CHICO LOCO:** Pelo adiamento, sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Cidinha do Oncológico. **VEREADORA CIDINHA DO ONCOLÓGICO:** Não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Não. Dimitri. **VEREADOR DIMITRI SEAN:** Não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Não. Edson. **VEREADOR EDSON FERREIRA:** Não. **VEREADOR RODSON DO**



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

CARMO: Não. **Elton. VEREADOR ELTON CARVALHO:** Não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Não. Gustavo. **VEREADOR GUSTAVO POZZI:** Não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Não. João Muller. **VEREADOR JOÃO MULLER:** Não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Não. Julio Cesar, no exercício da presidência, não vota. Laide. **VEREADORA LAIDE SIMÕES:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Leandro. Perdão, perdão, Laide, desculpa. Sim ou não ao adiamento? Sim ao adiamento. Desculpe por ter errado aqui, depois eu corrijo. Sim ao adiamento. Leandro. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Não. Lucão, não. Luis Enrique. **VEREADOR LUIS ENRIQUE:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Malabim. **VEREADOR MALABIM:** Não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Não. Marquinho Amaral. **VEREADOR MARQUINHO AMARAL:** Não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Moisés, sim. Paraná. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Robertinho Mori, não. Rodson, não. Roselei, ausência justificada. Sérgio Rocha. **VEREADOR SÉRGIO ROCHA:** Não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Não. Sr. Presidente, 5 votaram sim e 14 ao não adiamento. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Passo, nesse momento, a colocar em votação o **Processo nº 1.099**, Projeto de Lei nº 145, interessada a Prefeitura Municipal de São Carlos "Que autoriza ao Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar na Prefeitura Municipal". Pedido de votação nominal, vereador Marquinho Amaral. Vereadores favoráveis sim, contrários não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Pela ordem, Sr. Presidente. Eu pediria depois para o secretário, por favor, me passe outra folha porque eu errei, só para corrigir e assinar, viu, Sr. Milton, por favor. Azuaite Martins de França. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Chico Loco. **VEREADOR CHICO LOCO:** Abstenção. O parecer não foi esclarecido. Eu não tenho condições de votar. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Cidinha do Oncológico, sim. Dimitri. **VEREADOR DIMITRI SEAN:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Edson, sim. Elton. **VEREADOR ELTON CARVALHO:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Gustavo. **VEREADOR GUSTAVO POZZI:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. João Muller. **VEREADOR JOÃO MULLER:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Julio Cesar, no exercício da presidência, não vota. Laide. Leandro. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Lucão, sim. Luis Enrique. **VEREADOR LUIS ENRIQUE:** Não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Não. Malabim, sim. Marquinho Amaral. **VEREADOR MARQUINHO AMARAL:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Moises, sim. Paraná Filho. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Não. Robertinho Mori, sim. Rodson, sim. Roselei, ausência justificada. Sérgio Rocha, sim. Sr. Presidente, 15 vereadores votaram sim, 1 abstenção e 3 ao contrário. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Fica aprovado o Processo nº 1.099, Projeto de Lei nº 145 da Prefeitura Municipal de São Carlos "Que autoriza ao Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar". **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Declaração de voto. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Declaração de voto, vereador Azuaite Martins de França. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Para que as coisas fiquem claras e para que fique nos anais da Câmara Municipal. Não assiste razão você ter as 14 assinaturas para colocar em urgência e depois vem um pedido para



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

verificar se segue a urgência ou não segue a urgência. Eu sou contrário, vereador Lucão é a principal testemunha disso aqui na Casa, eu sou contrário a esses processos que chegam de última hora, que recebem assinatura de urgência, que vêm para o Plenário, que passam por cima de Comissão, de prazo, para vereador tomar conhecimento e tudo mais. Nessa questão, especificamente, eu assinei, embora não costume assinar. E por que assinei? Porque essa questão do subsídio da gratuidade e tudo mais, há muitos anos e há muitas legislaturas que eu defendo isso, alguém tem que pagar a conta, e a Justiça já disse de quem é essa conta. Se existe gratuidade, se existe abatimento no valor da tarifa e é lei municipal, tem origem no Executivo, o Executivo é quem tem que arcar com essas contas. Mas também assiste razão ao vereador Paraná quando contesta a instrução desse processo, total razão. Aliás, se a gente passasse um pente fino naquilo que vem da Prefeitura, a Câmara ficaria de férias 12 meses porque não teria processo para votar. Tudo mal instruído, causando insegurança. Hoje é na Câmara, amanhã é na prefeitura. Mas a Câmara não será, ou será raramente responsável, pelas lambanças que a prefeitura vier a cometer. Obrigada. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Declaração de voto, vereador Moises Lazarine. **VEREADOR MOISES LAZARINE:** Julio Cesar, nosso presidente, quero apenas declarar o meu posicionamento, não foi incoerência de minha parte. A princípio fiz questão, assinei a urgência, e depois, pela argumentação do vereador Paraná, eu achei que seria salutar poder ter o tempo de mais uma semana para ter um pouquinho de embasamento maior para votar de uma forma mais segura. Mas, assim como dentro de um espaço democrático nós respeitamos a posição da maioria, eu fiz questão, depois, de acompanhar o meu voto assim como fiz questão de assinar a urgência. Convencido que, pela maioria, eu fui voto vencido em não retirar o processo por mais uma semana, eu acompanhei o voto até porque eu consegui enxergar a necessidade da urgência dessa situação. Só que como a maioria decidiu não manter mais uma semana, eu fiz questão de acompanhar o voto de todos por esse motivo. Só por isso. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Declaração de voto, vereador Paraná Filho. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Sr. Presidente, na verdade, eu quero aqui, nesse momento, respeitar a decisão de todos os Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras. Cada um aqui é dono do seu mandato, em nenhum momento eu quero influenciar na decisão de nenhum dos senhores. Eu quero apenas cumprir o meu papel de presidente da Comissão de Constituição e Justiça e orientá-los da melhor forma possível, e aí que cada um vote da melhor forma possível. Recebi, nesse momento, a ligação do vereador Roselei Françoso, que não pôde estar aqui, mas se mostrou preocupadíssimo com o que nós acabamos de fazer aqui - não com o meu voto. Para pagamento de gratuidade, ou subsídio, da forma como está sendo feita aqui, nós precisaremos de lei específica autorizando, lei essa que nunca veio para Câmara, lei essa que não existe. Então, muito provavelmente, a Prefeitura Municipal de São Carlos vai ter um problema jurídico, judicial com essa aprovação que nós acabamos de fazer aqui. Graças a Deus, sem a minha anuência e sem o meu voto. Então, essa preocupação eu não vou levar aqui no dia de hoje. Mas eu quero frisar que eu respeito a votação de todos os senhores e senhoras, mas deixando aqui, não sei se essa Câmara fez a coisa certa hoje. Não sei se esses R\$ 800 mil não fará falta no Pasep dos servidores daqui a alguns meses. Espero que não. E uma grande preocupação com a própria Prefeitura Municipal de São Carlos que, sem essa lei específica, que a autorizaria ela a pagar Suzantur com esse recurso, a inexistência dessa lei, muito provavelmente, vai trazer um grande problema jurídico para prefeitura, talvez até para nós mesmos. Aqui, dentro de Casa, tem vereadores que ouviram da boca do próprio



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

promotor de Justiça, que atua aqui em São Carlos, que em algumas ações [interrupção do áudio]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Para concluir, por favor. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Que em alguns atos, vereadores poderiam ser responsabilizados, sim. Se isso acontecer, eu pelo menos estou fora disso. Mas a minha votação foi não por não ter segurança, por não ter... Eu, na condição de presidente da Comissão de Constituição e Justiça, não ter conseguido ver o processo, ler a resposta que foi dada pela prefeitura, então eu lavo as minhas mãos nesse momento. O que vier, daqui para frente, com efeito desse processo que nós votamos, não é mais problema meu. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Declaração de voto, vereador Gustavo Pozzi. **VEREADOR GUSTAVO POZZI:** Na verdade, eu não quero justificar o voto do meu sim, mas sim o meu questionamento, Paraná, eu respeito você como vereador, não tiro a razão da sua reclamação. Mas o que me causou estranheza é a gente ter um processo com 14 assinaturas, depois pedir adiamento. Se tem 14 assinaturas, se subentende que já está de urgência e já é causa e situação superada. Essa Casa não precisaria submeter se quer ou não adiamento. Eu acredito que regimentalmente isso não é nem possível, se tem 14 assinaturas para urgência, aí você pede adiamento? É só essa a justificativa. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Questão de ordem, Sr. Presidente. Só para que fique claro para todos os que estão ouvindo e para todos os vereadores... Existe um instituto dentro do Regimento que o vereador Marquinho Amaral, inclusive, utilizou há pouco tempo atrás, que é a soberania do Plenário, vereador Gustavo. O Plenário é soberano para fazer qualquer modificação, qualquer deliberação, desde que seja aprovado pelo Plenário. Então, o instituto utilizado nesse momento, regimental, é a soberania do Plenário, e o Plenário foi soberano e decidiu que deveria votar se sim ou não. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Na verdade, é só para esclarecer, essa presidência, vereador Gustavo, está a todo o momento dando oportunidade para todos os vereadores, de uma forma democrática e tentar respeitar e entender o posicionamento de cada um. O que eu fiz, então, foi colocar o pedido do vereador, que podia ser o pedido de qualquer vereador, colocar à disposição do Plenário. O Plenário entendeu, todo mundo já tinha o seu pensamento, e foi que a gente fez. Próximo processo da Pauta, Processo nº 1.044, Projeto de Lei nº 133, interessada Prefeitura Municipal de São Carlos, esse processo trata-se da emenda parlamentar do vereador Marquinho Amaral para a Secretaria de Esporte e Lazer. Coloco em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. Aprovado. Ok. Passamos agora aos dois processos. Eu solicito ao vereador Chico que talvez possa discutir os dois ao mesmo tempo, pode ser? Pessoal, nós vamos discutir os dois processos. Na verdade, o Processo nº 3.165, Projeto de Lei nº 366, de autoria do vereador Chico Loco, "Que dispõe sobre o uso de aplicativos pedagógicos para auxílio na educação". E também o projeto que altera a Lei Municipal nº 7.432. Cinco minutos para discussão. Vereador, esses dois processos, para as pessoas entenderem... Não, tem que discutir englobadamente porque os dois têm pareceres contrários da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. E o vereador Chico quer se pronunciar. Por favor, vereador. **VEREADOR CHICO LOCO:** Sr. Presidente, Srs. e Sras. Vereadores, a minha cabeça de médico, ela não tem a cabeça jurídica. Eu tenho aqui dois projetos de lei, eu faço parte da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e tem algumas questões que trazem a mim uma grande preocupação. Número um, existe uma preocupação muito grande que nós temos com jovens que cursam universidades privadas em nossa região, as faculdades particulares. E que eu vejo vários casos, principalmente nessa crise financeira



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

que o Brasil está atravessando, e que é muito séria, jovens que abandonam seus estudos para poder ajudar em casa. E muitas vezes o jovem trabalha durante o dia, Sr. Presidente, alguns são seus alunos, e à noite cursam a sua universidade. E essa lei não é minha, não é autoria do vereador Chico Loco. É uma lei existe desde 17 de abril de 1975, assinada pelo prefeito Mário Maffei. Então, o que nós fizemos? Resgatamos uma lei em que buscamos reativar um fundo municipal para bolsas de estudos para os alunos carentes, aqueles que estão em sofrimento social em momentos de formação. E esse projeto prevê uma concessão de 30% a 60% de abatimento nas bolsas com recursos que gostaria eu que fossem dos parlamentares, das nossas emendas de vereadores, as emendas parlamentares. Então, seria uma forma de nós, vereadores, estarmos gratificando o nosso eleitor e reconhecendo aqueles jovens que precisam estudar e que se encontram-se em situação financeira difícil. Quando a gente elaborou esse projeto de alteração da lei municipal, eu até imaginava que seria uma coisa simples, porque a lei não é iniciativa do vereador Chico Loco, mas eu recebi um inicial, uma reprovação da Comissão de Constituição e Justiça. E, até nesse caso, eu contestei e pedi a essa Casa, à Procuradoria Jurídica dessa Casa, que consultasse o Conam. E o Conam concordou com a Comissão de Constituição e Justiça. Eu até imaginava que eu teria que retirar o projeto de Pauta, porque isso aqui data de 17 de novembro de 2017, esse primeiro. E eis que hoje me surpreendo com a chegada desse projeto para votação. Nesse momento, meus amigos, meus Srs. E Sras. Vereadores, a essa Plenária cabe a ela soberania. Nós estamos diante de uma realidade. Nós estamos com as famílias que tem o seu filho na escola e que carece de uma bolsa de estudo, ou nós estamos contra eles? Porque a Constituição de 88 veio posterior à lei do prefeito Maffei, de 75. Então, ou nós utilizamos daquilo que é a regra constitucional, o princípio que a Comissão de Constituição está seguindo, ou nós estamos do lado do povo, ou nós estamos do lado da população. Porque há pessoas que serão beneficiadas com isso aqui, há pessoas alunos que serão beneficiados com isso aqui, inclusive, não pensando em onerar o município. Porque esse fundo receberia emendas parlamentares dos Srs. Vereadores, ou até aqueles que conquistem de outras formas esse recurso, não precisamos onerar o município. Eu, particularmente, não destinei minhas emendas parlamentares, pensando em reativar esse fundo, pensando nos alunos que estão em sofrimento social, necessitando concluir a sua faculdade, a sua universidade. Esse é o primeiro. Então é primeiro projeto que foi rejeitado, e eu aceito perfeitamente o seu arquivamento se essa Casa reprovar. Mas eu quero saber: Nós estamos com a população ou nós estamos com a Constituição de 88? O segundo projeto é outra coisa muito oportuna, que dispõe sobre uma moda que tem agora, que são os celulares e os aplicativos. Toda criança tem um celular, a maior parte, pelo menos, já tem. E a gente recomenda aqui que a Secretaria de Educação apenas faça a orientação de quais aplicativos você poderia motivar o seu filho a baixar para que esses aplicativos pedagógicos sirvam de uma motivação para o estudo. Também achava que era um projeto fácil, porque também não onera o município. Mas também houve, pelas mesmas razões, o vício de constitucionalidade, que é um projeto que teria que partir do Executivo. Também foi o mesmo procedimento, a Comissão de Constituição e Justiça negou, eu requeri ao Conam, o Conam ratificou o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, portanto a comissão está certa. Mas nós estamos com a criança que está em processo educacional e que está ficando aquém daquelas boas escolas. Em São Paulo, tem sido muito comum, as escolas particulares estão recomendando aplicativos, é o Bê-á-bá do Bila, ABC do Bila, tem vários aplicativos todos gratuitos, não gera



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

ônus ao município, e as crianças já estão utilizando joguinhos [interrupção no áudio]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Para concluir. **VEREADOR CHICO LOCO:** As crianças já estão utilizando esses equipamentos móveis, os celulares, para brincar. O que a gente recomenda aqui é que, ao invés de apenas ficar na brincadeira, brincar e aprender. Então eu quero, de novo, apelar para a sensibilidade, a sensatez do Plenária. E quero que esse Plenária seja soberana para ajudar na aprovação desse projeto. Que não onera o município e que facultará a Secretaria Municipal Educação a aplicação e a recomendação desses tais aplicativos. Muito obrigado. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Próximo vereador inscrito, vereador Paraná Filho. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Sr. Presidente, ocupo essa Tribuna nesse momento mais uma vez na condição de presidente da Comissão de Constituição e Justiça, não como um vereador comum. Mas eu tenho que falar nesse processo, até porque quem exarou o parecer contrário a esse projeto fomos nós, infelizmente. Mas eu quero aqui louvar o trabalho, a iniciativa e a boa intenção do vereador Chico Loco. Na verdade, não se expressa somente nesse projeto, mas em muitos outros projetos de autoria do vereador Chico Loco, como também tem o vereador Malabim, que são vereadores extremamente propositivos. Mas, infelizmente, o nosso papel é fazer o papel do chato, de analisar a legalidade e constitucionalidade. E nem sempre as nossas boas intenções são respaldadas pela lei. E cabe a quem essa ingrata missão? À nossa Comissão, né, Laide? Então, eu quero enaltecer o seu trabalho, vereador Chico Loco, pela iniciativa. É louvável a sua iniciativa, mas, infelizmente, não é respaldada pela lei. Infelizmente o vereador tem pouquíssima prerrogativa no que tange a propositura de leis. Mas que bom que o senhor é propositivo, uma hora o senhor vai encaixar uma boa lei, que vai ser constitucional, que vai ser legal. Ao contrário de vereadores que não são propositivos, não sabem fazer lei, só sabe berrar. O senhor pelo menos, o senhor está tentando, uma hora o senhor vai encaixar, uma hora o senhor vai acertar. Ruim é quem não faz nada, ruim é o cara que não é propositivo. Esse é ruim, esse tem que ser criticado. Agora, o vereador tem boa intenção, quer acertar, uma hora ele vai acertar. Se depender dessa comissão, tudo aquilo que for legal e for constitucional nós vamos aprovar. Muito obrigado. E já aproveitando a oportunidade, só para não ter que voltar a utilizar essa Tribuna como líder, eu deixo essa votação em aberto. Então o PSB, todos os vereadores do PSB estão liberados para votar como queiram nesse processo. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Vou colocar em votação o relatório da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Os vereadores favoráveis ao relatório, sim, contrários, não. Votação nominal. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Atenção, Srs. Vereadores, para a terceira votação dessa noite. Vereador Azuaite Martins de França. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Sim pelo parecer. Pessoal, só para entendermos, quem votar sim está votando favorável ao parecer da Comissão que rejeita o processo, o projeto. Ok? Sim, rejeita o projeto. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Azuaite Martins de França. Não. Chico Loco. **VEREADOR CHICO LOCO:** Não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Não. Cidinha, sim. Dimitri. **VEREADOR DIMITRI SEAN:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Edson. **VEREADOR EDSON FERREIRA:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Elton, ausência justificada. Gustavo Pozzi. **VEREADOR GUSTAVO POZZI:** Não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Não. João Muller. **VEREADOR JOÃO MULLER:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Julio Cesar Pereira de Sousa, no exercício da presidência, não vota. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Voto, voto, voto. **VEREADOR**



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

RODSON DO CARMO: Perdão. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Voto sim ao parecer. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Laide. **VEREADORA LAIDE SIMÕES:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Leandro. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Lucão, sim. Luis Enrique, ausência justificada. Malabim, sim. Marquinho Amaral, sim. Moises, sim. Paraná Filho, sim. Robertinho Mori, sim. Rodson, sim. Roselei Françoso, ausência justificada. E Sérgio Rocha. Sérgio Rocha? Ausente do Plenário. Um minutinho só, por favor. Sr. Presidente, 14 vereadores votaram sim e 3 votaram não. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Fica, então, aprovado o relatório que rejeita o Projeto de Lei nº 366, Processo nº 3.165, do vereador Chico Loco, que dispõe sobre o uso de aplicativos pedagógicos para auxílio na Educação Infantil. Declaração de voto, vereador João Muller. **VEREADOR JOÃO MULLER:** Sr. Presidente, essa para mim é uma votação extremamente técnica, porque o discurso colocado pelo vereador Chico Loco é a vontade de todos nós, de criar um fundo para poder ajudar os jovens desse país a poder estudar, a poder fazer Ensino Superior. Mas, infelizmente, os municípios hoje não conseguem sequer suprir a demanda, o déficit que tem no Ensino Infantil. Essa é a primeira questão. A segunda, acerta a Comissão de Justiça e Redação, porque, infelizmente, nós, vereadores, os deputados, de forma geral, eles têm um limitador nas suas iniciativas de leis, o art. 61 da Constituição Federal, ele define quais são as leis de iniciativa exclusiva do Executivo. Primeiro, nós não podemos tratar da criação de fundo, o que é fundo? É uma conta bancária o fundo. Nós não podemos definir essa conta. Então acertou a comissão. Segundo, essa competência só cabe ao chefe do Executivo e certamente, ele não fará, não fará porque ainda temos hoje na cidade da construção de cinco escolas infantis, inclusive estive na reforma de uma agora no final de semana, tivemos ontem também abertura dos envelopes, definiram quem vai fazer a escola lá do Araucária. Amanhã tem autorização da ordem de serviço da escola da Eduardo Abdelnur, então o município luta nesse momento, na verdade, para poder atender a demanda do Ensino Infantil. Então, Chico Loco, também louvo a sua iniciativa, mas, infelizmente, a nossa Constituição não permite que nós aprovemos nesse momento. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Declaração de voto, vereador Chico Loco. **VEREADOR CHICO LOCO:** O vereador João Muller discursou agora sobre o projeto que nós vamos votar a seguir, né? Não votamos ainda, a questão era dos aplicativos que nós estávamos votando. O que acontece, é claro, existe um discurso que está na cabeça do político brasileiro que nós temos escolas, escolas, escolas infantis. Gente, vamos acordar! A pirâmide etária está achatando a sua base que ninguém mais, o adulto jovem não quer mais ter filho, porque não tem emprego no Brasil. A população que mais precisa de assistência é o adulto jovem, ele precisa de universidade, formação superior, não de escola primária. Todo mundo sabe quando se inicia um bairro há uma demanda por escolas básicas, escolas infantis. Mas, conforme o bairro vai se desenvolvendo, a população infantil vai diminuindo, então há várias escolas... em várias cidades, não é só em São Carlos, que você está tendo uma população desproporcional. Muitos professores e menos alunos. O que a gente tem que pensar hoje é no adulto jovem, esse discurso de 30 anos atrás, realmente, levou outros presidentes, a Nova República, o período da democracia, mas nós temos que atualizar nosso discurso. Hoje nós temos que gerar para o adulto jovem condições de trabalho, qualificar esse profissional, gerar empregos! Nós sabemos que as escolas infantis que temos já são suficientes. Essa demanda, o Airton trazia, que queria abrir uma creche por mês, só que a



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

realidade é que São Carlos não precisa de uma creche por mês, porque não nasce mais tanta criança quanto há 20 anos atrás. Vamos atualizar nossos discursos. O que acontece é que essa primeira votação era em relação ao uso de aplicativos, que o Colégio Bandeirantes de São Paulo já utiliza, o Colégio Liceu Pasteur, Rio Branco, as melhores escolas do país já estão utilizando. Em São Carlos, nós, vereadores, que nós somos delegados pela população, autorizados pelos eleitores a sugerir mudanças na política, nós não estamos sendo ouvidos, a população não está sendo ouvida...[interrupção no áudio]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Passamos, nesse momento, a votação do **Processo nº 3.494**, Projeto de Lei nº 419, na verdade, a votação do parecer da comissão contrário ao projeto de lei. Votação nominal. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Eu peço atenção para todos Srs. e Sras. Vereadores. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Atenção, o sim favorável ao parecer contrário da comissão. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Atenção, Srs. Vereadores. Vereador Azuaite Martins de França. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Não. Chico Loco. **VEREADOR CHICO LOCO:** Não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Não. Cidinha, sim. Dimitri. **VEREADOR DIMITRI SEAN:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Edson. **VEREADOR EDSON FERREIRA:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Elton, ausência justificada. Gustavo Pozzi. **VEREADOR GUSTAVO POZZI:** Não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Não. João Muller. **VEREADOR JOÃO MULLER:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Júlio César. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Laide. **VEREADORA LAIDE SIMÕES:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Leandro. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Lucão Fernandes, ausente do Plenário. Luis Enrique, ausência justificada. Malabim, Malabim? Ausente do Plenário. Marquinho Amaral. Marquinho Amaral? Ausente do Plenário. Moises, sim. Paraná, sim. Robertinho Mori, sim. Rodson, sim. Roselei Françoso, ausência justificada. E Sérgio Rocha, sim. **VEREADOR GUSTAVO POZZI:** Declaração de voto, por favor. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Só um minutinho, por favor. Sr. Presidente, 12 vereadores votaram sim e 3 ao contrário. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Srs. Vereadores, fica rejeitado o parecer desse processo. Está rejeitado o parecer da comissão por 12 votos a 3... Tem razão, vereador. Na verdade, o parecer mantido, 12 votos a 3, se fosse contrário, os dois terços. Perdão. Aprovado o parecer. Declaração de voto do vereador Gustavo Pozzi. Apenas para orientar a todos, os dois processos discutidos e votados serão arquivados. Vereador Gustavo, declaração de voto. **VEREADOR GUSTAVO POZZI:** Eu esperei a aprovação dos dois, porque a justificativa é a mesma. Eu acredito que algumas coisas, e eu iria também travar a mesma batalha, Chico, se o Saae não tivesse feito a devida justiça na questão do hidrômetro. Eu acho assim, se nós, muitas vezes, a gente fica, a lei fala, nós temos a Constituição, eu sou formado em Direito, eu sei que nós temos que respeitar a Constituição. E o Legislativo, por ser um Legislativo Municipal assim também tem que submetê-la, mas eu acredito principalmente no primeiro. No primeiro eu não concordo que seja inconstitucional, a questão do aplicativo. Outro, a questão do fundo é uma questão discutível, mas eu queria que esse parlamento se agigantasse. Se passasse um negócio desses, o que iria acontecer? A prefeitura ia alegar a inconstitucionalidade, mas eu acho que a reflexão estaria viva, a ideia do Chico estaria viva. E aqui, Chico, eu faço até, eu dou até um conselho, se me permite, vá



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

conversar com o prefeito e tente fazer com que isso venha do Executivo para que nós possamos aprovar esse projeto, parabéns. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Declaração de voto, vereador Azuaite Martins de França. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Alguém aqui não tem celular, não tem Google, não tem aplicativo? Quanto custa um aplicativo? O aplicativo, o celular, a internet te dá todas as bibliotecas, todos os livros do mundo nesse aparelhinho aqui. E os aplicativos podem proporcionar cursos utilíssimos, isso aqui é o futuro. O resto é o atraso. Então, veja, não tem que falar com esse, com aquele, com o prefeito, ou o prefeito defende, se abraça ao atraso, ou abre os braços e caminha para o futuro. E se o prefeito não fizer isso, o progresso vai passar por cima dele e vai pisoteá-lo, porque a educação é o progresso. Não precisa de lei para incentivar a utilização de aplicativo na educação, o que precisa é não ter preconceitos. E olha, grande parte do desastre educacional desse país se deve ao preconceito. A intolerância se deve ao preconceito e a tecnologia existe para ser colocada a serviço do homem. Abaixo o obscurantismo. Viva a vida. Viva o progresso. Viva a educação. Vivam os alunos. Vivam os professores. Obrigado. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Declaração de voto, vereador João Muller. **VEREADOR JOÃO MULLER:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, população que nos acompanha nesse momento. Eu quero deixar bem claro para quem nos acompanha nesse momento, que aquelas pessoas que votaram a favor do parecer contrário ao projeto não são contra aplicativos e não são contra a criação de fundos. É importante que deixe claro para quem nos acompanha nesse momento que a Constituição Federal, no seu art. 212, determina que os municípios devem dar prioridade para o ensino local, que é o ensino infantil, que é sua obrigação. Pelo amor de Deus, não estamos aqui em nenhum momento votando contrário o mérito. Se viesse do Executivo, certamente estaríamos votando favorável. Agora, existe um outro remédio quando eu não posso apresentar projeto de lei, nada impede... está escrito determina, vereador, vê se está escrito determina aí. **ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone]. **VEREADOR JOÃO MULLER:** Então: determina. Eu não posso, então eu não posso, como vereador, de acordo com a Constituição, determinar ao Executivo, serviço público, de acordo com 61 é iniciativa do Executivo. Então, se eu não posso fazer através de lei, o vereador Gustavo Pozzi encontrou uma alternativa para resolver o problema das duas ligações num único imóvel, foi lá, dialogou com o Executivo. Se não quiser dialogar, tem um outro mecanismo, chama indicação. Quando eu não posso apresentar lei, eu faço uma indicação, que é a legitimidade que é me dada pelo Regimento Interno da Casa. Não tem outro caminho, senão vai parecer, para quem está nos acompanhando nesse momento, que nós somos contra o projeto. Não, não. Ao contrário. Se viesse do Executivo, dentro da legalidade que propõe a constitucionalidade, que propõe a nossa Carta Magna, eu estaria votando favorável, não o contrário. Estou votando a favor do parecer da Comissão de Justiça e Redação, não contra o entendimento do Chico nos dois projetos. **RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PRESIDENTE JULIO CESAR:** Passamos agora, eu quero convidar o Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do **Processo nº 1.479**, Requerimento nº 880, vereador Paraná Filho: "Requer a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as causas da falta de médicos na Rede Municipal de Saúde de São Carlos, do fechamento das Unidade de Pronto Atendimento, das UPAs, as responsabilidades pela reabertura da UPA Cidade Aracy sem a presença de médicos". Solicito ao vereador Paraná Filho, relator da Comissão Parlamentar de Inquérito,



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

que proceda à leitura do relatório final apresentado pela Comissão Parlamentar. Eu gostaria de avisar a todos que o relator disponibilizou, junto com a presidência, uma cópia para cada um dos vereadores e junto com a presidência da comissão. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI, que tem como finalidade apurar as causas de falta de médicos na Rede Municipal de Saúde de São Carlos, do fechamento de duas Unidades de Pronto Atendimento, UPAs, e as responsabilidades pela reabertura da UPA Cidade Aracy sem presença de médicos. Da Comissão Parlamentar de Inquérito: "Constituída pelo Decreto Legislativo nº 882 de 10 de maio de 2017, essa CPI tem como finalidade a apuração das causas de falta de médicos na Rede Municipal de Saúde de São Carlos, o fechamento duas Unidades de Pronto Atendimento, UPAs, e da responsabilidade da reabertura da UPA Cidade Aracy sem a presença de médicos. Em observância estrita à Constituição Federal de 1988, cumpre observarmos os requisitos legais constitucionais a serem pressupostos para instauração da CPI". Requerimento: "Iniciativa da Comissão de Saúde e Promoção Social presidida pelo vereador Lucão Fernandes. O requerimento foi devidamente apresentado às fls. 2 a 5, colocado em votação, tendo sido aprovado por unanimidade em 9 de maio de 2017". Fato determinado: "Como fato determinado, tal como um acontecimento de relevante interesse para vida pública e a ordem constitucional, legal e econômica e social do município de São Carlos, que motivou a presente CPI, temos a necessidade de apuração das causas da falta de médicos da Rede Municipal de Saúde de São Carlos, bem como o fechamento de duas Unidades de Pronto Atendimento, UPAs". Prazo certo: "No primeiro momento o art. 3º, o Decreto-Lei nº 882 de 10 de maio de 2017 constituiu a CPI, definiu que o prazo para o fim dos trabalhos da CPI seria em 90 dias corridos, a contar da vigência do decreto legislativo. Considerando que o art. 5º, Decreto-Lei nº 882 de 10 de maio de 2017 definiu a sua vigência e iniciativa com a publicação, e considerando que a publicação se deu em 12 de maio de 2017, fl. 14, temos que a princípio o prazo para conclusão dos trabalhos da CPI seria dia 10 de agosto de 2017. Entretanto, considerando que o tempo seria insuficiente para o devido desenvolvimento dos trabalhos e de investigação da CPI, no dia 1º de agosto de 2017, por meio de requerimento colocado em regime de urgência especial foi votado, aprovado por unanimidade o projeto de lei legislativo com prorrogação do prazo por mais de 90 dias, a fim de que os trabalhos da CPI fossem prorrogados por mais 90 dias. Considerando ainda que o decreto legislativo de prorrogação de prazo para o término dos trabalhos da CPI tem em seu art. 2º cláusula de vigência que determina que o decreto legislativo de prorrogação entrará em vigor a partir do término da vigência do Decreto Legislativo nº 854"... **VEREADOR CHICO LOCO:** Pedir ao vereador uma leitura um pouco mais clara, porque está muito rápido e parece que nós estamos assim muito acelerados, né? **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Hum? **VEREADOR CHICO LOCO:** A plateia e o público, o telespectador carece de um pouco mais de reflexão e entendimento. Eu queria pedir para o senhor [ininteligível]. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Tudo bem, vamos terminar 10h da noite, mas vamos lá. **VEREADOR CHICO LOCO:** Estamos a serviço da comunidade e acho que a questão do horário não será tão relevante agora, vereador. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Concordo. Então tudo bem: "Considerando ainda que decreto legislativo de prorrogação de prazo para o término dos trabalhos da CPI tem em seu art. 2º cláusula de vigência que determina que o decreto legislativo de prorrogação entrará em vigor a partir do término da vigência do Decreto Legislativo nº 854, de 15 de junho de 2016,



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

que constituiu a CPI, temos que o prazo certo definido a partir da observância estrita do devido processo legislativo e demais normas para finalização dos trabalhos da CPI é de 90 dias corridos, a serem contados a partir de 10 de agosto de 2017, ou seja"... ou leio ou não leio. **ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone]. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** "Ocorre que o prazo ainda não foi suficiente para que as diligências fossem totalmente realizadas. Motivo pelo qual o dia 31 de outubro de 2017, por meio de requerimento colocado em regime de urgência especial, foi votado e aprovado por unanimidade o projeto de decreto legislativo com prorrogação do prazo por mais 90 dias, para fim dos trabalhos da CPI, fls. 512 a 520. Ou seja, com a nova prorrogação, o prazo para a finalização dos trabalhos da CPI da Saúde seria 6 de fevereiro de 2018. Diante da dificuldade em realizar diligências e oitivas durante o período de recesso, mais uma vez, foi solicitada a prorrogação de prazo, já visando a necessidade de extensão do mesmo para fins de sistematização da documentação acostada nos autos e elaboração de relatório final. Nessa oportunidade, por meio de requerimento colocado em regime de urgência especial, foi votado e aprovado, por unanimidade, projeto de decreto legislativo com a prorrogação de prazo por mais 90 dias para o fim dos trabalhos da CPI, fls. 838 a 842. Na 13ª Sessão Ordinária do dia 3 de maio de 2018, foi solicitado pelo vereador João Batista Muller ao presidente da comissão, vereador Lucão Fernandes, a prorrogação por mais 20 dias de prazo de duração desta comissão, o que foi encaminhado para o Plenário, onde foi votado e aprovado por unanimidade. Assim sendo, temos que o prazo certo final para o fim dos trabalhos dessa CPI é 22 de maio de 2018." Resultado da apuração, objeto dessa CPI, as causas de falta de médicos na Rede Municipal de Saúde de São Carlos, bem como fechamento de duas Unidades de Pronto Atendimento: "Para análise dos motivos que levaram à falta de médicos na Rede Municipal de Saúde, imperioso partir dos fatos em ordem cronológica. Primeiro, da eventual omissão de morte de uma criança de três meses de idade na UPA do Cidade Aracy ocorrida em 24 de março de 2017. De acordo com o resultado do laudo do Instituto Médico Legal, IML, divulgado pela delegada Denise Gobbi Szakal, da Delegacia da Mulher, DDM, sobre a morte da criança Alicya Beatriz no dia 24 de março de 2017, a criança morreu por conta de uma asfixia causada por peso que foi colocado sobre seu tórax. Segundo a delegada, o laudo apontou que a causa da morte foi sufocação indireta e a criança chegou morta na UPA do Cidade Aracy. Abre aspas, eu chamei a mãe para conversar novamente e ela admitiu ter dormido com o bebê na cama e deve ter rolado por cima da criança, disse a delegada. O caso foi registrado como homicídio culposo, quando não há intenção de matar e encaminhado ao Ministério Público do Estado de São Paulo, que poderá aplicar o perdão judicial, ou mesmo o indiciamento da mãe. Assim sendo, deve ser afastada toda e qualquer responsabilidade do município de São Carlos e de seus agentes com relação à morte de Alicya Beatriz no dia 24 de março de 2017, na UPA da Cidade Aracy". Da sentença do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo: "Em sentença", acelera ou mantém o ritmo? "Em sentença, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo julgou ilegal os administrativos de admissão de pessoal tempo determinado praticado pelo ex-prefeito de São Carlos, o Sr. Oswaldo Baptista Duarte Filho, conforme bem dispõe a fundamentação da sentença, a ilegalidade dos atos seriam consequência da inobservância da Constituição Federal, especificamente em seu art. 37, inciso II, nas palavras do Egrégio Tribunal de Contas, abre aspas, com efeito, à luz do regramento jurídico constitucional de regência, o exercício do cargo, emprego ou função



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

pública deve realizar-se, em regra, por meio de comprovação do interesse em regular concurso público, art. 37, inciso II, da Constituição Federal. Permite-se à administração pública, apenas com exceção admissão de pessoal por tempo determinado, para atendimento de necessidade temporária e excepcional de interesse público, art. 37, inciso IX, da Constituição Federal. Note-se que, mesmo nesse caso, excetua-se a hipótese de comprovada emergência que impeça a sua realização, não se desincumbe a administração de realização de processo seletivo, ainda que simplificado, conforme inclusive encontra-se consignado na Deliberação do Tribunal de Contas nº 15.248/026/04. É evidente que a fundamentação do Tribunal de Contas reivindica a necessidade constitucional de realização de concurso público, ainda que seja processo seletivo simplificado, em casos excepcionais de emergência, para ocupar o cargo de emprego público. O Tribunal de Contas complementa esse posicionamento diante do caso concreto a ser submetido, abre aspas, no caso concreto, foram contratados pela Prefeitura Municipal de São Carlos, sem qualquer critério objetivo de seleção demonstrado, em substituição a servidor público, um número excessivo de profissionais da área da Saúde. O texto do Tribunal de Contas é claro: o que afronta a Constituição Federal é a contratação de profissionais sem realização de processo seletivo". Aqui, eu vou pular esse acórdão que foi acostado nos autos, porque é basicamente o mesmo que nós lemos do Tribunal de Contas: "Da leitura atenta da sentença em análise evidente que não há qualquer apontamento acerca da ilegalidade do pagamento por RPA, a ilegalidade apontada diz respeito à contratação de profissionais sem a realização de concurso público ou processo seletivo simplificado, ou seja, diante das circunstâncias legais autorizadoras da suspensão do pagamento dos médicos que já haviam trabalhado por RPA. Por motivo certo e que será exposto mais adiante, a sentença do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo serviu de fundamentação jurídica para que a Secretaria Municipal de Saúde suspendesse o pagamento dos médicos contratados como autônomos, o chamado regime RPA. Dessa feita, os médicos contratados como autônomos pela Prefeitura Municipal de São Carlos, mediante processo seletivo simplificado ou prévia análise circular trabalharam realizando plantões nas Unidades de Pronto Atendimento, tal como estabelecidos em contrato com a Prefeitura Municipal de São Carlos, entretanto, não receberam a contraprestação devida pela realização dos plantões. Trabalharam e não receberam por isso. A suspensão e o pagamento dos médicos, e não pagamento inclusive dos trabalhos já realizados, configurando enriquecimento ilícito do município, vez que o trabalho fora realizado, foi o motivo que levou os médicos a não se disporem mais a cumprir os plantões em que tinham sido escalados, isso fica evidente tanto pelo conteúdo das oitivas realizadas por essa CPI, tanto por meio de documentos juntados aos autos. Em oitiva realizada por essa CPI, o secretário municipal de Saúde declarou pela suspensão de tais pagamentos pelo referido regime ocorreu a ausência de médicos na rede, o que ocasionou fechamento não somente da sala de estabilização do Cidade Aracy, como também da UPA do Santa Felícia. E o secretário complementou, abre aspas: Em nenhum momento, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ordenou a suspensão ou proibição da contratação pelo regime RPA, fecha aspas. Importante ressaltar que essa decisão de interrupção dos pagamentos dos médicos, inclusive que já tinham trabalhado, se deu no governo atual do Sr. Prefeito Airton Garcia, tal como apontado por Cláudia Cristina Alves Massucio em seu depoimento à CPI, esclarecendo que por volta de 21 de dezembro de 2016 recebeu orientação para suspensão da contratação de médicos por RPA, por meio de ofício da Procuradoria-Geral do Município,



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

subscrito pelo procurador Alexandre. E que, nesse ofício, a partir de 1º de janeiro estaria proibida a contratação de médicos pelo regime RPA, inclusive, corroborando ao exposto, o conteúdo da oitava do ex-secretário municipal de Saúde, Sr. Marcus Alexandre Petrilli, sobre recomendações do Tribunal de Contas na época em que era secretário assim informou, abre aspas: Foi orientado no sentido de instituir medidas mitigadoras para aos poucos abolir o sistema do regime RPA no município. E sobre a ordem do Tribunal de Contas e do Ministério Público para o município que se abstinhasse em contratar médicos pelo sistema de RPA ou de pagar os profissionais que trabalhassem sob esse regime, informou nunca ter sido notificado ou ordenado algo do tipo, fecha aspas. Em documento juntado por Liliane Braga Virgulino, temos uma conversa entre essa e o secretário municipal de Saúde em que se refere exclusivamente, inclusive justamente à semana que aconteceu a morte da criança na UPA do Cidade Aracy, que estava aberta sem a presença de médicos. Em 17/3, o secretário foi informado que deveria diligenciar, pois faltaria médicos no fim de semana. Em 21/3, o secretário foi informado que os médicos não receberam os pagamentos de dezembro e janeiro e que não assumiriam mais plantões em decorrência disso. Em 25/3, o secretário foi informado que não teria médicos suficientes para cobrir os plantões do fim de semana, que os médicos não se interessavam mais em pegar plantões pela falta de pagamento e que isso se agravava, pois os médicos temiam pegar plantões sozinhos. Por esses e outros fatos e documentos expostos nos autos desse processo, resta evidente que a falta de médicos na Rede Municipal de Saúde se deu pelo não pagamento de médicos. Do Decreto Municipal de Intervenção nº 15 de 19 de janeiro de 2017 a situação de emergência é fabricada. A orientação para suspensão dos pagamentos devidos aos médicos se deu em 21 de dezembro de 2016. Em 19 de janeiro de 2017, já no primeiro mês de gestão de Airton Garcia, foi editado e publicado o Decreto Municipal nº 15, certamente orientado por Ademir Souza e Silva, então chefe de gabinete do Procuradoria-Geral do Município de São Carlos, que intervém no serviço e autoriza contratação emergencial para gerenciamento, operacionalização e execução de serviços de saúde em regime de 24 horas por dia em Unidade de Pronto Atendimento de São Carlos. Nesse decreto de intervenção do poder público no serviço de saúde há o seguinte fundamento, abre aspas: Considerando que à vista do acima, estando a administração municipal na eminência de incorrer em situação de possível calamidade pública na saúde, advindo do que, por determinação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e ao teor da sentença prolatada junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo nos autos do TC nº659-013-011, datado de 21 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial de 4 de outubro de 2016, via da qual referido órgão de contas do estado consignou ilegais as contratações de profissionais da Saúde pagos por RPA, recibo de pagamento autônomo. Em mesmo sentido, no Ministério Público Estadual foi instaurado procedimento de inquérito civil público via do qual referido órgão determinou providências no sentido de que se comprovasse eventuais candidatos que tenham sido aprovados em concurso público, bem como a comprovação de eventual extinção de contratação de profissionais da saúde pelo sistema de RPA, recibo de pagamento autônomo. Os considerandos do referido decreto continuam nesse sentido e chegam no seguinte ponto, abre aspas: Considerando que não há outra alternativa, se não a contratação de modo emergencial, ressalta-se por período temporário, excepcional, de terceiro para gerir e operacionalizar as Unidades de Pronto Atendimento", grifo nosso, "fecha aspas, e o art. 1º mostra a que ele veio. Art. 1º: Fica determinado que o presente decreto, a



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

autorização para contratar de modo emergencial, desde que temporário e excepcional, sempre com a finalidade de selecionar profissionais médicos e empresas privadas, [ininteligível], Organizações Sociais, OS, da área de saúde, os quais reúnam melhores condições de preços, técnicas ou capacidade financeira que se habilitem, ou já sejam cadastrados junto ao cadastro do município para prestarem serviço médico necessário ao objeto do Processo nº 1.155/2017 acima comentado, para imediatamente prestarem serviços de atendimento médico junto à unidade da rede pública de saúde do município pelo prazo de 180 dias, na forma do contido no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, até que se finde os atos ou prazos consignados no presente chamamento público. A emergência fabricada é o termo que a doutrina utiliza para se referir a situação de emergência decorrente, tal ou parcialmente, de falta de planejamento, desídia administrativa ou má gestão de recursos disponíveis ou que possa ser atribuída em alguma medida à culpa ou dolo do agente público. O conceito é retirado da Decisão nº 447/94 do Tribunal de Contas da União, e apesar de tal decisão ser do ano de 94, mantém-se como referência no que diz respeito ao tema da contratação emergencial. O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo relator, decide, 2- responder ao ilustre consulente quanto à caracterização dos casos de emergência ou calamidade pública, em tese, A) que além da adoção das formalidades previstas no art. 26 [ininteligível] da Lei nº 8.666/93, são pressupostos da aplicação no caso de dispensa preconizada pelo art. 24 do inciso IV da mesma lei. A1) Que a situação adversa dada como emergência ou calamidade pública não se tenha originado, tal ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou má-fé da gestão de recursos disponíveis, ou seja, que ela não possa, em alguma medida, ser atribuída a culpa ou dolo do agente público que tenha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação. A2) Que a existência de urgência concreta e efetiva do atendimento à situação decorrente do estado emergencial calamitoso visando afastar risco de danos a bens ou à saúde ou à vida de pessoas. Que o risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre eminente e especialmente gravoso. A4) Que a imediata efetivação por meio de contratação de terceiros de determinadas obras, serviços ou compras, segundo especificações e quantitativos tecnicamente apurados, seja o meio adequado efetivo e eficiente para afastar o risco eminente detectado. É preciso apontar ainda que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre o tema evoluiu no sentido de entender que se deve autorizar a contratação emergencial, ainda quando a situação de emergência tenha sido fabricada, para assegurar a continuidade da prestação dos serviços públicos emergenciais, mas, quando assim, ato contínuo apurar a responsabilidade do agente público desidioso. Abre aspas: No entanto, a jurisprudência da Corte de Contas evoluiu, mediante Acórdão nº 46/2002, Plenário, no sentido de que também seria possível a contratação direta, quando a situação emergencial decorre de falta de planejamento, desídia da administração ou má-fé da gestão de recursos públicos, devendo se analisar para fins de responsabilização a conduta do agente público que não adotou tempestivamente as providências cabíveis. Deve ser responsabilizado o gestor pela contratação emergencial indevida, quando a situação adversa decorreu da sua omissão(F) ou falta de planejamento. Aplicando-se ao caso apurado por essa CPI, temos que o ato administrativo de não pagamento dos médicos do regime de RPA fabricou a situação de emergência de falta de médicos para atuar na Rede Pública Municipal de Saúde. Trata-se de situação de emergência fabricada, porque em nenhum momento houve determinação do Tribunal de Contas do Ministério Público ou de qualquer outro órgão no sentido de não



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

pagamento dos médicos e porque foi justamente o não pagamento que ensejou a falta de médicos. E corroborando a tese da situação de emergência fabricada, temos o conteúdo da oitiva da secretária municipal de Administração e Gestão de Pessoas, a Sra. Helena Maria Cunha do Carmo Antunes. Abre aspas: Afirmou ter sido uma surpresa para ela o fechamento de UPAs, uma vez que visualizaram possibilidades de suprir as demandas que surgiriam, montaram um quadro de pessoal que atenderia a necessidade das UPAs e pelo concurso vigente, a reposição dos médicos se daria de modo adequado, fecha aspas. Somando-se ao depoimento da secretária Helena, há nos autos vasta documentação capaz de comprovar que há médicos realizando plantões em número suficiente para cobrir todas as demandas de plantões apresentadas pelas UPAs. Ocorre que estão todos concentrados na UPA da Vila Prado, trabalhando em regime de revezamento, na medida em que a unidade não tem estrutura física necessária para comportar uma quantidade de atendimentos nas palavras da secretária Helena Antunes, abre aspas: Há uma falta de gestão na atuação desses profissionais, há desvio de função, faltas e muitas vezes lança-se plantões que não foram sequer realizados, fecha aspas. Importantíssimo salientar que a participação do então chefe de gabinete da Procuradoria-Geral do Município foi decisiva para tomada de decisões e edição de decreto acima, vê-se que o mesmo tem que, com edição de decretos, pode se fazer e desfazer tudo à revelia da lei, da ética e da moral, exemplo disso são os vários decretos publicados referentes ao transporte coletivo municipal idealizados por Ademir Souza e Silva, que fora inclusive obrigado pela Justiça a se abster de participar do referido caso. Diante do exposto, evidente que a alegada falta de médicos na Rede Municipal de Saúde trata-se de uma estratégia do governo atual de fabricação de situação de emergência capaz de justificar contratação emergencial, sem a devida observância dos preceitos legais". Das ilegalidades da contratação da Omesc: "Com relação à contratação da Organização Social de Medicina e Educação de São Carlos, Omesc, esse relator entende que a mesma se deu de forma irregular. Todavia, o Ministério Público do Estado de São Paulo já investiga a referida contratação por meio do Inquérito Civil IC nº 14.0714.0003505/17, instaurado em 31/10/2017. Dessa forma, todo e qualquer encaminhamento dessa comissão nesse sentido seria redundante, motivo pelo qual deixo de discorrer sobre tal contratação". Conclusão: "Conforme estabelecido no fato determinado que pactuou a existência dessa CPI, o intuito aqui foi apurar as causas de falta de médico na Rede Municipal de Saúde de São Carlos, bem como fechamento de duas Unidades de Pronto Atendimento, UPAs. Nesse sentido, concluímos que foram as seguintes causas que levaram à falta de médicos e consequentemente fechamento da Unidade de Pronto Atendimento. Primeiro, situação de emergência fabricada, qual seja, falta de médicos na Rede Municipal de Saúde. Ação de fabricação da situação de emergência se configura diante de três principais fatos: A) suspensão do pagamento dos médicos que já tinham trabalhado pelo regime de RPA, que foi feito pelo governo municipal com base na sentença do Tribunal de Contas do Estado, que decidiu pela ilegalidade da contratação de médicos sem concurso público, diante da demanda efetiva e permanente e não temporária; B) A não assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta, TAC, perante o Ministério Público, quando era possível fazê-lo por iniciativa do próprio órgão ministerial; C) Má gestão dos plantões médicos realizados, excesso de médicos em determinados momentos e ausência em outros momentos. Resta agora investigar a subsunção dos fatos às previsões legais e as respectivas sanções, é o que passamos a fazer". Dos crimes de responsabilidade cometidos pelo Sr. Prefeito



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

Municipal: "Da análise da vasta documentação juntada nesse processo restou comprovada a prática do Sr. Prefeito Municipal nos seguintes crimes de responsabilidade sujeitos a julgamento do Poder Judiciário, independente do pronunciamento da Câmara de Vereadores, nos termos do art. 1º, Decreto-Lei nº 201 de 27 de fevereiro de 1967, inciso III: Desviar ou aplicar indevidamente rendas ou verbas públicas; inciso IV - Empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza em desacordo com os planos ou programa a que se destinam. Conforme constam às fls. 229 a 231, extratos dos repasses feitos pelo governo federal são repassados aos seguintes valores para cada uma das Unidades de Pronto Atendimento; UPA: R\$ 170 mil, UPA Vila Prado, cem mil reais, UPA Santa Felícia, valor mensal, R\$ 270 mil por mês. Tais recursos são oriundos de convênio entre governo federal e município de São Carlos. Para celebrar o convênio e receber os valores, a Unidade de Pronto Atendimento indica para receber, deve preencher alguns requisitos, ser qualificada como UPA e ter seu porte determinado pelo Ministério da Saúde e precisa ainda prestar informações sobre a produtividade mensal daquela UPA para continuar recebendo recursos no mês seguinte. Nota-se, portanto, que se trata do que chamamos na administração pública de verba carimbada. Aquela que vem com uma única destinação possível. Nesse caso, os valores repassados pelo governo federal ao município a título de convênio para a UPA do Santa Felícia única e exclusivamente podem ser gastos com a UPA do Santa Felícia, entretanto, não é isso que consta no documento de fls. 1.750 e seguintes. Nesse sentido, o que consta no Ofício nº 27/2018, do Departamento de Gestão e Administração Financeira da Secretária Municipal de Saúde é o seguinte, abre aspas: Conforme solicitado e de acordo com o relatório em anexo, informamos no exercício de 2017, o município recebeu Fundo Nacional de Saúde de R\$ 3,240 milhões, destinados à Unidade de Pronto Atendimento, UPA, e que deste valor foi gasto R\$ 2.946.133,58. Sendo assim, o valor restante, o qual totalizou R\$ 293.866,42, passou a ser utilizado no exercício de 2018, conforme extratos de contas-correntes também em anexo, fecha aspas. Dessa feita, configura-se a prática de crime de responsabilidade do Sr. Prefeito Municipal. Dois, das infrações político-administrativas cometidas pelo Sr. Prefeito Municipal. Prosseguindo com a análise nos autos, concluímos que o Sr. Prefeito Municipal cometeu a seguinte infração político-administrativa, inciso VIII - Omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesse do município sujeitos à administração da prefeitura. A omissão e negligência na defesa de bens: A UPA do Santa Felícia; rendas, repasses do governo federal que poderiam ser utilizados para prestação do serviço público de saúde para os munícipes de São Carlos, bem como de direitos e interesses do município foi flagrantemente praticadas pelo governo atual, conforme restou demonstrada e comprovada nesses autos e enfaticamente exposto nesse relatório final. Como disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, tais infrações político-administrativas podem ensejar deliberação pela Câmara Municipal. Tal como restou demonstrado, o chefe do Poder Executivo pode ter cometido as infrações apontadas, motivo pelo qual essa CPI conclui pela possibilidade inclusive de abertura de comissão processante, mas que, no entanto, por força do art. 104 do Regimento Interno dessa Casa, que limita a atuação dessa comissão, não pode ser proposta nesse momento, conforme estabelece o mencionado dispositivo regimental. Art. 104: Ao término dos trabalhos, a comissão apresentará relatórios circunstanciados com suas conclusões que será publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal e/ou jornal de grande circulação, bem como disponibilizado no site da Câmara Municipal encaminhando(F); inciso



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

D) À Mesa para providências apontadas no relatório de alçada desta ou do Plenário; inciso II) Ao Ministério Público com cópia da documentação para que promovam a responsabilidade civil e criminal por infrações apuradas e adotem outras medidas correspondentes às suas funções institucionais; inciso III) Ao Poder Executivo para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes dos dispositivos constitucionais legais aplicáveis, assinalando o prazo hábil para o seu cumprimento; inciso IV) À comissão pertinente que tenha a maior pertinência com a matéria, a qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior; inciso V) O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Parágrafo Único, nos casos dos incisos I, III e V, a remessa será feita através do presidente da Câmara Municipal de São Carlos pelo prazo de 30 dias". Dos fatos de improbidade administrativa praticados pelos agentes públicos...**VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Pela ordem. [troca de presidência]. **PRESIDENTE CHICO LOCO:** Pela ordem, vereador Azaite. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Aqui no seu relatório está escrito: "Das infrações político-administrativas cometidas pelo Sr. Prefeito Municipal. Prosseguindo com a análise dos autos, concluímos que o Sr. Prefeito Municipal cometeu a seguinte infração político-administrativa, inciso VIII - Omitir-se ou negligenciar a defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do município sujeitos à administração da prefeitura. A omissão e negligência na defesa dos bens, UPA da Santa Felícia; rendas, repasse do governo federal que poderiam ser utilizados para prestação de serviços públicos de Saúde para os munícipes de São Carlos, bem como de direitos e interesses do município foram flagrantemente praticados pelo governo atual, conforme restou demonstrado e comprovado nesses autos e enfaticamente exposto nesse relatório final. Como disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 67, tais infrações político-administrativas ficam sujeitas a deliberação da Câmara Municipal e poderão ser sancionadas com a cassação do mandato. Tal como restou demonstrado, o Sr. Prefeito Municipal cometeu as infrações apontadas, motivo pelo qual essa CPI conclui pela possibilidade inclusive de abertura de comissão processante por essa Egrégia Casa de Leis nos termos da Constituição Federal. Três, dos atos de improbidade administrativa praticados por agentes públicos". O que o senhor lê diverge agora no final do texto que eu tenho em mãos. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Eu creio que o relatório não está em discussão ainda, vereador, eu nem terminei de fazer a leitura. Acho que não entramos na discussão. Se a gente for ler ponto a ponto, eu acho que eu primeiro tinha que terminar a leitura e quando o relatório entrar em discussão, o senhor...**VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Mas qual? Eu li o seu relatório. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** O senhor não leu o meu relatório. Eu não terminei de ler o relatório. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Estou acompanhando. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Eu não terminei de concluir a leitura, vereador. Não entrou nem em discussão ainda. **PRESIDENTE CHICO LOCO:** Vereador Azaite, eu acho que o senhor está lendo o relatório anterior prévio a esse, que o que eu tenho...**VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Ah, existe um... **PRESIDENTE CHICO LOCO:** É. O senhor está mostrando um que tem um visto embaixo e os nossos não têm visto. Veja, o senhor está...[falas sobrepostas]. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** [ininteligível]. **PRESIDENTE CHICO LOCO:** Não, acontece que hoje foi distribuído um relatório. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Questão de ordem, Chico Loco. **PRESIDENTE CHICO LOCO:** Protocolado aqui à Casa no dia 22 de



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

maio às 14h36min. Protocolo nº 001490. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Questão de ordem, Chico Loco. **PRESIDENTE CHICO LOCO:** É esse documento que o vereador Paraná está lendo. [falas sobrepostas]. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Mas foi protocolado no dia 2 de maio, o mesmo relatório, foi modificado, o que protocolaram no dia 22 de maio. **PRESIDENTE CHICO LOCO:** O relatório apresentado à Casa protocolado hoje. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** É o mesmo relatório modificado, Chico Loco. Tenho os dois aqui em mãos. Ele só está acompanhando os dois relatórios. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Eu queria só de perguntar a minha assessoria se foi entregue ao vereador Azuaite Martins de França o relatório. Foi entregue, né? Vereador, foi entregue. Eu acho que foi um equívoco de Vossa Excelência. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Foi entregue e eu assinei, coloquei o horário em que me foi entregue. Foi entregue hoje às 15h10. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Exatamente. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** É isso? **VEREADOR PARANÁ FILHO:** É. Só que o senhor está lendo o parecer... **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Estou acompanhando por dois. Porque existe... **VEREADOR PARANÁ FILHO:** É, mas não é esse que nós estamos lendo. Nós estamos lendo o que o senhor recebeu hoje. **PRESIDENTE CHICO LOCO:** Nós vamos votar esse recebido hoje. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Que o senhor recebeu hoje. **PRESIDENTE CHICO LOCO:** Protocolo nº 1.490, do dia 22 de maio, das 14h36min. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Então eu estou com os dois. Estou acompanhando nos dois. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** [pronunciamento fora do microfone]. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Tá. Um está protocolado em 2 de maio e eu estou acompanhando nesse 2 de maio e no que me foi entregue hoje. E devo votar hoje o parecer, o oficial é o que o senhor está lendo e que me foi entregue hoje para uma reflexão aprofundada, uma leitura aprofundada e deliberação nesta Sessão, tendo recebido às 15h10. [falas sobrepostas]. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Exatamente. Exatamente isso. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Ah, então eu me sinto... **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Eu acho até que é uma prática, pelo que se vê, é uma prática corriqueira. O senhor, por exemplo, votou um processo agora há pouco, processo que o senhor não viu, que não passou pela a sua comissão e nem pela minha, retirando R\$ 800 mil da [ininteligível], o senhor votou o projeto sem nem ver ele. Então eu acho que não teria nenhum problema para o senhor. **PRESIDENTE CHICO LOCO:** Vereador Paraná, precisamos terminar a leitura... [falas sobrepostas]. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** E o que o senhor tem a ver com isso? **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Não tenho nada a ver. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Eu estou me referindo ao seu parecer. Eu tenho dois pareceres. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Problema do senhor. O senhor não tem atenção. O senhor tem que prestar mais atenção. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Eu estou acompanhando com dois textos. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** É só o senhor que está acompanhando os dois. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** É mais atenção. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** É só o senhor que está fazendo isso. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Olha, fala baixo comigo! **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Mas eu não estou gritando com o senhor. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Não se altere. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Eu não estou gritando com o senhor. O senhor está tumultuando. Eu nem terminei de ler o



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

relatório, o senhor já está...**VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Por gentileza, cavalheiro. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Questão de ordem, presidente. [falas sobrepostas]. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** O senhor termine (sic) eu de terminar aí o senhor faça as [ininteligível]. Eu nem terminei de ler, o senhor interrompeu abruptamente a leitura do parecer. Nem entrou em discussão. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** Eu pedi pela ordem. [troca de presidência]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Senhores, vamos, vamos reestabelecer. Pela ordem, vereador Leandro. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Não tem parecer errado coisa nenhuma, Paraná. Está com um parecer protocolado dia 2 de maio e um que foi modificado hoje. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Está no processo. [falas sobrepostas]. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Ele está lendo os dois. Qual é o problema dele acompanhar os dois? **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Para de ficar...**VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Aqui você não vai manipular ninguém. Está acompanhando os dois pareceres. E ele tem o direito, o vereador Azuaite. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Está aqui no processo. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Está porque foi modificado. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Você recebeu também. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Você apresentou um outro. Modificaram. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Modificaram... **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Senhores. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Não vem com falsidade, palhaçada nessa Casa. [falas sobrepostas]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Senhores. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Vota contra. Vota contra, bem. Não precisa ficar raivozinho (sic). Calma! Não tomou o seu Gardenal hoje? Calma! **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Pessoal. Corta o microfone de todo mundo. Senhores. [falas sobrepostas]. **ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Senhores. **ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Senhores. **ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** [ininteligível]. [falas sobrepostas]. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** [pronunciamento fora do microfone]. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** [pronunciamento fora do microfone]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Senhores, calma. Senhores. Senhores. Nós não estamos contribuindo em nada, cada um tem o direito, vai falar, nós vamos liberar. Agora, o relator que continue o relatório, se pedir pela ordem, agora está sob a minha presidência, eu vou dar, mas, por favor, vamos esperar o término do relatório. Se vier alguma divergência, os vereadores estão aptos a fazer a questão de ordem. Pela ordem, vereador Azuaite Martins de França. **VEREADOR AZUAITE MARTINS DE FRANÇA:** [ininteligível] à Vossa Excelência que não ocupava a presidência. Eu estou acompanhando em duas versões o relatório e o relatório vinha sendo o mesmo nas duas versões até que num determinado ponto houve divergência, e eu fiz a leitura de uma parte das divergências para perguntar, o que é, é esse ou aquele? Existem dois? Um superou o outro? Um está protocolado com carimbo e o outro não está? É só essa informação. [falas sobrepostas]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Ok, eu vou passar a informação. A Comissão Parlamentar de Inquérito apresentou há duas semanas...**VEREADOR PARANÁ FILHO:** Após reunião... **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Após reunião, com Ata da comissão, apresentou um relatório e foi protocolado o processo. Posteriormente, posteriormente, a comissão no dia de hoje enviou o relatório final. Então, o que vale é o relatório que o vereador



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

está lendo nesse momento. Foi protocolado no dia de hoje, através da comissão enviou à presidência, nós juntamos no processo. O que está valendo é o que está sendo lido pelo relator. Por favor, vereador, concluindo relatório. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Vamos lá. Então eu vou voltar da parte que o vereador, nobre edil não entendeu: "Inciso III - Desviar ou praticar indevidamente rendas ou verbas públicas e inciso IV - Empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza em desacordo com os planos ou programas a que se destinam. Conforme consta às fls. 229 a 231, extratos dos repasses do governo federal são repassados os seguintes valores para cada uma das Unidades de Pronto Atendimento, UPA, R\$ 170 mil, UPA Vila Prado, cem mil, UPA Santa Felícia, total mensal", é para o nobre vereador entender, para não se dizer prejudicado na leitura também, "valor mensal R\$ 270 mil. Tais recursos são oriundos de convênios entre governo federal e o município de São Carlos. Para celebrar o convênio e receber os valores, a Unidade de Pronto Atendimento indicada para receber deve preencher alguns requisitos, ser qualificada como UPA e ter seu porte determinado pelo Ministério da Saúde. E precisa, ainda, prestar informações sobre a produtividade mensal daquela UPA para continuar recebendo os recursos no mês seguinte. Nota-se, portanto, que se trata do que chamamos na administração pública de, abre aspas, verba carimbada, fecha aspas, aquela que vem com uma única destinação possível. Neste caso, os valores repassados pelo governo federal ao município a título de convênio para a UPA do Santa Felícia única e exclusivamente podem ser gastos com a UPA do Santa Felícia. Entretanto, não é isso que consta no documento de fls. 1.750 e seguintes, nesse sentido, o que consta do Ofício nº 27/2018, do Departamento de Gestão Administrativa e Financeira da Secretaria Municipal de Saúde é o seguinte, abre aspas, conforme solicitado, de acordo com o relatório em anexo, informamos que o exercício 2017 o município recebeu do Fundo Nacional de Saúde o total de R\$ 3,240 milhões destinados a Unidade de Pronto Atendimento, UPA, e que desse valor foi gasto R\$ 2.946.133,58. Sendo assim, o valor restante o qual totalizou R\$ 293.866,42 passou a ser utilizado no exercício de 2018, conforme extrato de conta-corrente também em anexo. Dessa feita, configura-se a prática de crime de responsabilidade do Sr. Prefeito Municipal. Dois, das infrações político-administrativas cometidas pelo Sr. Prefeito Municipal. Prosseguindo com a análise dos autos, concluímos que o Sr. Prefeito Municipal cometeu a seguinte infração político-administrativa: inciso VIII, omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do município sujeitos à administração da prefeitura. A omissão e a negligência na defesa de bens, UPA do Santa Felícia. Rendas, repasse do governo federal que poderiam ser utilizados para a prestação de serviços públicos de saúde para municípios de São Carlos. Bem como de diretos e interesse do município que foi flagrante praticado pelo governo atual conforme restou demonstrado e comprovado nesses autos enfaticamente exposto nesse relatório final. Conforme disposto no art. 4º, Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, tais infrações político-administrativas podem ensejar deliberação pela Câmara Municipal. Tal como restou demonstrado, o chefe do Poder Executivo pode ter"... aqui nós fizemos uma errata, depois nós vamos apresentar a errata, "o chefe do Poder Executivo pode ter cometido infrações apontadas, motivo pelo qual essa CPI conclui pela possibilidade inclusive de abertura de Comissão Processante, mas que, no entanto, por força do art. 104, do Regimento Interno dessa Casa, que limita a atuação dessa comissão, não pode ser proposta nesse momento, conforme estabelece o mencionado dispositivo regimental. Art. 104 - Ao término dos trabalhos da



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

comissão apresentará relatório circunstanciado com as suas conclusões que será publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal e/ou jornal local de grande circulação, bem como disponibilizado no site da Câmara Municipal encaminhado: inciso I: À Mesa para as providências apontadas no relatório de alçada dessa ou do Plenário; inciso II - Ao Ministério Público, com cópia da documentação para que promovam responsabilidade civil criminal por infrações apuradas e adotem outras medidas correspondentes a sua função institucional; inciso III - Ao Poder Executivo para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes dos dispositivos constitucionais e legais aplicáveis assinalando prazo hábil para seu cumprimento; inciso IV - À comissão pertinente que tenha maior pertinência com a matéria a qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior; inciso V - Ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. **Parágrafo Único:** Nos casos dos incisos I, III e V a remessa será feita através do presidente da Câmara Municipal de São Carlos no prazo de 30 dias. Três, dos atos de improbidade administrativa praticados por agentes públicos. Ainda com base nos materiais juntados nos autos, evidente que agentes políticos praticaram atos de improbidade administrativa nos termos da Lei Federal nº 8.429 de 2 de junho de 1992, senão vejamos. O Sr. Secretário de Saúde praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública, tal como previsto no inciso II, do art. 11 da lei supracitada, a Lei de Improbidade Administrativa. Art. 11 - Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ato ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, e notadamente; inciso II: Retardar ou deixar de praticar indevidamente ato de ofício. Como secretário Municipal de Saúde responsável pela pasta ou pela supervisão do desempenho da função de todos os seus subordinados, o secretário deixou de praticar ato de sua competência, qual seja intervir no problema da gestão dos plantões e elaboração de escalas médicas minimamente de se esperar que ele praticasse ato de exoneração do diretor ou outro responsável pela má gestão dos recursos humanos praticados às UPAs, conforme restou cabalmente comprovado nesse processo. Importante verificar que a jurisprudência é pacífica no sentido de não há necessidade de comprovação de prejuízo aos cofres públicos para que seja configurado o ato de improbidade administrativa. Requisito para a configuração de ato de improbidade administrativa que atente contra os princípios da administração pública: para configuração de ato de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública. Art. 11 da Lei nº 8.429/92: É dispensável a comprovação de efetivo prejuízo aos cofres públicos. De fato, o art. 21, inciso I, da Lei nº 8.422/92, dispensa ocorrência do efetivo dano ao patrimônio público como dispõe condição de aplicação das sanções por ato de improbidade, salvo quando a pena de ressarcimento precedentes citados. Importante notar ainda a prática de improbidade administrativa praticada pela médica Andrea Cogo, desde a saída da unidade para descansar em sua casa no horário de seu plantão, até a ação de incentivo para que a classe médica não mais assumisse os plantões e a falta de médicos. Fazer com que a organização social que ela compõe possa prestar serviço à Prefeitura Municipal de São Carlos de forma mais vantajosa e economicamente para ela"...**VEREADOR ROBERTO MORI RODA:** Pela ordem, Sr. Presidente. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Pela ordem, vereador Robertinho Mori. **VEREADOR ROBERTO MORI RODA:** Adiantado da hora, precisaria autorização para que a gente pudesse concluir o trabalho após às 20 horas. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Acato o seu



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

pedido. Está prorrogada a Sessão. **VEREADOR ROBERTO MORI RODA:** Obrigado. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Pois não, relator. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Bem lembrado, vereador Robertinho Mori: "Assim sendo, essa CPI conclui pela necessidade de abertura de sindicância pela Prefeitura Municipal de São Carlos para apurar os atos aqui denunciados que foram praticados pela médica Andrea Cogo e, sendo o caso, promover a punição devida à referida médica, sem prejuízo das sanções propostas pelo Ministério Público Estadual nos termos da Constituição Federal. Diante desses fatos, essa CPI requer sejam tomadas as providências necessárias para que o Poder Executivo Municipal, Ministério Público estadual, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e a Comissão de Saúde e Promoção Social da Câmara Municipal tenham acesso ao conteúdo integral desse processo em observância do que dispõe o art. 104 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Carlos e adotem as medidas que julgarem necessárias". Sr. Presidente, eu faço apenas aqui a leitura da errata que foi publicada, que nós fizemos uma errata, onde lê-se aí no processo, no referido processo, no primeiro parágrafo onde lê-se, faltou só... no parágrafo da fl. 1.955 leia-se, abre aspas: "Conforme disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, tais infrações político-administrativas podem ensejar deliberação pela Câmara Municipal, tal como restou demonstrado, o chefe do Poder Executivo cometeu, segundo nosso entendimento, as infrações apontadas, motivo pelo qual essa CPI conclui pela possibilidade inclusive de abertura de comissão processante mas que, no entanto, por força do art. 104, Regimento Interno dessa Casa, que limita a atuação dessa comissão, não pode ser proposta nesse momento, conforme estabelece mencionado dispositivo regimental". Então só para ficar claro, aqui às fls. 1.955, nós tínhamos adotado que o chefe do Poder Executivo poderia ter cometido e nós alteramos aqui, foi um erro de nossa parte, e nós alteramos a nossa errata afirmando, afirmando, o chefe do Poder Executivo cometeu ato de improbidade administrativa. Então, só para ficar claro aí a errata às fls. 1.955. Era somente isso, por enquanto, Sr. Presidente. **VEREADOR JOÃO MULLER:** Sr. Presidente, nós tínhamos um acordo de Pauta que seria lido e votado na sequência. Então gostaria que fosse cumprido o acordo que nós fizemos. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Srs. Vereadores? Srs. Vereadores, como nós estamos... vamos usar os mesmos critérios, todos os vereadores concordam? Uma declaração de voto de cinco minutos? Tudo bem, alguém discorda disso? Se alguém discordar, nós vamos fazer de outra forma, todo mundo concorda? Então tá bom. Havendo acordo... **VEREADOR MALABIM:** Sr. Presidente, o regimento diz o quê? É dois minutos, três minutos, cinco minutos? **PRESIDENTE JULIO CESAR:** O Plenário é soberano, vereador. Por isso estou disponibilizando aos senhores estender, para não haver discussão, estender por cinco minutos, caso queira a declaração de voto. Então, se os vereadores concordarem, tá bom. Declaração de voto, primeiro inscrito. Desculpa, votar o... Atenção, Srs. Vereadores, passamos agora para a votação do relatório final apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, votação nominal. Os vereadores favoráveis ao relatório da comissão, sim, contrários, não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Atenção, Srs. Vereadores, para a quarta votação dessa noite. Vereador Azuaite. Azuaite? Não. Não ao relatório. Vereador Chico Loco. **VEREADOR CHICO LOCO:** Não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Não ao relatório. Vereadora Cidinha. **VEREADORA CIDINHA DO ONCOLÓGICO:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim ao relatório. Vereador Dimitri. **VEREADOR DIMITRI SEAN:** Não. **VEREADOR RODSON DO**



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

CARMO: Não ao relatório. Vereador Edson. Edson Ferreira. Sr. Presidente, quando o vereador tem dúvida o que coloco aqui? [falas sobrepostas]. **VEREADOR JOÃO MULLER:** Pode pôr uma abstenção, se ele quiser, ou pode votar. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim ou não? Não respondeu. Vereador Elton Carvalho. Justificativa. Vereador Gustavo Pozzi. **VEREADOR GUSTAVO POZZI:** Não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Não. Vereador João Muller. **VEREADOR JOÃO MULLER:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Vereador Júlio César, no exercício da presidência, não vota. Vereadora Laide. **VEREADORA LAIDE SIMÕES:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Vereador Leandro. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Não. Vereador Lucão. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Vereador Luis Enrique, ausência justificada. Vereador Malabim. **VEREADOR MALABIM:** Não. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Não ao relatório. Vereador Marquinho Amaral. Ausente do Plenário. Vereador Moises. **VEREADOR MOISES LAZARINE:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Sim ao relatório, vereador Paraná. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Vereador Robertinho Mori. **VEREADOR ROBERTO MORI RODA:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. Vereador Paraná. Desculpa, não ouvi. Calma, eu só não ouvi. Nossa, vai me matar por causa disso, hein? Está difícil hoje aqui, hein? Misericórdia. Robertinho Mori, sim. Rodson, sim. Roselei Françoso, ausência justificada. Sérgio Rocha. **VEREADOR SÉRGIO ROCHA:** Sim. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim, 9 vereadores votaram sim, e 6 ao contrário, Sr. Presidente. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Muito bem. Fica aprovado o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do processo... por favor, secretário, só para eu ver o número do processo. Processo nº 1.479, Requerimento nº 880 da Comissão Parlamentar de Inquérito. Declaração de voto, vereador João Muller. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Não, a hora que eu chamei o vereador, ele não respondeu. Ele saiu do Plenário e não respondeu. Eu perguntei duas vezes. **VEREADOR EDSON FERREIRA:** Questão de ordem. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Questão de ordem. **VEREADOR EDSON FERREIRA:** Antes de acabar a votação, não posso votar? É isso que eu queria... **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Já tinha acabado. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Já tinha acabado, Vossa Excelência foi lá para fora. **VEREADOR EDSON FERREIRA:** Não tinha acabado a votação a hora que eu perguntei. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Já tinha acabado a votação. **VEREADOR EDSON FERREIRA:** Não, isso... a minha pergunta é essa, não tinha acabado a votação, por isso que eu perguntei. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** O secretário me entregou o papel, eu pronunciei o resultado. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Mas a hora que eu perguntei, está gravado nos áudios dessa Casa, eu perguntei: Vereador Edson Ferreira, sim ou não? O vereador foi para fora. Não, se tem dúvida o que diz o regimento? Eu perguntei. Foi perguntado. [falas sobrepostas]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Declaração de voto, vereador João Miller, por até cinco minutos. **VEREADOR JOÃO MULLER:** Eu não vou usar nem os cinco minutos. Eu vou ser bem breve, até porque adiantado das horas, todo mundo teve conhecimento prévio do relatório. Eu quero dizer o seguinte, o vereador Paraná, que foi o relator dessa CPI, apresentou um relatório no dia 2 de maio. Protocolou, distribuiu nessa Casa. Na sequência, nós tivemos uma reunião da comissão, me corrija se eu estiver errado, da Comissão Parlamentar de



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

Inquerito, dizendo, e eu participei dessa reunião a convite dos vereadores, e os membros dizendo que alguns pontos precisavam ser retificados, alterados ou fazer algum adendo, porque não constava naquele momento, por exemplo, a questão da participação do Dr. Ademir nas decisões que foram tomadas pelo prefeito. Outras questões foram levantadas pela comissão. Não existe possibilidade de você votar parcialmente num relatório, mas também não é justo depois do trabalho de um ano e alguns meses, se eu não me engano, me corrige se eu estiver errado, que essa comissão, acho que passou de um ano, né? Deu um ano, não deu? Passou de um ano. Não é justo também, depois de todo esse tempo, onde a comissão ouviu pessoas da cidade, pediu documentos, fez oitivas, fez muitas vezes visitas à prefeitura, consultas, e nós votarmos contra esse trabalho. No entanto, eu quero antecipar aqui que tem um ponto desse relatório que eu particularmente não concordei desde o começo, e se algum dia esse ponto viesse a ser discutido no Plenário da Câmara, eu estarei me posicionando contrário a esse ponto. No meu entendimento, eu acho o relatório ficou bom no final porque ele remete ao Ministério Público, para que o Ministério Público tome as providências necessárias para analisar os atos praticados pelos agentes políticos desse caso. A questão da possibilidade de infração política administrativa, no meu entendimento, ela é exagerada, ela vai além dos atos que ocorreram nesse intervalo e no fechamento da UPA. E o fato mais grave, que era a morte daquela criança, foi esclarecido pela Polícia Civil, não foi culpa da abertura da UPA, criança chegou lá e tinha já constatado o óbito dela ao final. Então, esse relatório, se eu pudesse votar parcialmente, teria votado parcialmente. Mas em respeito ao trabalho da comissão, que ficou aí quase um ano, e eles estavam ali ouvindo as pessoas e formaram essa convicção, eu apoiei. Mas se vier um dia para esse Plenário qualquer possibilidade de imputar infração política administrativa, eu sou o primeiro a trabalhar contra essa possibilidade. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Declaração de voto, vereador Chico Loco. **VEREADOR CHICO LOCO:** Eu me lembro quando o então presidente José Sarney promulgou a Constituição de 88, ele afirmava: "Com essa Constituição, nós deixaremos o país ingovernável". Nesta tarde de hoje, nós estamos provando que Sarney estava certo. O país se tornou ingovernável, porque a Constituição, ela tem uma série de nuances e detalhes que nenhum gestor público vai ter coragem no futuro de concorrer a um cargo no Executivo. É claro que todos nós vimos e que a saúde em São Carlos está em frangalhos e não é de hoje. É claro que o relatório da comissão apresentado no dia 2 de maio, ele trazia uma denúncia muito séria e realmente ela não está excluída hoje, mas confesso ao senhor, presidente, que eu fiquei confuso para essa votação. Por quê? Porque nós não entendemos mais se os levantamentos apurados por essa Casa são realmente... têm o teor de justiça. Nós não sabemos, a Constituição de 88 nos deixa na mão. Agora, é claro que o relatório apresentado dia 2 de maio, ele tinha... para mim estava um pouco mais claro. O de hoje eu senti um pouco mais confuso. Não me senti confortável para votar favorável ao relatório, mas eu vejo que o trabalho da comissão, da CPI da Saúde, foi um trabalho apurado, trabalhou-se bastante, mas a conclusão é que nós temos que primeiro apurar um pouco mais junto ao Ministério Público para que nós tenhamos uma atitude um tanto mais drástica. Agora, drástica é a realidade de quaisquer prefeitos que venham se eleger em São Carlos. Eu acredito que na próxima eleição vai faltar candidato a esse cargo que é uma cadeira elétrica. Muito obrigado. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Declaração de voto, vereador Lucão Fernandes. Declaração de voto, vereador Lucão Fernandes, por até cinco minutos. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:**



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

Quero saber para quem que eu vou falar porque eu gostaria que nós estamos votando aqui um relatório importantíssimo, do qual eu fui o presidente dessa comissão, vereador Paraná o relator, vereador Sérgio Rocha, vereadora Cidinha e o vereador Kiki, membros dessa comissão. Quero agradecer as palavras do vereador João Muller, João Muller, foi um trabalho muito árduo, gente. Nós precisamos deixar bem explicado o que nós estamos fazendo na tarde de hoje, eu não costumo fazer isso, mas é muito importante o que nós estamos fazendo aqui hoje, gente. Então houve um trabalho muito sério por parte dessa comissão. Nós fizemos várias oitivas, João Muller, e também fizemos visitas nas unidades, pegamos vários depoimentos de funcionários, informal, para gente poder montar uma decisão, montar uma decisão. Eu não vou nem cair no mérito dos vereadores que votaram contra o posicionamento dessa comissão indo para o campo de que: como está a saúde pública, está bem? Nem vou cair nessa fala. Correto? Apenas para explicar, e aí eu quero que o vereador Paraná, vereador, os membros da comissão, se eu estiver errado, venha na Tribuna aqui e me corrija. O vereador tentou apresentar um relatório naquela Sessão, que foi se não me engano uma quinta-feira, e apresentou praticamente no afogadilho a conclusão. Então, durante a Sessão os vereadores se sentiram prejudicados numa análise, hoje está difícil, numa análise daquele relatório e nós tivemos aqui reunidos e achou importante pedir aí mais um tempo para que nós pudéssemos analisar com cautela e com calma esse relatório. E esse documento, da mesma forma que chegou para vocês também chegou para a comissão. Foi mais ou menos no mesmo prazo que nós tivemos esse documento em nossas mãos. Mas importante a decisão que esse Plenário tomou naquele dia, correto? Passados alguns dias, nós, da comissão, nos reunimos, conversamos com o relator, para que nós pudéssemos estar nos reunindo. E nessa reunião, nessa reunião, nós conversamos com o relator, vereador João Muller estava lá, nós apresentamos para ele a possibilidade dele estar contemplando esse relatório com mais algumas coisas. Por exemplo, o TAC que a todo momento foi oferecido em várias audiências que nós estivemos no Ministério Público e nenhuma dessas audiências, acompanhado do Dr. Ademir Souza Silva, que na verdade era ele que orientava o prefeito municipal a tomar essa decisão de não aceitar o TAC e não estava sendo contemplado no relatório final e também toda participação do Dr. Ademir, Muller, também não estava sendo contemplado, não mostrou no relatório a atuação dessa importante pessoa que deveria ser a um homem simples que é o Airton Garcia. Eu não tenho nem aqui vergonha de dizer da minha simplicidade e da minha falta de conhecimento jurídico, eu não tenho nenhum conhecimento jurídico, mas eu me cerco de pessoas que eu tenho toda confiança, como tive, o jurídico que me acompanhou durante a minha gestão da presidência nas minhas decisões. E quando eles se deparavam também alguma dúvida, nós tínhamos lá a Conam em São Paulo, que nós íamos buscar lá um posicionamento melhor ainda, para que nós pudéssemos tomar uma decisão mais segura para não contrairmos nenhum problema futuro. E nós deixamos muito claro para o relator naquele dia, como também o relator e a comissão depositou nesse presidente total confiança na elaboração de todos os trabalhos durante o processo da sindicância, nós também deixamos ele à vontade para ele fazer relatório e as suas conclusões finais. Então essa modificação que teve, que...[interrupção no áudio]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Para concluir. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** Vereador Azuaite, que houve divergência aí de um posicionamento de um relatório e do outro, e essa foi uma decisão do relator, essa modificação, essa diferença que teve do relatório para o outro. Então deixar bem claro que naquela reunião nós apenas



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

colocamos para o relator a necessidade de contemplar com essas coisas que estavam faltando no relatório e nós não falamos para ele fazer qualquer tipo de alteração. Então que fique bem claro, é isso, embora da forma que ficou o relatório, eu concordo também com o fechamento final. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Pergunto se algum outro vereador quer fazer declaração de voto. Vereador Paraná Filho, por até cinco minutos, declaração de voto. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, na verdade, não poderia deixar de me manifestar acerca desse processo, desse relatório em especial. Até porque fui relator dessa CPI, uma importante CPI, que ao contrário do que muitos diziam quando começou, não terminou em pizza. Nós fizemos um trabalho sério, um árduo trabalho, trabalhamos com dedicação, com responsabilidade. Não foi, ao contrário de uma certa outra CPI, politizada, até porque se fosse, eu não teria dado um parecer de improbidade administrativa contra um prefeito do meu partido. E eu faço isso com dor, com pesar, não é com alegria que eu faço esse parecer. Inclusive vocês podem ver, não fiz encaminhamento, deixei o partido solto, não pedi voto para ninguém, porque com muita dor que eu tenho que fazer um parecer contra o meu prefeito, contra o meu partido. Mas estar aqui, sentado numa cadeira dessas, nos submete a tomada de decisões difíceis mesmo, não é para qualquer um sentar aqui, não é para qualquer um. Independentemente das palhaçadas, de qualquer coisa, mas os 21 que estão sentados aqui merecem estar aqui. Até os vereadores que querem ser 'pop star', que querem fazer gracinha, eles também têm o mérito deles, estão aqui pelo voto popular, a gente não pode desmerecer isso. E um parlamento é o reflexo da sociedade, na sociedade a gente tem coisa boa e tem porcaria. Tem de tudo. Esse é o parlamento. Agora, é com muita dor, mas eu tenho que manter aquilo que eu me propus a fazer quando eu me candidatei ao cargo de vereador, a defender a população. Eu não estou aqui em defesa do meu partido, nem do meu prefeito, eu estou aqui em defesa da população e todos vocês sabem, quem é o vereador mais chato aqui na Câmara? Eu. É, sou eu mesmo. Mas por que eu sou chato? Porque eu gostaria que as coisas acontecessem de uma outra forma, e nem sempre eu estou com razão. E aqui eu peço perdão para todos vocês nesse momento pelas vezes que também me excedo naquilo que eu falo. Eu não sou o dono da verdade, eu também erro. Mas eu gostaria de pedir a compreensão de vocês porque também erro querendo acertar. Mas como ficaria esse vereador, que cobra tanto a ética, a moral, que o processo tenha o trâmite regimental, se aqui, agora, eu fosse contra o que eu prego? Eu tenho que praticar aquilo que eu prego. Eu não posso fazer diferente. Então esse relatório foi dolorido fazer, mas fiz, apontando, sim, improbidade administrativa da atual administração. Má gestão. É o que eu tenho que fazer. Eu não posso trair a confiança daqueles que apoiaram em mim, que me apoiaram. E dos que apoiaram em mim nessa Câmara, nesse momento, eu acho que só vejo uns dois, três. Não são nenhum dos 20, não é essa presidência, são as pessoas que estão lá fora nesse momento ouvindo, assistindo essa Sessão, que esperam desse vereador postura, não essa palhaçada que a gente tem que ficar suportando aqui. Não essa idiotice, essa babaquice, essa criancice, não é isso, não foi para isso que eu estou aqui, não foi para isso que eu fui eleito, não foi para isso que nós fomos eleitos. Foi para ter postura de homem, não postura de moleque. Isso ninguém vai me tirar. Eu tenho moral para cobrar que a coisa aja certa, porque a duras penas eu tenho tentado levar certo. Primeira denúncia do meu mandato, primeira CPI dessa Câmara, com 80 dias do governo Airton Garcia, eu tive a coragem de propor uma CPI contra o meu próprio prefeito, contra o meu próprio partido. É mentira, é mentira? No ano



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

passado, quem provocou a primeira ação de improbidade administrativa do governo Airton Garcia? Eu propus, eu propus. E isso ninguém me tira. Ninguém vai me tirar isso. Quem é o relator agora que assina pela improbidade administrativa do meu prefeito, do meu partido? Eu, eu faço isso. Eu faço isso. Eu não me submeto a ordem de ninguém. Nem de prefeito, nem de Marcos Santos, nem de Suzantur, nem de...[interrupção no áudio]. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Para concluir. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Submeto. Eu, isso ninguém vai me tirar. Minha própria ação no Ministério Público, será acho a semana que vem, com tristeza no coração, mas não tenho outra alternativa, vai ter que pegar também o meu governo, o governo do meu prefeito, do meu partido. Mas eu vou fazer isso porque eu escolhi ir por um lado e o dia que eu vacilar o meu pé, eu sei que tem meia dúzia de abutres, abutres, carcará, carniceiro, jornalistas mortos de fome, vereadores vendidos, sem caráter, sem moral, sem escrúpulos, moleque, que vão vir aqui, o dia que eu vacilar o meu pé, seres como isso que a gente tem que aturar aqui vão vir aqui me encher o saco. Então tentarei, eu sou humano, eu vou errar em determinado momento. Mas procurarei o máximo me manter reto, minha postura, para abutres como isso aqui e outros jornalistas mortos de fome não ter que ficar me enchendo o saco todo dia num jornaleco falido, como eu tenho suportado há meses e até hoje eu não falei nada. Até hoje eu aguentei calado, mas eu não vou ficar apanhando calado a vida inteira. Uma hora eu tenho que mostrar a verdade. Se o bom samaritano é o bom samaritano, ou se o bom samaritano está recebendo para ser bom samaritano. Muito obrigado, Sr. Presidente. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Mais algum vereador? Não havendo, peço ao secretário que proceda a chamada final dos Srs. Vereadores. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Atenção, Srs. Vereadores, para última chamada dessa noite. Presidente Júlio César. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Presente. Marquinho Amaral. Chico Loco. **VEREADOR CHICO LOCO:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Presente. Rodson, presente. Sérgio Rocha. Presente. Azuaite. Cidinha. **VEREADORA CIDINHA DO ONCOLÓGICO:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Dimitri. **VEREADOR DIMITRI SEAN:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Presente. Edson, presente. Elton. Gustavo Pozzi. **VEREADOR GUSTAVO POZZI:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Muller. **VEREADOR JOÃO MULLER:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Presente. Laide. **VEREADORA LAIDE SIMÕES:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Leandro. **VEREADOR LEANDRO GUERREIRO:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Lucão. Lucão Fernandes, presente. Luis Enrique, o Kiki. Malabim. Moises. **VEREADOR MOISES LAZARINE:** Sempre presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Paraná. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Presente. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Robertinho Mori. Presente. Roselei Franço, ausência justificada. Boa noite a todos. **PRESIDENTE JULIO CESAR:** Muito bem. Eu gostaria de agradecer aos Srs. Vereadores, a toda população que acompanhou os nossos trabalhos até agora. Dizer que, apesar de tudo, que a democracia possa imperar e que nós tenhamos discernimento para sempre conduzir os mandatos em prol da cidade de São Carlos. Obrigado a todos os vereadores. Encerramos, então, nesse momento a nossa 16ª Sessão Ordinária. Boa noite a todos, fiquem com Deus. Eu, Maria Cristina Roque Novaes Keppe, lavro a presente ata, que após lida e achada conforme, será devidamente assinada.